



Sumário

TRIBUNAL PLENO	1
PAUTAS	1
ATAS	4
ACÓRDÃOS	63
PRIMEIRA CÂMARA.....	64
PAUTAS	64
ATAS	64
ACÓRDÃOS	64
SEGUNDA CÂMARA	64
PAUTAS	64
ATAS	64
ACÓRDÃOS	71
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE.....	73
ATOS NORMATIVOS	75
GABINETE DA PRESIDÊNCIA.....	75
DESPACHOS	75
PORTARIAS	76
ADMINISTRATIVO	115
DESPACHOS.....	118
CAUTELAR	118
EDITAIS	118

TRIBUNAL PLENO

PAUTAS

29ª PAUTA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL PLENO - PROCESSOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI), DE 29 DE AGOSTO DE 2023, NA PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO DESTERRO E SILVA

JULGAMENTO EM PAUTA:

CONSELHEIRO RELATOR: ÉRICO DESTERRO E SILVA

1-PROCESSO Nº 11234/2023

INTERESSADO: PAULO NEY MARTINS OMENA

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL, RELATIVA AO QUINQUÊNIO 2018/2023, BEM COMO A CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 6º, INCISO V, DA LEI ESTADUAL 3138/2007 E ART 7º, PARÁGRAFO 1º, INCISO V, DA LEI Nº 4743/2018 C/C ART.78 DA LEI Nº 1762/1986.

2-PROCESSO Nº 11438/2023

INTERESSADO: ANDREY WILLEN NUNES VALENTE

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.2

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL, RELATIVA AO QUINQUÊNIO 2018/2023, BEM COMO A CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA, CONSOANTE ART. 78 DA LEI Nº 1762/1986 E ART. 7º, § 1º, INCISO V, DA LEI ESTADUAL 4743/2018.

3-PROCESSO Nº 11293/2023

INTERESSADO: WILLACE LIMA DE SOUZA

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL, RELATIVA AO QUINQUÊNIO 2017/2022, BEM COMO A CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA, CONSOANTE ART. 78 DA LEI Nº 1762/1986 E ART. 7º, § 1º, INCISO V, DA LEI ESTADUAL 4743/2018.

4-PROCESSO Nº 11447/2023

INTERESSADO: ADRIANO NOGUEIRA MATOS

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL, RELATIVA AO QUINQUÊNIO 2018/2023, BEM COMO A CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA, CONSOANTE ART. 78 DA LEI Nº 1762/1986 E ART. 7º, § 1º, INCISO V, DA LEI ESTADUAL 4743/2018.

5-PROCESSO Nº 12312/2023

INTERESSADO: AUDITOR ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JUNIOR

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE COM BASE NO ART. 3º, INCISOS V E VI, DA LEI ESTADUAL Nº 2.423/1996 C/C ART.12, VI, DA RESOLUÇÃO Nº 04/2002-TCE/AM.

6-PROCESSO Nº 12199/2023

INTERESSADO: PROCURADORA ELIZÂNGELA LIMA COSTA MARINHO

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE COM BASE NO ART. 3º, INCISOS V E VI, DA LEI ESTADUAL Nº 2.423/1996 C/C ART.12, VI, DA RESOLUÇÃO Nº 04/2002-TCE/AM.

7-PROCESSO Nº 10495/2023

INTERESSADO: BARBARA CAITETE DE SOUZA MARTINS

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: REQUERIMENTO DE PAGAMENTO DA VERBA INDENIZATÓRIA (RESCISÓRIA), EM VIRTUDE DE EXONERAÇÃO.

8-PROCESSO Nº 11156/2023

INTERESSADO: SIMÃO DA SILVA PESSOA

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: REQUERIMENTO DE PAGAMENTO DA VERBA INDENIZATÓRIA (RESCISÓRIA), EM VIRTUDE DE EXONERAÇÃO.

9-PROCESSO Nº 02840/2020





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.3

INTERESSADO: LUCIANE BARBOSA DA LUZ

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: REQUERIMENTO DE REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO POR PERÍODO DE ATÉ 30% ,DE SERVIDOR COM DEPENDENTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, QUE NECESSITA DE ACOMPANHAMENTO E ATENÇÃO ESPECIAL, IN CASU, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA E TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE, COM BASE NO ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 5598/2021.

10-PROCESSO Nº 10765/2023

INTERESSADO: HELSO DO CARMO RIBEIRO FILHO

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: CONCESSÃO DE ABONO DE PERMANÊNCIA, CONSOANTE ART. 40, § 19, DA CF/88 C/C ART. 2º § 5º, DA EC Nº 41/2003.

11-PROCESSO Nº 10585/2023

INTERESSADO: VALDNOR MENDONÇA SANTARÉM

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL SEM O CUMPRIMENTO DO ART. 6º, § 3º, DA LEI Nº 4.743, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.

12-PROCESSO Nº 05838/2022

INTERESSADO: CARLOS ALBERTO DE SALES JUNIOR

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE SAÚDE, NO PERCENTUAL DE 40%, NOS TERMOS DO ART. 90, INCISO VI, DA LEI Nº 1.762/1986.

13-PROCESSO Nº 11537/2023

INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DE MUNICÍPIOS - AAM

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA A SER FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM E A ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DE MUNICÍPIOS – AAM, PARA VIABILIZAR O “PROJETO OUVIR AMAZONAS”, VISANDO CAPACITAR SERVIDORES PARA ATUAREM NAS OUVIDORIAS DOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS.

14-PROCESSO Nº 12120/2023

INTERESSADO: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO PESSOAL

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE COMPUTADORES E BENS MÓVEIS.

DIVISÃO DE PREPARO DE JULGAMENTO – DIJULG DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de Agosto de 2023.

Mara de Lyz Alencar

MARA DE LYZ ALENCAR

Chefe da Divisão de Preparo de Julgamento

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas f /tceam t /tceam tce-am tceamazonas tceam





ATAS

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, EXERCÍCIO DE 2023.

Ao décimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se o Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, em sua sede própria, na Rua Efigênio Sales 1.155, Parque Dez, às 10h10, sob a Presidência, em substituição, da Excelentíssima Senhora Conselheira **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**, com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros **JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**, **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**, **JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**, **MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO** (convocado, em sessão, para compor quórum); Excelentíssimos Senhores Auditores **ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**, **LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**, **ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR**; Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral **FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**; Excelentíssima Senhora Procuradora de Contas **ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES** (para manifestação no Processo nº 11.955/2022 e Processo nº 11.956/2022). /===/ **AUSENTES**: Excelentíssimos Senhores Conselheiros **ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**, por motivo de viagem institucional, **MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**, por motivo de viagem institucional, e **LUÍS FABIAN PEREIRA BARBOSA**, por motivo justificado. /===/ Havendo número legal, a Excelentíssima Senhora Conselheira-Presidente Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, invocou a proteção de Deus para os trabalhos, dando por aberta a 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. /===/ **APROVAÇÃO DA ATA**: Aprovada, sem restrições, a Ata da 21ª Sessão Ordinária, realizada em 28/6/2023. /===/ **JULGAMENTO ADIADO: CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO** (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luís Fabian Pereira Barbosa). **PROCESSO Nº 12.672/2017** - Tomada de Contas Especial referente ao Termo de Convenio nº 02/2013, firmado entre a Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB e a Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas. **Advogado**: Raimundo Nonato Moraes Brandão – OAB/AM nº 8.253. **ACÓRDÃO Nº 1399/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Arquivar** o processo, em conformidade com os setores de apoio, tendo em vista a ocorrência do instituto da prescrição intercorrente. **AUDITOR-REALATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO** (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Procurador João Barroso de Souza, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça). **PROCESSO Nº 15.865/2020 (Apenso: 15.862/2020, 15.864/2020 e 15.863/2020)** - Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite, em face do Acórdão nº 667/2018-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 15.863/2020. **Advogados**: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Pedro Henrique Mendes de Medeiros - OAB/AM 16111. **ACÓRDÃO Nº 1407/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.5

acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “F”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração, interposto pela **Sra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite**, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade elencados no art. 145, c/c art. 154, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provimento no mérito**, ao Recurso de Reconsideração, interposto pela **Sra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite**, a fim de reformar a Decisão nº 180/2018–TCE-Tribunal Pleno (fls. 2890/2893, do processo nº 15.863/2020, apenso), para julgar improcedente a Representação formulada por agentes políticos em razão de supostas irregularidades na gestão do MANAUSPREV, por não terem sido comprovadas as irregularidades quanto a aplicações financeiras realizadas durante a gestão da Recorrente, nos exercícios de 2009 a 2011, conforme exposto ao longo da fundamentação do Voto-Vista, excluindo, por conseguinte, as sanções indicadas nos subitens 10.2, 10.3 e 10.4; **8.3. Dar ciência** à recorrente, Sra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite, por meio de seus representantes legais, do teor da presente decisão; **8.4. Arquivar** o processo, após expirados os prazos legais. *Vencida a proposta de voto do Auditor Relator Alípio Reis Firmo Filho, que votou pelo conhecimento, negativa de provimento e ciência.* **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno). **PROCESSO Nº 15.864/2020 (Apenso: 15.865/2020, 15.862/2020 e 15.863/2020)** - Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite, em face do Acórdão nº 668/2018-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 15.862/2020. **Advogados:** Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5716, Eduardo Alves Marinho - OAB/AM 7413, Mauricio Sousa da Silva - OAB/AM 9015, Felipe Carneiro Chaves - OAB/AM 9179, Mario Jose Pereira Junior - OAB/AM 3731, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Pedro Henrique Mendes de Medeiros - OAB/AM 16111. **ACÓRDÃO Nº 1408/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “F”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração, interposto pela **Sra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite**, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade elencados no art. 145, c/c art. 154, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provimento no mérito**, ao Recurso de Reconsideração, interposto pela **Sra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite**, a fim de reformar a Decisão nº 181/2018–TCE-Tribunal Pleno (fls. 842/843, do processo nº 15.862/2020, apenso), para julgar improcedente a Representação formulada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em razão de supostas irregularidades na gestão do MANAUSPREV, por não terem sido comprovadas as irregularidades quanto a aplicações financeiras realizadas durante a gestão da Recorrente, nos exercícios de 2009 a 2011, conforme exposto ao longo da fundamentação do Voto-Vista exarado no Processo nº 15.865/2020, apenso; **8.3. Dar ciência** à recorrente, Sra. Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite, por meio de seus representantes legais, do teor da presente decisão; **8.4. Arquivar** o processo, após expirados os prazos legais. *Vencida a proposta de voto do Auditor Relator Alípio Reis Firmo Filho que votou pelo conhecimento, negativa de provimento e ciência.* **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno). Nesta fase de julgamento assumiu a presidência dos trabalhos o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, para conceder vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. **AUDITOR-RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO (Com vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).** **PROCESSO Nº 11.515/2022 -**





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.6

Prestação de Contas da Câmara Municipal de Caapiranga, de responsabilidade do Sr. Moises Santos da Silva, referente ao exercício de 2021. **CONCEDIDO VISTA DOS AUTOS À EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS. PROCESSO Nº 12.126/2022** - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Manaquiri, de responsabilidade da Sra. Maria das Graças Araújo de Freitas, referente ao exercício de 2021. **CONCEDIDO VISTA DOS AUTOS À EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS. Nesta fase de julgamento retornou à presidência dos trabalhos a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto). PROCESSO Nº 12.212/2022** - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, de responsabilidade do Sr. Nazareno Souza Martins, referente ao exercício de 2021. **Advogados:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Ayanne Fernandes Silva - OAB/AM 10351, Fabricia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446 e Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243. **PARECER PRÉVIO Nº 97/2023: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à **unanimidade**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas gerais da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do Sr. Nazareno Souza Martins, Prefeito Municipal, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea "c", da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea "a", item 1, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, c/c art. 22, II, alínea "b" e o art. 24, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE. *Vencida a proposta de voto do Excelentíssimo Sr. Auditor Relator Luiz Henrique Pereira Mendes que votou pela Desaprovação das Contas, determinação e ciência.* **ACÓRDÃO Nº 97/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Recomendar** a Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença que: **a)** Cumpra com o máximo zelo os prazos para publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal; bem como, a efetiva remessa dos dados nos Sistema GEFIS deste Tribunal; **b)** Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Execução orçamentária, conforme artigo 1º, da Resolução nº 06/00-TCE; **c)** Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Gestão Fiscal, previsto no artigo 63, II, b, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF; **d)** Faça previsão na Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual de recursos para capacitação de servidores, em cumprimento a Lei Municipal nº 093/2004; **e)** Faça a consolidação, identificação e demonstração fidedigna da Conta "Créditos" do Balanço Patrimonial, por credor, data, valor e nota de empenho, de cada exercício financeiro; **f)** Faça o competente procedimento licitatório enquadrando a cada modalidade, para as despesas cujos limites estão estabelecidos no artigo 23, incisos e alíneas do Estatuto Licitatório; **g)** Cumpra o dispositivo dos artigos 259, 260, 264 e 267 da Resolução nº 04/2002-RITCE, quanto a remessa de todas as admissões de pessoal para a devida apreciação e julgamento desta Corte de Contas. **10.2. Determinar** o encaminhamento, após a publicação, do Parecer Prévio, acompanhado deste Voto e de cópia integral destes autos à respectiva Câmara Municipal, para que, nos termos do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.7

Amazonas, proceda o julgamento das contas do Prefeito Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado ou o equivalente, estando a Câmara Municipal em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte; Decorrido esse prazo, sem deliberação pela Câmara Municipal, que as contas juntamente com o parecer do Tribunal sejam incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação; O parecer prévio, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal; **10.3. Determinar** a Secretaria Geral de Controle Externo-SECEX que extraia cópia dos autos e promova a autuação do processo autônomo Fiscalização dos Atos de Gestão, para apreciação por este Tribunal Pleno; **10.4. Dar ciência** ao Sr. Nazareno Souza Martins; **10.5. Arquivar** os autos nos termos regimentais. *Vencida a proposta de voto do Excelentíssimo Sr. Auditor Relator Luiz Henrique Pereira Mendes que votou pela Desaprovação das Contas, determinação e ciência. /==/* **JULGAMENTO EM PAUTA: CONSELHEIRO-RELATOR: JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO. PROCESSO Nº 13.969/2017** - Representação interposta pelo Ministério Público de Contas, referente a recursos repassados ao Município de Maués, através da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. **ACÓRDÃO Nº 1317/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Determinar** o arquivamento da Representação, sem resolução do mérito, por considerar a COISA JULGADA, conforme o art. 485, inciso V, do CPC c/c art. 127, da Lei nº 2.423/96, uma vez que a matéria em apreço já se encontra julgada por esta Corte de Contas, nos autos do Processo nº 12.821/2020. Nesta fase de julgamento assumiu a presidência dos trabalhos o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, para conceder vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. **PROCESSO Nº 12.253/2022** - Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara - SAAE, referente ao exercício de 2021, sob a responsabilidade da Sra. Marcela Cristine Andrade da Costa. **CONCEDIDO VISTA DOS AUTOS À EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.** Nesta fase de julgamento retornou à presidência dos trabalhos a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. **CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR. PROCESSO Nº 12.061/2020** - Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE, de responsabilidade do Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho, referente ao exercício de 2019. **ACÓRDÃO Nº 1318/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Considerar revel** o Sr. **Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Presidente da SAAE e Ordenador de Despesas, exercício de 2019, diante da ausência de defesa, em relação às restrições apontadas pela DICAMI, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002; **10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE, referente ao exercício 2019, sob a responsabilidade do Sr. **Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Presidente da SAAE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, "b" e "c", da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, III, "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes da fundamentação do Voto; **10.3. Considerar em Alcance** ao Sr. **Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, no valor de **R\$ 29.700,00** e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, nos termos do art. 304, IV, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, diante da ausência de comprovação das despesas com diárias no período de 01/01 a 31/12/2019, referente à





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.8

restrição nº 8 da DICAMI, da fundamentação do Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96–LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02–RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Aplicar Multa ao Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, no valor de **R\$ 68.271,96** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 com redação dada pela LC nº 204/2020, c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes das restrições nºs 2 a 13 da DICAMI, os quais foram objeto da fundamentação do voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Determinar**, diante as irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **10.6. Dar ciência** ao Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho, Presidente da SAAE e Ordenador de Despesas, à época, para conhecimento da presente Decisão; **10.7. Arquivar** os presentes autos, após expirados os prazos legais. **PROCESSO Nº 13.416/2021 (Apenso: 11.090/2018 e 13.320/2021)** - Prestação de Contas referente à 1ª parcela do Termo de Convênio nº 018/2011, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA e a Prefeitura Municipal de Iranduba. **ACÓRDÃO Nº 1319/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Arquivar** a Prestação de Contas referente à primeira parcela do Termo de Convênio nº 18/2011, firmado entre o Estado Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e a Prefeitura Municipal de Iranduba, em observância aos princípios da celeridade e da economia processual, ressaltando a realização da análise do mérito do referido ajuste no Processo nº 11.090/2018, apenso, que se encontra mais completo, conforme fundamentação do





Voto; **8.2. Dar ciência** às partes interessadas, Espólio do Sr. Raymundo Nonato Lopes e Sra. Waldívia Ferreira Alencar, bem como aos atuais gestores da SEINFRA e da Prefeitura Municipal de Iranduba, acerca do teor da presente decisão. **PROCESSO Nº 11.090/2018 (Apensos: 13.416/2021 e 13.320/2021)** - Tomada de Contas Especial do Termo de Convênio nº 018/2011, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA e a Prefeitura Municipal de Iranduba. **Advogados:** Antônio das Chagas Ferreira Batista OAB/AM 4177 e Paula Ângela Valério de Oliveira - OAB/AM 1024. **ACÓRDÃO Nº 1321/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 15, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Considerar revel o Sr. Raymundo Nonato Lopes**, Prefeito Municipal de Iranduba, à época, tendo em vista a ausência de manifestação válida e regular no presente feito, com fulcro no art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 88, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Julgar irregular** a Tomada de Contas Especial do Termo de Convênio nº 018/2011, de responsabilidade do Sr. Raymundo Nonato Lopes, Prefeito Municipal de Iranduba, à época, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei Estadual nº 2.423/1996, c/c art. 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.3. Determinar** a extinção da punibilidade em relação ao Sr. Raymundo Nonato Lopes, Prefeito Municipal de Iranduba, à época, decorrente do seu falecimento, em razão do caráter personalíssimo da multa, que não deve ultrapassar a pessoa do condenado; **8.4. Dar ciência** às partes interessadas Sra. Waldívia Ferreira Alencar, por meio de suas representantes legais, e Sra. Maria Das Graças Colares Izel Lopes, cônjuge do Sr. Raymundo Nonato Lopes, para que tomem ciência da presente decisão; e **8.5. Arquivar** o presente processo, após expirados os prazos legais. **PROCESSO Nº 13.320/2021 (Apensos: 13.416/2021 e 11.090/2018)** - Prestação de Contas referente à 2ª parcela do Termo de Convênio nº 018/2011, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA e a Prefeitura Municipal de Iranduba. **ACÓRDÃO Nº 1320/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "I", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Arquivar** a Prestação de Contas referente à segunda parcela do Termo de Convênio nº 18/2011, firmado entre o Estado Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e a Prefeitura Municipal de Iranduba, em observância aos princípios da celeridade e da economia processual, ressaltando a realização da análise do mérito do referido ajuste no Processo nº 11.090/2018, apenso, que se encontra mais completo, conforme fundamentação do Voto; **8.2. Dar ciência** às partes interessadas, Espólio do Sr. Raymundo Nonato Lopes e Sra. Waldívia Ferreira Alencar, bem como aos atuais gestores da SEINFRA e da Prefeitura Municipal de Iranduba, acerca do teor da presente decisão. **PROCESSO Nº 16.946/2021** - Embargos de Declaração em Representação oriunda da Manifestação nº 711/2021-Ouvidoria, encampada pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX/TCE/AM, em face da Prefeitura Municipal de Tefé, sob a responsabilidade do Sr. Normando Bessa de Sá, Prefeito Municipal à época, em razão de supostas irregularidades nos Termos Aditivos do Contrato nº 60/2017, firmado entre a Prefeitura Municipal de Tefé e a empresa Ozônio Telecomunicações Ltda. **Advogado:** Marcos dos Santos Carneiro Monteiro - OAB/AM 12846. **ACÓRDÃO Nº 1322/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Normando Bessa de Sa, Prefeito Municipal de Tefé, em face do Acórdão nº 420/2023-





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.10

TCE–Tribunal Pleno (fls. 834/836), considerando que restou demonstrado o adimplemento de todos os requisitos de admissibilidade descritos nos arts. 145 e 148, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **7.2. Negar Provedimento, no mérito**, aos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Normando Bessa de Sa, Prefeito Municipal de Tefé, em face do Acórdão nº 420/2023–TCE–Tribunal Pleno (fls. 834/836), mantendo-se, na íntegra, seu teor, conforme Fundamentação do Voto; e, **7.3. Dar ciência** ao embargante Sr. Normando Bessa de Sa, por meio de seus representantes legais, acerca do Relatório-Voto e do decisório superveniente. **PROCESSO Nº 11.641/2023 (Apenso: 16.153/2019, 16.152/2019, 16.154/2019 e 14.720/2019)** - Recurso de Revisão interposto pela Sra. Maria Trindade Feitoza Leite, em face do Acórdão nº 1541/2021-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14.720/2019. **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149. **ACÓRDÃO Nº 1323/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pela **Sra. Maria Trindade Feitoza Leite**, em face do Acórdão nº 1541/2021–TCE–Primeira Câmara (fls. 189/190, proferido nos autos do processo nº 14.720/2019, em apenso), por estarem presentes os requisitos de admissibilidade elencados no art. 145, c/c art. 157, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provedimento** ao Recurso de Revisão interposto pela **Sra. Maria Trindade Feitoza Leite**, para modificar o Acórdão nº 1541/2021–TCE–Primeira Câmara (fls. 189/190, proferido nos autos do processo nº 14.720/2019, em apenso), devendo os itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 do citado Acórdão serem excluídos, pelos motivos já expostos no presente Voto, cuja redação passará a ser a seguinte: **8.2.1.** julgar legal o Decreto nº 1127 de 29 de março de 2018 (fl. 9), retificado pelo Decreto nº 1434 de 4 de junho de 2018 (fl.16, do processo nº 14.720/2019), que concedeu o benefício de aposentadoria à Sra. Maria Trindade Feitoza Leite, ocupante do cargo professor, nível I, classe/referência 001-09, matrícula nº 401, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Manacapuru-AM, conforme originariamente concedido; **8.2.2.** determinar o registro ao ato de aposentadoria concedido em favor da Sra. Maria Trindade Feitoza Leite, no setor competente desta Corte, tudo na forma do art. 1º, V, da Lei n.º 2.423/1996 e art. 5º, V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. **8.3. Dar ciência** ao Fundo de Previdência Social dos Servidores de Manacapuru-AM e à Sra. Maria Trindade Feitoza Leite, do teor da presente decisão; e, **8.4. Arquivar** os autos após expirados os prazos legais. **PROCESSO Nº 12.505/2023 (Apenso: 14.134/2021)** - Recurso Ordinário interposto pelo Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo - SISPREV, em face do Acórdão nº 21/2023-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14.134/2021. **Advogado:** Claudio Guilherme Lima de Mendonça - OAB/AM 15371. **ACÓRDÃO Nº 1324/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário interposto pelo **Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo - SISPREV**, em face do Acórdão nº 21/2023–TCE–Segunda Câmara (fls. 262/263), exarado nos autos do Processo nº 14.134/2021 (apenso), por estarem presentes os requisitos de admissibilidade elencados no art. 145, combinado com o art. 151, ambos da Resolução nº 04/02 do TCE-AM; **8.2. Dar Provedimento, no mérito**, ao Recurso de Ordinário interposto pelo **Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo - SISPREV**, em face do Acórdão nº 21/2023–TCE–Segunda Câmara (fls. 262/263), exarado nos autos do Processo nº 14.134/2021 (apenso), devendo reformar o referido acórdão para determinar o julgamento pela legalidade e registro da aposentadoria da Sra. Maria das Graças Ribeiro de Oliveira, matrícula nº 1407, no cargo de técnica de patologia clínica, nível I-4, do quadro da





Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, conforme Portaria nº 05 de 20 de abril de 2023. Além de excluir a penalidade aplicada a gestora da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo; **8.3. Dar ciência** ao Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo-SISPREV e à Sra. Maria das Graças Ribeiro de Oliveira, por meio de seus representantes legais, do teor da presente decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno). Nesta fase de julgamento assumiu a presidência dos trabalhos o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, para que a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos pudesse relatar seus processos.

CONSELHEIRA-RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS. PROCESSO Nº 12.266/2017 (Apenso: 12.264/2017) - Tomada de Contas Especial do Termo de Contrato de Patrocínio nº 96/2014, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura - SEC e o Grupo Folclórico Quadrilha Vitória Régia. **ACÓRDÃO Nº 1325/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, "h" da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Reconhecer** a prescrição punitiva/ressarcitória, razão pela qual deixo de aplicar sanções nos termos do projeto de Lei Complementar deste TCE/AM, da Nota Recomendatória Conjunta nº 002/2023 da ATRICON, da Resolução nº 344/2022 – TCU e da Emenda Constitucional nº 132; **8.2. Dar ciência** aos Srs. Robério dos Santos Pereira Braga, Secretário de Estado de Cultura, à época e Walderclei Pereira de Souza, representante do Grupo Folclórico, à época, da decisão e do Relatório-voto; e **8.3. Arquivar** os autos nos termos e prazos regimentais. **PROCESSO Nº 12.264/2017 (Apenso: 12.266/2017)** - Prestação de Contas do Termo de Contrato de Patrocínio nº 96/2014, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura - SEC e o Grupo Folclórico Quadrilha Vitória Régia. **ACÓRDÃO Nº 1326/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 15, V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Determinar** o julgamento pela extinção do processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso V, do CPC; **8.2. Dar ciência** aos Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, Secretário de Estado de Cultura - SEC e Sr. Walderclei Pereira de Souza, representante do Grupo Folclórico Quadrilha Vitória Régia, da decisão; **8.3. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 12.175/2017 (Apenso: 13.039/2017)** - Tomada de Contas Especial da 2ª parcela do Termo de Convênio nº 24/2014, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC e a Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Januário Santana. **ACÓRDÃO Nº 1327/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Reconhecer** a prescrição punitiva/ressarcitória com resolução do mérito, nos termos do projeto de lei complementar deste TCE/AM, da Nota Recomendatória Conjunta nº 002/2023 da ATRICON, da Resolução nº 344/2022 - TCU e da Emenda Constitucional nº 132; **8.2. Dar ciência** à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, ao Sr. Rossieli Soares da Silva, à Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Januário Santana e ao Sr. Sandro Tavares da Cruz, desta decisão e do Relatório-voto; e **8.3. Arquivar** o processo nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 13.039/2017 (Apenso: 12.175/2017)** - Prestação de Contas da 1ª parcela do Termo de Convênio nº 24/2014, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC e a Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual





Januário Santana. **ACÓRDÃO Nº 1328/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Reconhecer** a prescrição punitiva/ressarcitória com resolução do mérito, nos termos do projeto de lei complementar deste TCE/AM, da Nota Recomendatória Conjunta nº 002/2023 da ATRICON, da Resolução nº 344/2022 - TCU e da Emenda Constitucional nº 132; **8.2. Dar ciência** à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, ao Sr. Rossieli Soares da Silva, à Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Januário Santana e ao Sr. Sandro Tavares da Cruz, da decisão e do Relatório-voto; e **8.3. Arquivar** o processo nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 14.968/2016 (Apenso: 14.204/2016)** - Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, no sentido da instauração de Tomada de Contas Especial em vista de comprovados danos ao erário no âmbito da gestão e execução de contratos do Estado/SUSAM com a Sociedade de Humanização e Desenvolvimento de Serviços de Saúde Novos Caminhos - Instituto Novos Caminhos. **ACÓRDÃO Nº 1329/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da representação do Ministério Público de Contas, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Reconhecer** a prescrição punitiva, considerando que o prazo iniciou na data de autuação do presente processo, que não houve marco interruptivo e nem suspensivo, reconheço, de ofício, a ocorrência da prescrição, registrando o processo não está maduro para julgamento do mérito, haja vista o problema na instrução e na ausência de notificação aos interessados, pelo que deixo de analisa-lo. **PROCESSO Nº 14.204/2016 (Apenso: 14.968/2016)** - Representação acerca de possíveis ilegalidades na gestão dos recursos da saúde. **ACÓRDÃO Nº 1330/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, no sentido de: **9.1. Conhecer** da representação interposta em face da Secretaria de Estado de Saúde - SES (antiga SUSAM), por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Reconhecer** a prescrição punitiva, considerando que o prazo iniciou na data de autuação do presente processo, que o marco interruptivo se deu nos idos anos de 2016 e que não teve prazo suspensivo, reconheço de ofício, a ocorrência da prescrição, registrando o processo não está maduro para julgamento do mérito, haja vista a ausência de manifestação meritória nos termos regimentais, frisando que determinar a manifestação meritória conclusiva da Unidade Técnica e do Ministério Público, neste momento, após tendo sido reconhecida a ocorrência da prescrição, no meu sentir, fere de morte a garantia constitucional do duração razoável do processo. **PROCESSO Nº 12.828/2017** - Representação formulada pelo Sr. José Maria Rodrigues da Rocha Junior, Prefeito do Município de Juruá, em face do Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira, ex-gestor, acerca de possíveis irregularidades na Prestação de Contas do Termo de Convênio nº 094/2014-SEDUC. **ACÓRDÃO Nº 1331/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da representação do Sr. José Maria Rodrigues da Rocha Junior, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Reconhecer** a prescrição Punitiva, uma vez que o processo foi instaurado





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.13

nesta Corte de Contas nos idos anos de 2017, sem a presença de nenhum marco interruptivo e nem suspensivo, contando desta forma com mais de 05 anos da data de autuação até os dias atuais e, no mérito, julgar a presente Representação Improcedente, dado o cumprimento do convênio posto em voga, nos termos da decisão do processo nº 13361/2018; **9.3. Determinar** à SEPLENO, que promova a comunicação dos interessados, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. **PROCESSO Nº 11.973/2017** - Tomada de Contas Especial da 2ª Parcela do Termo de Concessão de Apoio Financeiro nº 56/2015, firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa-SEC e Quadrilha de Duelo em Busca da Paz no 59º Festival Folclórico do Amazonas. **ACÓRDÃO Nº 1332/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, "h" da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Reconhecer** a prescrição intercorrente, nos termos do projeto de lei complementar deste TCE/AM, da Nota Recomendatória Conjunta nº 002/2023 da ATRICON, da Resolução nº 344/2022 – TCU e da Emenda Constitucional nº 132; **8.2. Julgar legal** a 2ª Parcela do Termo de Concessão de Apoio Financeiro nº 56/2015-PF-SEC, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa-SEC (concedente), representada pelo seu Secretário, à época, Sr. Robério dos Santos Pereira Braga e a Sra. Creiciane da Costa Rosa (conveniente), Representante da Quadrilha cujo objeto consiste na “concessão de apoio financeiro para viabilizar a apresentação da Quadrilha de duelo em Busca da Paz no 59º Festival Folclórico do Amazonas, conforme disposto no artigo 2º da Lei nº 2423/96; **8.3. Julgar regular** a Tomada de Contas Especial da 2ª parcela do Termo de Concessão de Apoio Financeiro nº 56/2015-PF-SEC, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa-SEC, firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura - SEC (concedente), representada pelo seu Secretário, à época, Sr. Robério dos Santos Pereira Braga e a Sra. Creiciane da Costa Rosa (conveniente), Representante da Quadrilha cujo objeto consiste na “concessão de apoio financeiro para viabilizar a apresentação da Quadrilha de duelo em Busca da Paz no 59º Festival Folclórico do Amazonas, nos termos do artigo 22, inciso I, da Lei nº 2423/1996; **8.4. Dar quitação** ao Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa-SEC, à época e à Sra. Creiciane da Costa Rosa, Representante da Quadrilha cujo objeto consiste na “concessão de apoio financeiro para viabilizar a apresentação da Quadrilha de duelo em Busca da Paz no 59º Festival Folclórico do Amazonas, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002–RITCE; **8.5. Dar ciência** ao Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa-SEC, à época e à Sra. Creiciane da Costa Rosa, Representante da Quadrilha cujo objeto consiste na “concessão de apoio financeiro para viabilizar a apresentação da Quadrilha de duelo em Busca da Paz no 59º Festival Folclórico do Amazonas; **8.6. Arquivar** os autos nos termos e prazos regimentais. **PROCESSO Nº 11.337/2017 (Apenso: 10.624/2017)** - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Urucurituba, de responsabilidade do Sr. Pedro Amorim Rocha e Sr. Renaldo Serrão dos Santos, referente ao exercício de 2016. **Advogado**: Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851. **PARECER PRÉVIO Nº 92/2023: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à **unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Urucurituba, referente ao exercício de 2016 (U.G: 576), de responsabilidade do **Sr. Pedro Amorim Rocha**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.14

03.07.2016, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o art. 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da EC nº. 15/1995, artigo 18, I, da LC nº 06/1991, arts. 1º, I, e 29 da Lei nº 2423/1996–LOTCE/AM, e art. 5º, I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, III, da Resolução. nº 09/1997; **10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Urucurituba, referente ao exercício de 2016 (U.G: 576), de responsabilidade do **Sr. Renaldo Serrão dos Santos**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no período de 04.07.2016 a 31.12.2016, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996–LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997. **ACÓRDÃO Nº 92/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais: **10.1.1.** desatualização total do Portal de Transparência e a não atualização dos dados até 03 de julho de 2016, em razão ainda de não evidenciar as receitas, relatórios, boas práticas de transparências, como não liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48, II, §2º e §3º e 48-A da LC nº 101/2000); **10.1.2.** descumprimento do artigo 165, Parágrafo 3º da Constituição Federal, em razão da não publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (1º, 2º e 3º), relatórios resumidos da execução orçamentária; **10.1.3.** o descumprimento das exigências contidas nos arts. 31, 70 e 74, caput, incisos e §1º, da CF/1988, arts. 39 e 45, da C.Estadual, art. 76, da Lei nº 4.320/64, art. 59, da LC 101/00, art. 43 a 47, da Lei nº 2.423/96 e Resolução TCE nº 09/2016, conforme a seguir: a) A não apresentação do instrumento legal de criação do Controle Interno, não obstante na apresentação do Relatório do Controle Interno seja citada a Lei Municipal 439/2011; b) A não apresentação do instrumento de nomeação de controlador interno; c) Apresentação do Relatório do Controle Interno, mesmo sem os documentos legais que possam lastrear o documento; **10.1.4.** não posicionamento do Controle Interno sobre: a. o atraso da FOPAG FUNDEB do funcionalismo respectivo da municipalidade; b. o não recolhimento das cotas previdenciárias, servidor e patronal no exercício inspecionado ao INSS; **10.1.5.** não envio de dados ao sistema GEFIS referente ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2016 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, nos termos da Res. nº 15/2013, alterada pela Res. nº 24/2013; **10.1.6.** descumprimento do prazo de envio de dados e não envio ao Sistema GEFIS referente ao 1º e 2º semestre de 2016 do RGF, em descumprimento ao art. 32, II, “h”, da LO/TCE c/c o art. 5º, § 1º da Lei nº 10.028/00; **10.1.7.** descumprimento da transparência em sítio informado, transgredindo os preceitos estabelecidos de acordo com a LC nº 131/2009 e seu normativo e também o Decreto nº 7185/2010 pois o Portal de Transparência não está atualizado o que impede que se dê pleno cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal. **10.2. Determinar** o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Urucurituba, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas; **10.3. Determinar** à Secretaria de Controle Externo-SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 72 da DICAMI e de 73 a 74 da DICOP, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 75 a 82 que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do Voto; **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos ao interessado, bem como à Câmara Municipal de Urucurituba e à





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.15

Prefeitura Municipal. **PROCESSO Nº 10.624/2017 (Apenso: 11.337/2017)** - Relatório de Transmissão de Cargo do Prefeito de Urucurituba, 2016/2017. **ACÓRDÃO Nº 1333/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída art. 11, inciso IV, alínea "i" da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, no sentido de: **7.1. Arquivar** o processo sem resolução de mérito, sugerindo ao Egrégio Tribunal Pleno, Voto, conforme competência estabelecida no item 3, alínea "a", inciso III, do artigo 11, da Resolução nº 04/2002-RITCE. **PROCESSO Nº 11.239/2017 (Apenso: 13.275/2021)** - Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Urucurituba, de responsabilidade do Sr. Manuel Costa Leal, referente ao exercício de 2016. **Advogados:** Livia Rocha Brito - OAB/AM 6474, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428. **ACÓRDÃO Nº 1334/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração do Sr. Manuel Costa Leal, responsável pela Câmara Municipal de Urucurituba à época, por preencher os requisitos necessários; **7.2. Negar Provedimento** ao Recurso do Sr. Manuel Costa Leal, considerando a inexistências de pontos omissos, obscuros ou contraditórios no Acórdão nº 805/2023–TCE–Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11239/2017, mantendo-o integralmente. **PROCESSO Nº 11.881/2018 (Apenso: 11.197/2017)** - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, de responsabilidade do Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça, referente ao exercício de 2017. **PARECER PRÉVIO Nº 93/2023: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, referentes ao exercício de 2017 (U.G: 452), de responsabilidade do **Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça**, Prefeito Municipal, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996–LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997. **ACÓRDÃO Nº 93/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais: **10.1.1.** descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente aos seis bimestres de 2017 do RREO, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução 15/13 c/c a 24/13; **10.1.2.** descumprimento do prazo de publicação referente aos seis bimestres de 2017 do RREO, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em





descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3o, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC no 101/00; **10.1.3.** descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente aos dois semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13; **10.1.4.** descumprimento do prazo de publicação referente aos dois semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 55, §2º da LC no 101/00; **10.1.5.** ausência de divulgação em meio eletrônico de acesso público, em consulta realizada em 24/04/2018, das informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Acesso à Informação, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal; **10.1.6.** descumprimento das metas bimestrais de arrecadação estabelecidas no art. 13 da LRF; **10.1.7.** descumprimento da meta de resultado primário conf. art. 9º da LRF; **10.1.8.** divergência encontrada entre a PCA (Processo 11881/18) e o RREO – 6º bimestre/17. **10.2. Determinar** o encaminhamento desse Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas; **10.3. Determinar** à Secretaria de Controle Externo-SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 25 da DICOP e de 26 a 67 da DICAMI, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 65 a 72 que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do Voto; **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos ao interessado, bem como à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo e à Prefeitura Municipal. **PROCESSO Nº 14.576/2018** - Representação nº 98/2018/MPC-RMAM interposta pelo Procurador Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, em face de possível negligência da Prefeitura de Presidente Figueiredo no tocante à regular oferta e gestão do serviço de transporte escolar em âmbito local. **ACÓRDÃO Nº 1374/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Não conhecer** da presente Representação nº 98/2018/MPC/RMAM interposta pelo Procurador de Contas Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, devido à incompetência desta Corte de Contas em julgar a matéria exposta; **9.2. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que: **9.2.1.** Encaminhe cópia dos autos ao Tribunal de Contas da União – TCU, para determinar as medidas que entender cabíveis; **9.2.2.** Oficie o Representado, dando-lhe ciência do teor da Decisão e, após sua publicação, remeta os autos ao Arquivo. **PROCESSO Nº 10.417/2019** - Tomada de Contas Especial referente ao Termo de Convênio nº 009/2008, firmado entre a Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR e a Associação dos Agroextrativista do Alto Apocuitaua Cicanta - ASAC. **Advogado:** Sender Jacaúna de Lima - OAB/AM 6292. **ACÓRDÃO Nº 1375/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Julgar legal** o Termo de Convênio nº 009/2008–SEPROR firmado entre o Estado do Amazonas por intermédio da Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, representada pelo Sr. Eronildo Braga Bezerra e a Associação dos Agroextrativista do Alto Apocuitaua Cicanta - ASAC representado pelo seu Presidente, à época, Sr. José Raimundo de Oliveira Serra, conforme disposto no art. 2º da Lei 2423/96; **8.2. Julgar irregular** a Tomada de Contas Especial referente ao Termo de Convênio nº 009/2008-Sepror, em relação ao Sr. José Raimundo de Oliveira Serra, responsável pela Associação dos Agroextrativista do Alto Apocuitaua Cicanta -





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.17

ASAC, à época, pela permanência de todas as impropriedades elencadas na Notificação nº 458/2022-Diatv, nos termos do art. 22, III, da Lei nº 2.423/1996-TCE/AM; **8.3. Aplicar multa** ao **Sr. José Raimundo de Oliveira Serra**, responsável, à época, pela Associação dos Agroextrativista do Alto Apocuitaua Cicanta - ASAC no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) pela permanência das impropriedades da Notificação nº 458/2022-DIATV, nos termos do art. 308, VI, da Res. nº 04/2002-RI-TCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **8.4. Considerar em Alcance** ao **Sr. José Raimundo de Oliveira Serra**, responsável pela Associação dos Agroextrativista do Alto Apocuitaua Cicanta - ASAC no valor de **R\$60.000,00** (sessenta mil reais), pela permanência das impropriedades da Notificação nº 458/2022-DIATV, nos termos dos artigos 304 e 305 da Res. nº 04/2002-RI-TCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96–LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **8.5. Dar quitação** ao **Sr. Eronildo Braga Bezerra** responsável pela Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR; **8.6. Dar ciência** ao Sr. José Raimundo de Oliveira Serra, ao Sr. Eronildo Braga Bezerra, à SEPROR e à Associação dos Agroextrativista do Alto Apocuitaua Cicanta - ASAC da decisão e do relatório-voto; **8.7. Arquivar** o presente processo nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 11.594/2019** - Prestação de Contas Anual da Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, de responsabilidade do Sr. Claudemir Jose Andrade, referente ao exercício de 2018. **ACÓRDÃO Nº 1376/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Senhor Claudemir Jose Andrade**, Diretor Geral da





Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM; **10.2. Dar quitação ao Sr. Claudemir Jose Andrade**, Diretor Geral da Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do art. 188, do RITCE, evite a ocorrência das impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.3.1.** O Orçamento não representa a avaliação do custo da obra com base em documentação técnica (desenhos, memoriais e especificação). O orçamento possui quantitativo superior aos necessários para execução do objeto, sem justificativas para geração dos quantitativos previstos com base nos projetos e documentações técnicas constantes no processo administrativo, além de que a ausência da memória de cálculo de quantitativos, impossibilita avaliar se o restante do orçamento possui quantitativo adequado aos necessários para execução do objeto; **10.3.2.** O Orçamento não possui Composição de Custo Unitários que apresentem coeficientes de produtividade, consumo e preço, inclusive BDI e Leis Sociais, com base em sistemas de referência ou criados com base em preços de mercado; **10.3.3.** O Projeto Básico não possui Memória de Cálculo detalhada, identificando a área, a especificação do material, e locação em planta e quantitativo total dos serviços. **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002–RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE. **PROCESSO Nº 16.183/2019 (Apenso: 11.433/2019)** - Embargos de Declaração em Representação interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX/TCE/AM, em razão de possíveis irregularidades por parte da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851. **ACÓRDÃO Nº 1377/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos presentes Embargos de Declaração interpostos pelo Sr. Eraldo Trindade da Silva, uma vez preenchidos os requisitos legais; **7.2. Dar provimento** aos presentes Embargos de Declaração interpostos pelo Sr. Eraldo Trindade da Silva pelos motivos expostos no presente Relatório-Voto, de modo que seja anulado o Acórdão nº 633/2023–TCE–Tribunal Pleno, procedendo com a reabertura da instrução processual dos autos; **7.3. Determinar** à DEAP que proceda com a juntada do pedido de prorrogação de prazo protocolado pelo embargante, por intermédio de seu advogado constituído e, após, sejam remetidos os autos à DICETI para nova instrução dos autos; **7.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO, que dê ciência do teor desta decisão ao Sr. Eraldo Trindade da Silva, Prefeito Municipal de Boa Vista do Ramos. **PROCESSO Nº 11.479/2020** - Tomada de Contas Especial referente ao Termo de Convênio nº 02/2012, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC e a Prefeitura Municipal de Careiro. **ACÓRDÃO Nº 1378/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Julgar legal** o Termo de nº 02/2012-Seduc, firmado entre o Estado do Amazonas por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC (Concedente), representada pelo seu Secretário, à época, Sr. Gedeão Timóteo Amorim e a Prefeitura Municipal de Careiro representado pelo seu Prefeito, à época, Sr. Joel Rodrigues Lobo, conforme disposto no art. 2º da Lei 2.423/96; **8.2. Julgar regular com ressalvas** a Tomada de Contas Especial referente às duas parcelas do Termo de Convênio nº 02/2012-Seduc, firmado entre o Estado do Amazonas por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC (Concedente), representada pelo seu Secretário, à época,





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.19

Sr. Gedeão Timóteo Amorim e a Prefeitura Municipal de Careiro, representado pelo seu Prefeito, à época, Sr. Joel Rodrigues Lobo, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2423/1996-TCE/AM; **8.3. Determinar** aos interessados que nas futuras transferências voluntárias observem a Resolução nº 12/2012-TCE/AM, a obrigatoriedade da aplicação de contrapartida conforme a Lei Complementar nº 101/2000, que cumpram o percentual mínimo definido pela LDO vigente à época do ajuste e que demonstrem que existe previsão orçamentária na LOA da época da subscrição do ajuste; **8.4. Dar quitação** ao Sr. Gedeão Timóteo Amorim e Sr. Joel Rodrigues Lobo responsável pela Prefeitura Municipal de Careiro; **8.5. Dar ciência** ao Sr. Gedeão Timóteo Amorim, Sr. Joel Rodrigues Lobo, à SEDUC e à Prefeitura Municipal de Careiro desta decisão e do relatório-voto; **8.6. Arquivar** o presente processo nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 11.949/2020** - Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, de responsabilidade do Sr. Marcelo Magaldi Alves, referente ao exercício de 2019. **Advogados:** Paula Ângela Valério de Oliveira - OAB/AM 1024 e Maria Victória Pereira da Silva Mourão - OAB/AM 14191. **ACÓRDÃO Nº 1379/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Arquivar** o presente processo, extinguindo-o sem julgamento de mérito, em razão da impossibilidade de apreciação e julgamento da matéria, tendo em vista que toda a execução financeira, orçamentária, e exame de obras públicas está sob análise nos autos do processo 11.948/2020 - Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde, unidade a qual gerenciou os recursos da Secretaria Municipal de Saúde. **PROCESSO Nº 12.352/2020** - Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, de responsabilidade do Sr. Evandro Miranda Cardoso, referente ao exercício de 2019. **Advogado:** Marcos dos Santos C. Monteiro – OAB/AM nº 12.846. **ACÓRDÃO Nº 1380/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos presentes embargos de declaração do Sr. Evandro Miranda Cardoso, por ter atendimento os termos regimentais; **7.2. Negar provimento** aos presentes embargos de declaração do Sr. Evandro Miranda Cardoso, por ausência de omissão, obscuridade e contradição no julgado rechaçado; **7.3. Determinar** à SEPLENO que promova a comunicação dos interessados, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. **PROCESSO Nº 13.001/2020** - Representação, com Pedido de Medida Cautelar, formulada pela empresa J.A. Souto Loureiro S. A. - Laboratório Reunidos, em face da Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), em razão de possíveis irregularidades no Edital de Convocação Pública nº 001/2019, cujo objetivo era a contratação de prestadores de serviços de exames laboratoriais. **Advogados:** Fabricio Jacob Acris de Carvalho - 9145, Andreza Natacha Bonetti da Silva - OAB/AM 16488 e Yeda Yukari Nagaoka - OAB/AM 15540. **ACÓRDÃO Nº 1381/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente representação da Empresa J.A. Souto Loureiro-laboratório Reunidos, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Julgar improcedente** a presente representação da Empresa J.A. Souto Loureiro-laboratório Reunidos, em razão do saneamento das irregularidades; **9.3. Determinar** à SEPLENO que promova a comunicação dos interessados, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. **PROCESSO Nº 15.920/2020** – Representação, com pedido de Medida





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.20

Cautelar, interposta pelo Sr. Daniel da Silva Barbosa, em razão de supostas irregularidades no Contrato nº 007/2020, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA e a Ecoagro Comércio e Serviços Ambientais Ltda.

Advogados: Fábio Vitor da Cruz Santana OAB/AM 12287, Ketllen Braga Castro OAB/AM 12518, Elaine Cristina Viana Feitosa OAB/AM 13519. **ACÓRDÃO Nº 1396/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação do Sr. Daniel da Silva Barbosa, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Julgar improcedente** a Representação do Sr. Daniel da Silva Barbosa, uma vez, que pelo número de propostas apresentadas quando da realização da concorrência, depreende-se que o princípio da competitividade foi observado, tendo sido observado também os critérios objetivos de julgamento; **9.3. Determinar** à SEPLENO que promova a comunicação dos interessados, por meio de seus advogados habilitados, se for o caso. **PROCESSO Nº 16.744/2020** - Representação oriunda da Manifestação nº 416/2020-Ouvidoria, em face da Prefeitura Municipal de Coari, acerca de irregularidades no Pregão Presencial nº 036/2020/CPL/PMC. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Souza – OAB/AM 14193. **ACÓRDÃO Nº 1397/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Não conhecer** da Representação em face da Prefeitura Municipal de Coari haja vista vez que a matéria em exame não se subordina ao Regimento Interno desta Corte de Contas, com base no art. 82 da Resolução nº 004/2002-TCE-AM; **9.2. Determinar** o encaminhamento dos autos à autoridade federal competente, o Ministério da Saúde, bem como dar ciência do feito ao Tribunal de Contas da União; **9.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que oficie o interessado, dando-lhe ciência do teor da decisão e, após sua publicação, sejam os autos remetidos a arquivamento. *Vencido o voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Ari Moutinho acompanhando o órgão técnico.* **PROCESSO Nº 10.256/2021 (Apenso: 15.973/2021)** – Representação, com pedido de Medida Cautelar, oriunda da Manifestação nº 09/2021-Ouvidoria, em face da Prefeitura de Coari, em razão de possíveis irregularidades no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2020, destinado à contratação de professores. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897. **ACÓRDÃO Nº 1395/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação em face da Prefeitura Municipal de Coari, pois presentes os critérios de sua admissibilidade; **9.2. Julgar improcedente** a Representação em face da Prefeitura Municipal de Coari, uma vez constatado a realização de Processo Seletivo Simplificado em excepcional circunstância de manutenção do funcionalismo público durante a Covid-19; **9.3. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Coari realize planejamento com o fito de, como ocorreu no ano de 2023, realize as futuras contratações através de Concurso Público, em observância ao regramento da Lei de Responsabilidade Fiscal e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, dentre outros; **9.4. Arquivar** o processo internamente; **9.5. Notificar** a Prefeitura Municipal de Coari sobre o julgamento do feito. *Vencido o voto-*





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.21

destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, acompanhando o Ministério Público de Contas pela procedência da Representação, ilegalidade e determinação. **PROCESSO Nº 15.973/2021 (Apenso: 10.256/2021)** - Admissão de Pessoal realizada pela Prefeitura Municipal de Coari no 1º Quadrimestre de 2021 por meio do Processo Seletivo Simplificado de nº 0001/2020. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280. **ACÓRDÃO Nº 1394/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 15, inciso III, art. 260, art. 261 e seus parágrafos da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Admissão de Pessoal, em face da Prefeitura Municipal de Coari, pois presentes os critérios de sua admissibilidade; **9.2. Julgar legal** a Admissão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Coari, uma vez constatado a realização de Processo Seletivo Simplificado em excepcional circunstância de manutenção do funcionalismo público durante a Covid-19; **9.3. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Coari realize planejamento com o fito de, como ocorreu no ano de 2023, realize as futuras contratações através de Concurso Público, em observância ao regramento da Lei de Responsabilidade Fiscal e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, dentre outros; **9.4. Notificar** a Prefeitura Municipal de Coari sobre o julgamento do feito; **9.5. Arquivar** o processo internamente. *Vencido o voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, acompanhando o Ministério Público de Contas pela procedência da Representação, ilegalidade e determinação.* **PROCESSO Nº 10.748/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 049/2021 – Ouvidoria formulada pelo Sr. Marco Antonio Maciel de Castro, em razão de indícios de irregularidades quanto à realização de pregões presenciais realizados pela Prefeitura e Câmara de Coari, durante o período de restrição do novo coronavírus. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Any Gresy Carvalho da Silva OAB/AM 12.438, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897. **ACÓRDÃO Nº 1393/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “I”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** da Representação da SECEX-TCE/AM, por ter sido interposta nos termos regimentais; **8.2. Julgar procedente** a Representação da SECEX-TCE/AM; **8.3. Determinar** à SEPLENO que promova a comunicação dos interessados, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. *Vencido o voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, acompanhando o Ministério Público de Contas.* **PROCESSO Nº 11.067/2021** - Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari – CAESC, de responsabilidade do Sr. Tacio Cezar Magalhães da Cunha, Sr. Cristianerson Pereira Rodrigues e Sr. Izocrates de Oliveira Brandão Filho, referente ao exercício de 2020. **Advogados:** Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897. **ACÓRDÃO Nº 1392/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC,





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.22

referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Senhor Tacio Cezar Magalhaes da Cunha**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 01.01.2020 a 15.04.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM; **10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Senhor Cristianerson Pereira Rodrigues**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 15.04.2020 a 24.09.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002–RITCE/AM; **10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Senhor Izocrates de Oliveira Brandao Filho**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 24.09.2020 a 31.12.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM; **10.4. Dar quitação** ao **Senhor Tacio Cezar Magalhaes da Cunha**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 01.01.2020 a 15.04.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002–RITCE; **10.5. Dar quitação** ao **Senhor Cristianerson Pereira Rodrigues**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 15.04.2020 a 24.09.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996–LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002–RITCE; **10.6. Dar quitação** ao **Senhor Izocrates de Oliveira Brandao Filho**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 24.09.2020 a 31.12.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996–LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002–RITCE; **10.7. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.7.1.** Os balancetes mensais, via sistema E-Contas, do CAESC, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2020, foram encaminhados a esta Corte de fora do prazo; **10.7.2.** Em análise ao Balanço Patrimonial do órgão, apresentado no bojo da prestação de contas do exercício de 2020, verificou-se a necessidade de apresentação de resposta aos esclarecimentos; **10.7.3.** Ausência da conta “Depreciação Acumulada”; **10.7.4.** Os valores dos bens patrimoniais contabilizados diferem dos controles administrativos, pois enquanto no balanço consta o valor de R\$ 625.662,70, não houve apresentação de controles do setor de patrimônio, conforme declaração às fls. 85 da prestação de contas; **10.7.5.** Não houve a apresentação do “Inventário dos Estoques”, sob justificativa de que os materiais são de consumo imediato, conforme declaração às fls. 77 da prestação de contas; **10.7.6.** De acordo com as informações apresentadas nos resumos das folhas de pagamento da CAESC do período de janeiro a dezembro/2020 mais o do 13º salário, o total geral a ser repassado de recolhimento previdenciário ao INSS foi de R\$ 588.254,84. Entretanto, não houve comprovação dos valores repassados ao INSS (PATRONAL + EMPREGADOS). Portanto, a CAESC encontra-se inadimplente com o repasse das contribuições previdenciárias ao INSS de todo o período de 2020, no total geral de R\$ 588.254,84, incluindo o referente ao 13º salário; **10.7.7.** A CAESC, desde a sua criação, nunca fez concurso público para a admissão/contratação de servidores para o seu quadro de empregados públicos. Em decorrência dessa omissão, a CAESC vem, de forma rotineira, contratando servidores temporários para as suas atividades rotineiras principalmente aquelas voltadas a sua atividade fim de sua existência, sendo necessário, de forma urgente, a realização de concurso público nesta Autarquia, em desacordo com os incisos II, V e IX, art. 37 da Constituição da República; **10.7.8.** As diárias concedidas aos servidores da CAESC possuem como fundamento legal a Lei Municipal n.º 716/19, art. 3º (aos Agentes Políticos e equiparados) e a Lei Municipal n.º 715/19, art. 49 (demais servidores efetivos e comissionados), porém houve irregularidade na concessão de diárias aos servidores temporários; **10.7.9.** Ausência de ato administrativo concedendo a Gratificação de Atividade I, II e III (COD. 39, 40 e 41) aos servidores da CAESC; **10.7.10.** Ausência de preenchimento de requisitos dos cargos comissionados de Diretor Presidente e de Diretor Administrativo e Financeiro da CAESC; **10.7.11.** Em análise aos procedimentos de dispensa de licitação nº 1 a 16º, verificou-se a inobservância ao que determina o art. 38 da Lei nº





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.23

8666/1993, uma vez que os processos se encontram sem numeração de folhas e peças sem assinatura do ordenador, em desacordo com o Art. 38 da Lei nº 8.666/1993; **10.7.12.** Nos procedimentos de dispensa de licitação nº 1, 2, 3, 15 e 16/2020 detectou-se que os empenhos não continham à assinatura dos ordenadores da despesa, em desacordo com o art. 58, Lei nº 4.320/64; **10.7.13.** Em análise aos procedimentos de dispensa de licitação nº 5, 6, 8 e 12/2020, foi constatado que o objeto da dispensa não se encontra devidamente caracterizada, conforme art. 14 da Lei nº 8666/1993, em desacordo com o art. 14 da Lei nº 8666/1993; **10.7.14.** Nos processos administrativos dos procedimentos de dispensa de licitação nº 1, 2, 3, 5, 11, 13, 14, 15 e 16 os atestados de recebimento das mercadorias e/ou serviços encontram-se sem a assinatura do responsável pela conferência, em desacordo com o Art. 73 da Lei 8666/1993; Art. 63 da Lei nº 4320/1964. **10.8. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002–RITCE, adote as providências do art. 162, §1º, do RITCE. *Vencido o voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, acompanhando o Ministério Público de Contas pela irregularidade das contas, multas e determinações.* **PROCESSO Nº 11.154/2021** - Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Iranduba, de responsabilidade do Sr. Josué Lomas de Ribamar, referente ao exercício de 2020. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280. **ACÓRDÃO Nº 1391/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora , **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração, interposto pelo Senhor Josué Lomas de Ribamar, Presidente da Câmara Municipal de Iranduba e Ordenador de Despesas, à época, em face do Acórdão nº 709/2023–TCE–Tribunal Pleno, às fls. 566/572 da Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Iranduba, referente ao exercício de 2020, por preencher os requisitos legais, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no RITCE/AM, para que no mérito; **7.2. Negar provimento** aos Embargos de Declaração, interposto pelo Senhor Josué Lomas de Ribamar, Presidente da Câmara Municipal de Iranduba e Ordenador de Despesas, à época, diante dos motivos aqui expostos, mantendo-se o Acórdão nº. 709/2023–TCE–Tribunal Pleno, às fls. 566/572, na forma como foi protocolado; **7.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO, que dê ciência desta decisão ao Senhor Josué Lomas de Ribamar, Presidente da Câmara Municipal de Iranduba e Ordenador de Despesas, à época. **PROCESSO Nº 11.481/2021** - Embargos de Declaração em Prestação de Contas da parcela única referente ao Termo de Convênio nº 051/2018, firmado entre a Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR e a Prefeitura Municipal de Canutama. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897. **ACÓRDÃO Nº 1390/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora , **em parcial consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Dar provimento** aos Embargos do Senhor Orsine Rufino de Oliveira Junior, de modo a sanar omissões e contradições no julgado, de modificar o Acórdão 402/2023–TCE-Primeira Câmara, passando a ter a seguinte redação: **Julgado Legal** o Termo de Convênio nº 051/2018-Amazonastur, firmado entre a Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR de responsabilidade de seu Secretário, à época, Sr. Orsine Rufino de Oliveira Júnior e a Prefeitura Municipal de Canutama, representada pelo seu Prefeito, à época, Sr. Otaniel Lyra de Oliveira, pelas impropriedades não sanadas 1





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.24

e 2 do Laudo Técnico nº 730/2022-Diatv, conforme art. 1º, VIII, IX, XVI, 32, IIV, da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c art. 5º, XVI e arts. 253 a 257 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **Julgar Regular** a Prestação de Contas da parcela única do Termo de Convênio nº 051/2018-Amazonastur, firmado entre a Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR de responsabilidade de seu Secretário, à época, Sr. Orsine Rufino de Oliveira Júnior e a Prefeitura Municipal de Canutama, representada pelo seu Prefeito, à época, do Sr. Otaniel Lyra de Oliveira pelas impropriedades não sanadas de nº 3, 4, 7 e 8 do Laudo Técnico nº 730/2022-DIATV, nos termos do art. 22, III e 25 da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, III da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **Excluir** os itens 8.3, 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7. **PROCESSO Nº 14.614/2021** - Tomada de Contas Especial do Termo de Convênio nº 005/2010, firmado entre a Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR e o Conselho de Desenvolvimento das Associações Comunitárias Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim. **Advogado:** Yuri Evanovick Leitão Furtado OAB/AM 10225. **ACÓRDÃO Nº 1389/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Reconhecer** a prescrição punitiva/ressarcitória razão pela qual deixo de aplicar sanções nos termos do projeto de lei complementar deste TCE/AM, da Nota Recomendatória Conjunta nº 002/2023 da ATRICON, da Resolução nº 344/2022-TCU e da Emenda Constitucional nº 132; **8.2. Julgar ilegal** o Termo de Convênio nº 005/2010-SEPROR, firmado entre a Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR (Concedente) de responsabilidade de seu Secretário, à época, Senhor Eronildo Braga Bezerra e o Conselho D.A.C.P.A. Tarumã-Mirim (Convenente), representada pelo seu Presidente, à época, Senhor Moisés Colares de Araújo, conforme arts. 1º, VIII, IX, XVI, 32, IIV, da Lei Estadual nº. 2.423/1996 c/c o art. 5º, XVI e artigos 253 a 257 da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM; **8.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Termo de Convênio nº. 005/2010 - SEPROR, firmado entre a Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR (Concedente) de responsabilidade de seu Secretário, à época, Sr. Eronildo Braga Bezerra e o Conselho D.A.C.P.A. Tarumã-Mirim (Convenente), representada pelo seu Presidente, à época, Sr. Moisés Colares de Araújo, nos termos dos arts. 22, III e 25 da Lei nº. 2.423/1996, c/c o artigo 188, inciso III da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM; **8.4. Dar ciência** ao Ministério Público do Amazonas com remessa de cópia dos autos nos termos do 22, §3º da Lei nº 2423/1996-LOTCE/AM; **8.5. Dar ciência** aos Interessados, Senhores Eronildo Braga Bezerra, Secretário da Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR e Moisés Colares de Araújo, Presidente do Conselho D.A.C.P.A. Tarumã-Mirim, da decisão e do Relatório-voto; **8.6. Arquivar** os autos nos termos e prazos regimentais. **PROCESSO Nº 14.828/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 508/2021-Ouvidoria, contra a Prefeitura Municipal de Iranduba, referente à comunicação de ocorrência de possível prejuízo aos direitos dos profissionais da educação e carga horária irregular dos professores do Município. **Advogado:** Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199. **ACÓRDÃO Nº 1388/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação oriunda da Manifestação nº 508/2021-Ouvidoria, contra a Prefeitura Municipal de Iranduba, referente à comunicação de ocorrência de possíveis prejuízo aos direitos dos profissionais da educação e carga horária irregular dos professores do Município; **9.2. Julgar parcialmente procedente** a Representação oriunda da Manifestação nº 508/2021-Ouvidoria, contra a Prefeitura Municipal de Iranduba, visto que foi afastada a irregularidade quanto à suspensão e/ou retirada do AEAP e quanto à carga dobrada dos professores; **9.3. Recomendar** ao Sr. Jose Augusto Ferraz de Lima, Prefeito de Iranduba, que: **9.3.1.** Tome imediatas providências quanto à efetividade da regra estabelecida no art. 21 da 178/2011, notadamente quanto ao previsto no parágrafo





único do mesmo artigo, até a presente data sem implementação e regulamentação, conforme exposto pelo prefeito de Iranduba em 06/04/2023; **9.3.2.** evite a carga dobrada dos professores prevista no art. 15 da Lei 178/2011, inclusive por tempo excessivo, considerando que as necessidades de pessoal devem ser supridas, em regra, mediante concurso público, sob pena de aplicação das sanções legais. **9.4. Dar ciência** ao Sr. Jose Augusto Ferraz de Lima, Prefeito de Iranduba e demais interessados; **9.5. Arquivar** o processo após o cumprimento dos tópicos acima, nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 14.956/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 510/2021-Ouvidoria, referente à comunicação de possível irregularidade cometida pela Secretaria Estadual de Saúde – SES (antiga SUSAM), no que diz respeito ao afastamento da Sra. Moana Silene Gusmão Tavares de suas atividades, em razão de pedido de aposentadoria solicitado desde o ano de 2017. **ACÓRDÃO Nº 1387/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação oriunda da Manifestação nº 510/2021-Ouvidoria referente à comunicação de possível irregularidade cometida pela Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), no que diz respeito ao afastamento da Sra. Moana Dilene Gusmão Tavares de suas atividades, em razão de pedido de aposentadoria solicitado desde o ano de 2017; **9.2. Julgar procedente** a presente Representação oriunda da Manifestação nº 510/2021-Ouvidoria, devido à morosidade no processamento da aposentadoria da servidora Moana Dilene Barros de G Tavares, CPF 38263041449, enfermeira (estatutária), matrícula 129.736-8 B, enfermeira da Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde, visto que o processo administrativo nº 17101.031868/2017-72 ficou sem movimentação no Órgão entre os anos de 2017 e 2020; **9.3. Determinar** ao Sr. Anoar Abdul Samad, Secretário de Saúde, que adote medidas que visem à apuração de responsabilidades a quem deu causa à demora no processamento da aposentadoria da servidora Moana Dilene Barros de G Tavares e encaminhe a este Tribunal, no prazo de até 60 (sessenta) dias, informações a respeito das providências adotadas ao cumprimento desta recomendação; **9.4. Dar ciência** aos Sr. Anoar Abdul Samad, Secretário de Saúde; Sr. Márcio Rys Meirelles de Miranda, ex-Diretor-Presidente da AMAZONPREV; Sr. Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado da Casa Civil do Amazonas e Sra. Maria Neblina Marães – Diretora-Presidente da Fundação Previdenciária do Estado do Amazonas - AMAZONPREV; **9.5. Arquivar** o processo após o cumprimento da determinação acima, nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 15.743/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 564/2021-Ouvidoria, em face da Prefeitura de Coari, em razão de possível acúmulo ilegal de cargos públicos pelo Sr. Edivaldo Gonçalves de Holanda junto à SEDUC e à Secretaria Municipal de Educação do Município de Coari. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280. **ACÓRDÃO Nº 1386/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente representação da SECEX-TCE/AM, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Julgar improcedente** a presente representação da Secex-TCE/AM, dada a inexistência de acúmulo de cargos; **9.3. Determinar** que à SEPLENO promova a comunicação dos interessados, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. *Vencido o voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, acompanhando o Ministério Público de Contas.* **PROCESSO Nº 16.006/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 595/2021-Ouvidoria, em face da Prefeitura Municipal de Coari, em virtude de possível irregularidade





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.26

no processo seletivo para provimentos de cargos para profissionais de apoio à educação zonas urbana e rural, sobre o regime temporário, realizado pela referida Municipalidade. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280. **ACÓRDÃO Nº 1385/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Determinar** o arquivamento dos autos por perda de objeto, visto que o mesmo objeto já está sendo tratado nos autos do Processo n.º 16.392/2022; **9.2. Dar ciência** à Sra. Maria Ducirene Menezes Rodrigues, Prefeita, à época, da Prefeitura Municipal de Coari. *Vencido o voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, acompanhando o Ministério Público de Contas.* **PROCESSO Nº 16.843/2021** – Representação, com pedido de Medida Cautelar, interposta pelo Sr. Adonias Tavares da Silva, em face da Prefeitura Municipal de Coari, em razão de possíveis irregularidades nos Pregões Presenciais nº 40/2021 e 54/2021. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280. **ACÓRDÃO Nº 1384/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente representação do Sr. Adonias Tavares da Silva, por ter sido interposto nos termos regimentais; **9.2. Julgar Improcedente** a presente representação do Sr. Adonias Tavares da Silva, pela ausência de irregularidades na condução nos Pregões Presenciais nº 40/2021 e 54/2021; **9.3. Determinar** à SEPLENO para que promova a comunicação dos interessados, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. **PROCESSO Nº 16.993/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 727/2021, referente à possível acumulação de cargos públicos pelo Sr. Francisco Franco Rodrigues, junto à Prefeitura Municipal de Iranduba. **Advogados:** Fabricio Jacob Acris de Carvalho - 9145, Andreza Natacha Bonetti da Silva - OAB/AM 16488, Louise Martins Ferreira - OAB/AM 5628, Luiza Regina Ferreira Demasi - OAB/AM 15505, Yeda Yukari Nagaoka - OAB/AM 15540 e Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199. **ACÓRDÃO Nº 1383/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação em face do Sr. Francisco Franco Rodrigues por ter sido formulada sob a égide do art. 288 da Resolução nº 004/2002-TCE/AM; **9.2. Julgar Procedente** a presente Representação formulada pela SECEX-TCE/AM referente a suposto indício de acúmulo ilícito de cargos públicos pelo servidor Francisco Franco Rodrigues junto à Prefeitura Municipal de Iranduba e a SES; **9.3. Determinar** à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SES, na pessoa do Secretário de Saúde, o Sr. Anoar Samad Abud, que no prazo de 30 dias após a publicação do decisum apresente ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, documentação comprobatória do ato de exoneração do Ar. Francisco Franco Rodrigues do cargo de Vigia, matrícula 123327-2A, vínculo estatutário, que ocupa no referido órgão. **PROCESSO Nº 11.230/2022** – Representação formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX, em face da Secretaria de Estado de Saúde – SES, com o escopo de apurar suposta irregularidade na acumulação de cargos públicos. **Advogados:** Fabricio Jacob Acris de Carvalho - 9145, Andreza Natacha Bonetti da Silva - OAB/AM 16488, Louise Martins Ferreira





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.27

- OAB/AM 5628 e Yeda Yukari Nagaoka - OAB/AM 15540. **ACÓRDÃO Nº 1382/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação formulada pela Secex - TCE/AM, uma vez que preenche os requisitos do art. 288 da Resolução nº 004/2002-TCE/AM; **9.2. Julgar procedente** a presente Representação formulada em face da Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), sob a responsabilidade do Sr. Anoar Samad Abud e em face do servidor Marcelo Medeiros Barros; **9.3. Determinar** a SES que convoque o servidor para fazer a opção do cargo que deseja manter, com fulcro na lei 17.062/86; **9.4. Determinar** que proceda com a finalização do PAD e envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 dias após a publicação da decisão, documento que comprove a devida finalização do PAD; **9.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que oficie os interessados, dando-lhes ciência do teor da Decisão e, após sua publicação, sejam os autos remetidos à arquivamento. **PROCESSO Nº 11.955/2022** - Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE, de responsabilidade do Sr. Ricardo Queiroz Paiva e do Sr. Thiago Nobre Rosas, referente ao exercício de 2021. **ACÓRDÃO Nº 1373/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos presentes Embargos de Declaração do Sr. Ricardo Queiroz de Paiva, por terem sido interpostos nos termos regimentais; **7.2. Dar Provimento** aos presentes Embargos de Declaração, do Sr. Ricardo Queiroz de Paiva, no sentido de, concedendo-lhes efeitos infringentes, reformar o Acórdão nº 444/2023–TCE–Tribunal Pleno, que passa a ter a seguinte redação: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas do Sr. Ricardo Queiroz de Paiva, Defensor Geral, à época, nos termos do inciso I, do artigo 22, da Lei nº 2.423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM. **10.2. Julgar regular** a Prestação de Contas do Sr. Thiago Nobre Rosas, Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE/AM, à época, nos termos do inciso I, do artigo 22, da Lei nº 2.423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM; **10.3. Dar quitação** ao Senhor Ricardo Queiroz de Paiva, Defensor Geral, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso I, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE. **10.4. Dar quitação** ao Senhor Thiago Nobre Rosas, Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE/AM, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso I, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE. **10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE. **PROCESSO Nº 11.956/2022** - Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual do Fundo Especial da Defensoria Pública, de responsabilidade do Sr. Ricardo Queiroz de Paiva e do Sr. Thiago Nobre Rosas, referente ao exercício de 2021. **ACÓRDÃO Nº 1335/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração do Sr. Ricardo Queiroz de Paiva, por terem sido interpostos nos termos regimentais; **7.2. Dar Provimento** aos Embargos de Declaração do Sr. Ricardo Queiroz de Paiva, no sentido de, concedendo-lhes efeitos infringentes, reformar o Acórdão nº 445/2023–TCE–Tribunal Pleno, que passa a ter a seguinte redação: **7.2.1.**





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.28

Julgar regular a Prestação de Contas do Sr. Ricardo Queiroz de Paiva, Defensor Geral, à época, nos termos do inciso I, do artigo 22, da Lei nº 2.423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM; **7.2.2.** Julgar regular a Prestação de Contas do Sr. Thiago Nobre Rosas, Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE/AM, à época, nos termos do inciso I, do artigo 22, da Lei nº 2.423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM; **7.2.3.** Dar quitação ao Sr. Ricardo Queiroz de Paiva, Defensor Geral, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso I, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE; **7.2.4.** Dar quitação ao Sr. Thiago Nobre Rosas, Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE/AM, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso I, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE; **7.2.5.** Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE. **PROCESSO Nº 12.078/2022** - Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, de responsabilidade do Sr. Izócrates de Oliveira Brandão Filho, referente ao exercício de 2021. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280. **ACÓRDÃO Nº 1415/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. Izócrates de Oliveira Brandao Filho**, Presidente da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM; **10.2. Dar quitação** ao **Sr. Izócrates de Oliveira Brandao Filho**, Presidente da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.3.1.** Ausência de recolhimentos previdenciários pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari junto ao INSS (parte patronal e segurado), na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei, de todas as competências de 2021 (janeiro a dezembro e 13º salário); **10.3.2.** Falta de contabilização dos ajustes para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (antiga provisão para devedores duvidosa), bem como da correta previsão orçamentária da receita; **10.3.3.** Excesso de servidores com vínculo precário e ausência de concurso público na Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari; **10.3.4.** Descumprimento às fases de Execução da Despesa Pública. **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE. *Vencido o voto-destaque proferido em sessão do Conselheiro Ari Moutinho, que acompanhou o Ministério Público pela irregularidade das contas, multa, alcance e recomendações da Unidade Técnica.* **PROCESSO Nº 14.205/2022** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela Sra. Dalgiza Barroso do Nascimento, em desfavor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, em face de possíveis irregularidades acerca do Edital Pregão Eletrônico nº 646/2022-CSC. **Advogado:** Dalgiza Barroso do Nascimento, 15150 OAB-AM. **ACÓRDÃO Nº 1336/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.29

termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a representação da Sra. Dalgiza Barroso do Nascimento, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Julgar Improcedente** a representação da Sr. Dalgiza Barroso do Nascimento, por não ter sido evidenciada infringência ao princípio da competitividade; **9.3. Determinar** à SEPLENO que promova a comunicação das partes, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. **PROCESSO Nº 16.214/2022** - Planejamento, Transparência e Controle Social na Gestão do SUS nos Municípios do Interior do Amazonas. Prefeitura do Município de Guajará; Secretaria de Saúde do Município de Guajará (Direção Municipal do SUS) e Fundo Municipal de Saúde de Guajará. **ACÓRDÃO Nº 1337/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Determinar** o arquivamento dos autos, considerando que o levantamento será analisado no processo de Prestação de Contas Anual, exercício 2023; **8.2. Determinar** que a SECEX extraia cópia do Relatório do Departamento de Auditoria em Saúde-DEAS (fls. 52/117), dos Pareceres n.º 8087/2022 (fls. 118/119) e n.º 3083/2023 (fl. 130), e junte aos autos da futura Prestação de Contas Anual dos Órgãos que fizeram parte do escopo da auditoria. **PROCESSO Nº 16.215/2022** - Planejamento, Transparência e Controle Social na Gestão do SUS nos Municípios do Interior do Amazonas. Prefeitura do Município de Iranduba; Secretaria de Saúde do Município de Iranduba (Direção Municipal do SUS) e Fundo Municipal de Saúde de Iranduba. **ACÓRDÃO Nº 1338/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Determinar** o arquivamento dos autos, considerando que o levantamento será analisado no processo de Prestação de Contas Anual, exercício 2023; **8.2. Determinar** que a SECEX extraia cópia do Relatório do Departamento de Auditoria em Saúde-DEAS (fls. 52/113), dos Pareceres n.º 7905/2022 (fls. 114/116) e n.º 2679/2023 (fls. 125/126), e junte aos autos da futura Prestação de Contas Anual dos Órgãos que fizeram parte do escopo da auditoria. **PROCESSO Nº 16.291/2022 (Apensos: 16.819/2021, 16.720/2020 e 16.721/2020)** - Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Waldivia Ferreira Alencar, em face do Acórdão nº 1106/2022-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 16.720/2020. **ACÓRDÃO Nº 1339/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** o Recurso/Representação/Denúncia da **Sra. Waldivia Ferreira Alencar**, responsável pela SEINFRA à época, por preencher os requisitos necessários; **7.2. Dar Provimento** ao recurso de reconsideração, da **Sra. Waldivia Ferreira Alencar**, para no mérito dar provimento do Recurso Reconsideração, reformando o Acórdão nº 1106/2022-TCE-Tribunal Pleno, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação interposta pelo Ministério Público de Contas, na pessoa do seu Procurador signatário, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, no intuito de apurar possíveis irregularidades atinentes à validade da celebração e regularidade da gestão executiva do Contrato nº 093/2012, firmado pela SEINFRA com a empresa ETAM Ltda., cujo objeto é a duplicação da Rodovia AM-070; **9.2. Julgar improcedente** a Representação interposta pelo Ministério Público de Contas, na pessoa do seu Procurador signatário, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, no intuito de apurar possíveis irregularidades atinentes à validade da celebração e regularidade da gestão executiva do Contrato nº 093/2012, firmado pela SEINFRA com a empresa





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.30

ETAM Ltda., cujo objeto é a duplicação da Rodovia AM-070; excluir os demais itens. **PROCESSO Nº 16.384/2022** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela empresa Claro S.A., em desfavor da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, para apuração de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1021/2022. **ACÓRDÃO Nº 1340/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a representação interposta pela Empresa Claro S/A; **9.2. Julgar Improcedente** a representação interposta pela Empresa Claro S/A, por não restarem demonstrados nos autos indícios de irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1021/2022; **9.3. Determinar** à SEPLENO que promova a comunicação dos interessados, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. **PROCESSO Nº 16.419/2022** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pelo Ministério Público de Contas, em desfavor do Sr. Arnaldo Gomes Flores, Titular da Controladoria Geral do Município de Manaus, com o objetivo de apurar e sanar possível má-gestão, ilicitude e omissão por aparente falta de providências para dotar de sistema de integridade & compliance o serviço de Controle Interno da Administração Municipal. **ACÓRDÃO Nº 1341/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a representação do Ministério Público de Contas, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Julgar Improcedente** a representação do Ministério Público de Contas, uma vez que a Controladoria Geral do Município não está inerte no que se refere à adoção de medidas para a implantação de um sistema de integridade; **9.3. Determinar** à SEPLENO que promova a comunicação dos interessados, por meio dos advogados habilitados, se for o caso. **PROCESSO Nº 16.463/2022 (Apenso: 14.889/2018)** - Recurso Inominado interposto pela Sra. Maria da Luz Aparecida Borges Neves, em face do Despacho nº 1600/2022-GP (fls. 79/122 – Processo nº 16.463/2022). **Advogado**: Samuel Cavalcante Da Silva- OAB /AM 3.260. **ACÓRDÃO Nº 1342/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** o Recurso Inominado em tela, interposto pela Sra. Maria da Luz Aparecida Borges Neves, em face do Despacho nº 1600/2022-GP (fls. 79/122 – Processo nº 16463/2022); **7.2. Dar Provimento** ao Recurso Inominado interposto pela Sra. Maria da Luz Aparecida Borges Neves, em face do Despacho nº 1600/2022-GP (fls. 79/122 do Processo nº 16463/2022), publicado no D.O.E. deste Tribunal em 17/01/2023, Edição nº 2971, Pág. 11, por meio do qual fora inadmitido o Recurso de Revisão interposto pela recorrente, em face do Acórdão nº 442/2019-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14889/2018, no sentido de admitir o Recurso de Revisão, encaminhando para análise meritória, por meio de redistribuição da Relatoria; **7.3. Determinar** a publicação deste Acórdão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, em observância ao disposto no art. 153, §1º, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **7.4. Notificar** a Sra. Maria da Luz Aparecida Borges Neves, bem como seu causídico, com cópia deste Acórdão, Relatório/Voto e Parecer Ministerial; **7.5. Determinar** o encaminhamento dos autos à SEPLENO, para as providências cabíveis. **PROCESSO Nº 11.257/2023 (Apenso: 15.000/2020 e 15.001/2020)** - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia, em face do Acórdão nº 849/2022-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 15.000/2020. **Advogados**: Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.31

Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897. **ACÓRDÃO Nº 1425/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário do **Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia**, responsável pela Prefeitura Municipal de Parintins à época, por preencher os requisitos; **8.2. Dar Provedimento** ao Recurso do **Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia**, responsável pela Prefeitura Municipal de Parintins à época, pelos fatos e fundamentos aqui expostos, de modo a declarar a prescrição quinquenal da pretensão punitiva e ressarcitória do processo originário nº 15000/2020, e no mérito, modifique o Acórdão nº 849/2022, conseqüentemente o Acórdão nº 167/2019, ambos exarados pelo Tribunal Pleno-Primeira Câmara, no sentido de julgar a Prestação de Contas do Terno de Convênio nº 67/2010 regulares com ressalvas, excluindo-se a multa, e aplicando as recomendações necessárias, especialmente no que diz respeito a devida aplicação de normas norteadoras para procedimentos licitatórios. **PROCESSO Nº 11.588/2023** - Consulta interposta pelo Procurador Geral do Município de Uarini questionando se a publicação de Aviso de Licitação constante no Diário Oficial da União, baseada na Lei nº 8666/1993, seria afronta ao princípio da publicidade ou outro ordenamento jurídico. **ACÓRDÃO Nº 1343/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a consulta da Prefeitura Municipal de Uarini, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Responder** consulta formulada, da seguinte forma: "Em caso de publicação de Aviso de Licitação, baseado na Lei nº 8.666/93, há afronta ao princípio da publicidade ou outro ordenamento jurídico, se a divulgação ocorrer apenas no Diário Oficial da União?". Sob pena de afronta ao princípio da publicidade, é indispensável a publicação do Aviso de Licitação, não somente no Diário Oficial da União ou do Estado e em jornal diário de grande circulação no Estado ou no Município, nos termos do art. 21 da Lei 8666/93 e do art. 54 da Lei 14133/2021, recomendando-se ainda a publicação dos avisos no Portal da Transparência, em atendimento às regras previstas nos arts. 48 e 48-A, da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 8º, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), devendo ainda ser observada a futura obrigatoriedade de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **PROCESSO Nº 12.341/2023 (Aposos: 14.561/2019 e 15.424/2020)** - Recurso Ordinário interposto pela Sra. Elizete Barbosa da Silva, em face do Acórdão nº 1540/2021-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14.561/2019. **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149. **ACÓRDÃO Nº 1344/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário oriundo da **Sra. Elizete Barbosa da Silva**, pois, presentes os critérios de sua análise, conforme temos regimentais; **8.2. Dar Provedimento** ao Recurso Ordinário no sentido de reformar o Acórdão nº 1.540/2021 para Julgar Legal e conceder a aposentadoria da **Sra. Elizete Barbosa da Silva** no cargo de Professor, nível III classe/referência 003-04, matrícula 138, da Prefeitura Municipal de Manacapuru; **8.3. Notificar** a **Sra. Elizete Barbosa da Silva** sobre o julgamento do feito. **PROCESSO Nº 12.492/2023 (Aposos: 12.307/2021)** - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Rodrigo Tobias de Sousa Lima, em face do Acórdão nº 500/2023-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 12.307/2021. **Advogados:** Elvis Caldas Neves - OAB/AM 11804 e





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.32

Marcinei Brito de Souza Lima – OAB/AM 8258. **ACÓRDÃO Nº 1345/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o recurso ordinário do **Sr. Rodrigo Tobias de Sousa Lima**, Secretário de Estado de Saúde à época, por preencher os requisitos necessários; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao recurso ordinário do **Sr. Rodrigo Tobias de Sousa Lima**, Secretário de Estado de Saúde à época, diante dos fatos e fundamentos aqui expostos, no sentido de excluir do rol de irregularidades:- a Ausência de Demonstração da capacidade técnica da APACC e, - Desconto indevido de tarifas bancárias, mantendo-se o valor da multa, haja vista o valor mínimo aplicado ao caso, mantendo-se os demais termos do decisum. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno). Nesta fase de julgamento retornou à presidência dos trabalhos a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. **CONSELHEIRO-RELATOR: JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO. PROCESSO Nº 11.092/2018 (Apensos: 15.215/2018 e 10.017/2018)** - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, de responsabilidade do Sr. Clovis Moreira Saldanha, referente ao exercício de 2017. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280 e Maria Priscila Soares Bahia - OAB/AM 16367. **PARECER PRÉVIO Nº 94/2023: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Clovis Moreira Saldanha** - Prefeito Municipal, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, c/c art. 22, II, alínea “b” e o art. 24, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE. **ACÓRDÃO Nº 94/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Recomendar** à Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira que: **10.1.1.** Cumpra com o máximo zelo os prazos para publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal; bem como, a efetiva remessa dos dados nos Sistema GEFIS deste Tribunal; **10.1.2.** Elabore anualmente o inventário dos bens permanentes na forma disposta do artigo 94 da Lei Federal nº 4.320/64; **10.1.3.** Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Execução orçamentária, conforme artigo 1º, da Resolução nº 06/00-TCE; **10.1.4.** Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Gestão Fiscal, previsto no artigo 63, II, b, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF; **10.1.5.** Faça previsão na Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual de recursos para capacitação de servidores, em cumprimento a Lei Municipal nº 093/2004; **10.1.6.** Faça a consolidação, identificação e demonstração fidedigna da Conta "Créditos" do Balanço Patrimonial, por credor, data,





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.33

valor e nota de empenho, de cada exercício financeiro; **10.1.7.** Faça o competente procedimento licitatório enquadrando a cada modalidade, para as despesas cujos limites estão estabelecidos no artigo 23, incisos e alíneas do Estatuto Licitatório; **10.1.8.** Cumpra o dispositivo dos artigos 259, 260, 264 e 267 da Resolução nº 04/2002-RITCE, quanto a remessa de todas as admissões de pessoal para a devida apreciação e julgamento desta Corte de Contas. **10.2. Determinar** o encaminhamento, após a publicação, do Parecer Prévio, acompanhado deste voto e de cópia integral destes autos à respectiva Câmara Municipal, para que, nos termos do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, proceda ao julgamento das contas do Prefeito Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado ou o equivalente, estando a Câmara Municipal em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte; Decorrido esse prazo, sem deliberação pela Câmara Municipal, que as contas juntamente com o parecer do Tribunal sejam incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação; O parecer prévio, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal; **10.3. Determinar** a Secretaria Geral de Controle Externo-SECEX que extraia cópia dos autos e promova a autuação do processo autônomo fiscalização dos atos de gestão, para apreciação por este Tribunal Pleno; **10.4. Dar ciência** ao Sr. Clovis Moreira Saldanha e demais interessados; **10.5. Arquivar** os autos nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 11.934/2018** - Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI), de responsabilidade do Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Sr. José Jorge do Nascimento Júnior, Sr. Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula, Sr. Alfredo Paes dos Santos e Sr. Antônio Gilson Nogueira de Souza, referente ao exercício de 2017. **ACÓRDÃO Nº 1346/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, sob a responsabilidade dos Gestores o **Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira**, período de 01.01.2017 a 31.01.2017, do **Sr. José Jorge do Nascimento Júnior**, no período de 01.02.2017 a 04.10.2017, do **Sr. Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula**, no período de 19.10.2017 a 03.12.2017 e do **Sr. Alfredo Paes dos Santos**, no período de 04.12.2017 a 31.12.2017), e como Ordenador de Despesas o **Sr. Antônio Gilson Nogueira de Souza**, no período de 01.01.2017 a 31.12.2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei Nº 2.423/96 c/c o art. 188, inciso II da Resolução Nº 04/2002-RITCE; **10.2. Considerar revel** o **Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira**, Ex-Secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia, e Inovação – SEPLANCTI, nos termos do art. 88, da Resolução nº 04/2022-TCE-RI, por não se manifesta no prazo para oferecimento de defesa; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira**, ex-Secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia, e Inovação – SEPLANCTI, no valor de **R\$ 1.706,80** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, por não atendimento no prazo fixado, sem causa justificada à diligência do Tribunal de Contas, nos termos do art. 308, inciso I, alínea "a", da Resolução nº 04/2002-TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III,





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.34

do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Aplicar Multa ao Sr. José Jorge do Nascimento Junior, Sr. Estevão Vicente Cavalcanti M de Paula**, ambos no cargo de Gestores e o **Sr. Antônio Gilson Nogueira de Souza**, Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2423/96 no valor de **R\$ 1.706,80** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, por impropriedade de natureza formal, na formalização dos processos de Reconhecimento de Dívida, citados nos itens das Notificações nº 26, 27 e 45/2019-DICAD, mencionados no art. 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002-TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Determinar** que seja Oficiada a Controladoria Geral do Estado – CGE, com objetivo dar esclarecimentos e/ou justificativas quanto a não elaboração e envio do Relatório e Certificado de Auditoria, com Parecer do dirigente do órgão de Controle Interno na Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, relativo ao exercício de 2017; **10.6. Determinar** a atual administração da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, que: **10.6.1.** Efetue a imediata atualização do inventário físico financeiro, para que não haja, distorção entre o Balanço Patrimonial e o Sistema de Estoque usado pelo referido Órgão; **10.6.2.** Cumpra os requisitos exigíveis, estabelecido na Orientação Técnica nº 12/2013- GINS, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas - SEFAZ, que dispõe sobre os procedimentos para reconhecimento de dívidas em processos de despesas de exercícios anteriores, e de acordo com que estabelece o Decreto nº 25648, de 21 de fevereiro de 2006, bem como os citados abaixo: **10.6.3.** Excepcionalidade, o evento deve ser extraordinário e não rotineiro; **10.6.4.** Boa-fé das partes, do gestor público e do fornecedor ou prestador de serviços; **10.6.5.** Efetiva prestação de serviços, comprovada com o atesto e a regular liquidação; **10.6.6.** Apuração de responsabilidade por parte do gestor; **10.6.7.** Necessidade e importância do serviço contratado ou do produto adquirido, para o bem da administração pública, além da urgência na contratação; **10.6.8.** Parâmetro de preços, comprovação da economicidade e da vantajosidade; **10.6.9.** Ato formal (processo administrativo com a apuração dos fatos pelo gestor); **10.6.10.** Manifestação jurídica, técnica e dos órgãos internos de controle; **10.7. Dar ciência** ao Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, o Sr. José Jorge do Nascimento Júnior, o Sr. Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula, ao Sr. Alfredo Paes dos Santos e como Ordenador de Despesas o Sr. Antônio Gilson Nogueira de Souza, e aos demais interessados no processo. **PROCESSO Nº 12.746/2019** - Representação oriunda da Manifestação nº 45/2019-Ouvidoria, interposta pelo Sr. Carlos Dumas, em face da Prefeitura Municipal de Humaitá, acerca de possíveis irregularidades no Processo Seletivo Edital nº 001/2016-SEMED e 002/2016-SEMED. **Advogados:** Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199, Ana Claudia Soares Viana – OAB/AM 17319. **ACÓRDÃO Nº 1347/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “I”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.35

pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação originada de demanda da Ouvidoria, interposta pelo Sr. Carlos Daumas em face da Prefeitura Municipal de Humaitá, referente a irregularidades no Processo Simplificado oriundo dos Editais 001/16 e 002/16-SEMED; **9.2. Julgar Procedente** a Representação por causa da prorrogação indevida dos contratos temporários decorrentes dos PSS nº 01 e 02/2016 decorrentes dos Processos Seletivos Simplificados Editais 001/16 e 002/16-SEMED realizada pela Prefeitura Municipal de Humaitá, em desacordo com o edital que previa prazo máximo de 12 meses de contrato e com o art. 3º da Lei Municipal Nº 479/2009, antes da sua alteração; **9.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Herivânio Vieira de Oliveira**, responsável pela Prefeitura Municipal de Humaitá, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do art. 54, inc. VI, da Lei estadual Nº 2.423/96 c/c art. 308, inc. VI, Reso. 04/2022-RITCE e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no Relatório/Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Recomendar** a Prefeitura Municipal de Humaitá, que a atual gestão substitua, de maneira gradativa, os servidores admitidos pelo Processo Seletivo Simplificado, pelos servidores nomeados em concurso público, nos termos do art. 37, II da CF/88; **9.5. Determinar** que a gestão atual de Humaitá informe à este Tribunal de Contas as medidas realizadas, no prazo de 60 dias, sob pena de multa, nos termos do art. 54, IV da LOTCE/AM; **9.6. Dar ciência** a Prefeitura Municipal de Humaitá e aos demais interessados do teor desta decisão; **9.7. Arquivar** o processo após cumpridos os itens anteriores, nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 13.077/2019** - Representação oriunda da Manifestação nº 84/2019–Ouvidoria, em face da Prefeitura Municipal de Coari, acerca do excesso de cargos comissionados além do permitido por lei. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280. **ACÓRDÃO Nº 1348/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação em face da Prefeitura Municipal de Coari, oriunda da Manifestação nº 84/2019–Ouvidoria, acerca do excesso de cargos comissionados além do permitido por lei; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação em face da Prefeitura Municipal de Coari, oriunda da Manifestação nº 84/2019–Ouvidoria, acerca do excesso de cargos comissionados além do permitido por lei, vez que, no mérito, não há materialidade nas alegações capazes de comprovar a ilegalidade ou má gestão pública na referida denúncia, pois o número de servidores comissionados na folha de abril/2019 está amparado pela Lei Municipal nº 708/2018, a qual permitia o máximo de 2.548 comissionados; **9.3. Dar ciência** a Prefeitura Municipal de Coari e aos demais interessados, se houver; **9.4. Arquivar** o processo após o cumprimento da decisão, nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 15.203/2019 (Apensos: 11.225/2014, 10.328/2013, 11.848/2014 e**





12.422/2018) – Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, em face do Acórdão nº 736/2017-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.225/2014. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193 e Gabriel Simonetti Guimarães - OAB/AM 15710. **ACÓRDÃO Nº 1349/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração interposto pelo Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, Prefeito Municipal de Codajás, no exercício 2013, devidamente qualificado nos autos, em face do Acórdão nº 24/2017-TCE/Tribunal Pleno (parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2017) e do Acórdão nº 736/2017-TCE/Tribunal Pleno, proferidos pelo Egrégio Tribunal Pleno no Processo nº 11.225/2014, que trata da Prestação de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Codajás, Exercício 2013; **8.2. Negar Provimento** ao pedido de Reconsideração interposto pelo Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, Prefeito Municipal de Codajás, no exercício 2013, mantendo-se inalterados todos os termos do Acórdão nº 1317/2021-TCE-Tribunal Pleno, acostado às fls. 1724 a 1725 dos autos; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, Prefeito Municipal de Codajás, no exercício 2013, desta decisão; **8.4. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno). **PROCESSO Nº 16.835/2019** - Representação interposta pelo Vereador do Município de Humaitá, Sr. John Elton Auler, em face do Prefeito, Sr. Herivâneo Vieira da Oliveira, acerca de possível improbidade administrativa nos gastos das verbas do FUNDEB, em 2017 e 2018. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331. **ACÓRDÃO Nº 1350/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação do Sr. John Elton Auler em face do Prefeito, Sr. Herivâneo Vieira da Oliveira, acerca de possível Improbidade Administrativa nos gastos das verbas do FUNDEB, em 2017 e 2018; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação do Sr. John Elton Auler; **9.3. Dar ciência** ao Sr. John Elton Auler e aos demais interessados; **9.4. Arquivar** o processo após a ciência dos interessados. **PROCESSO Nº 16.838/2019** - Representação interposta pelo Sr. John Elton Auler, em face do Prefeito Municipal de Humaitá, Sr. Herivâneo Vieira da Oliveira, acerca de possível improbidade administrativa envolvendo verbas da COSIP, em 2017. **ACÓRDÃO Nº 1351/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação do Sr. John Elton Auler em face do Prefeito de Humaitá, Sr. Herivâneo Vieira da Oliveira, acerca de possível improbidade administrativa envolvendo verbas da COSIP, em 2017; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação do Sr. John Elton Auler; **9.3. Dar ciência** ao Sr. John Elton Auler e aos demais interessados; **9.4. Arquivar** o processo após a ciência dos interessados. **PROCESSO Nº 13.202/2020** – Embargos de Declaração em Representação interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX/TCE/AM, em face da Prefeitura Municipal de Barcelos, acerca de ausência de repasse municipal, no âmbito do RPPS. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.37

10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193. **ACÓRDÃO Nº 1352/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração protocolados pelo Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes, prefeito do município de Barcelos, à época; **7.2. Negar Provitamento** aos Embargos de Declaração protocolados pelo Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes, prefeito Municipal de Barcelos, à época, devido não ter sido identificado nenhum dos requisitos necessários, nos presentes autos, que ocasionasse divergência na decisão embargada. Por isso, se faz o improvimento dos presentes embargos, mantendo-se inalterados todos os termos do Acórdão nº 1879/2022–TCE–Tribunal Pleno, acostado às fls. 106/108 dos autos; **7.3. Dar ciência** ao Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes, prefeito municipal de Barcelos, à época, da decisão; **7.4. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão. **PROCESSO Nº 11.191/2021** - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, de responsabilidade da Sra. Luciellen Ferreira Marques, referente ao exercício de 2020. **Advogado:** Euler Araujo da Costa - OAB/AM 10908. **ACÓRDÃO Nº 1353/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício 2020, de responsabilidade da **Sra. Luciellen Ferreira Marques** - Presidente e Ordenadora das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96; **10.2. Aplicar Multa a Sra. Luciellen Ferreira Marques** no valor de **R\$ 6.827,19** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, V da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pela prática de ato com gestão ilegítimo de que resultou em injustificado danos ao erário, pelas restrições: 19 do Relatório Conclusivo nº 34/2023-CI/DICAMI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa a Sra. Luciellen Ferreira Marques** no valor de **R\$ 13.654,39** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pela prática de ato com grave infração a norma legal, pelas restrições: 04, 05, 06 07, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 do Relatório Conclusivo nº 34/2023-CI/DICAMI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III,





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.38

alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Considerar em Alcance a Sra. Luciellen Ferreira Marques** no valor de **R\$ 271.550,30** e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996, em razão de despesas não comprovadas: 19 Relatórios Conclusivos nº 34/2023-CI/DICAMI, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte; **10.5. Recomendar** à Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte que: **10.5.1.** Cumpra com o máximo zelo a Lei de Licitações e Contratos; **10.5.2.** Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar nº 131/2009 – Lei da Transparência; **10.5.3.** Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000; **10.5.4.** Observe com o máximo zelo a Lei nº 4.320/64, principalmente quanto às fases da despesa pública; **10.5.5.** Cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico; **10.6. Dar ciência** a Sra. Luciellen Ferreira Marques; **10.7. Arquivar** os autos nos termos regimentais após o cumprimento das medidas acima. **PROCESSO Nº 11.305/2021** - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Barcelos, de responsabilidade do Sr. Gleidson Rato Serrão, referente ao exercício de 2020. **Advogados:** Mayra Mamed Levy - OAB/AM 8598 e Lara Raquel Neves Levy - OAB/AM 15.297. **ACÓRDÃO Nº 1354/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Barcelos, referente ao exercício de 2020, sob a responsabilidade do Sr. Gleidson Rato Serrão, nos termos do art. 1º, II c/c os arts. 22, inciso II, e 24, da Lei nº 2.423/96; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Gleidson Rato Serrão**, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, no valor de **R\$ 3.413,60** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no art. 54, II da Lei nº 2.423/96 pelas impropriedades dos itens 10 e 11 da notificação 022/2022-DICAMI, fls. 133-9, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Recomendar** ao Sr. Gleidson Rato Serrão, no sentido que a Câmara Municipal de Barcelos cumpra com rigor os prazos para publicação do RGF, em conformidade ao disposto no art. 55, § 2º da LRF c/c art. 51, § 2º c/c art. 63, inciso III, § 1º da LRF; **10.4. Recomendar** ao Sr. Gleidson Rato Serrão, no sentido que a Câmara Municipal de Barcelos realize o efetivo registro contínuo e permanente de entrada e saída de todos os objetos adquiridos, mesmo que de pequena monta, nos termos exigidos pelo art. 244, inciso III, da Res. nº 04/2002-TCE; **10.5. Dar ciência** ao Sr. Gleidson Rato Serrão, e aos demais interessados no processo; **10.6. Arquivar**





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.39

o processo após cumprimento de decisão. **PROCESSO Nº 12.991/2021** - Tomada de Contas Especial do Convênio nº 03/2010, firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC e a Prefeitura Municipal de Maraã. **ACÓRDÃO Nº 1355/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Julgar legal** a formalização do Termo de Convênio nº 03/2010, firmado entre a SEDUC e a Prefeitura Municipal de Maraã, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 2.423/96; **7.2. Julgar regular** a Prestação de Contas do Convênio nº 03/2010, em concordância com a Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas – DICOP, firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC e a Prefeitura Municipal de Maraã, nos termos do art.22, I, “b”, da Lei Estadual nº 2.423/96; **7.3. Dar quitação** da Tomada de Contas Especial do Termo de Convênio nº 003/2010, firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino Desporto - SEDUC e a Prefeitura Municipal de Maraã, tendo como objeto a reforma e ampliação da Escola Estadual Benta Solart, localizada no município de Maraã/AM; **7.4. Dar ciência** a Prefeitura Municipal de Maraã, a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino e aos demais interessados no processo; **7.5. Arquivar** o processo após cumprimento de decisão. **PROCESSO Nº 13.150/2021** - Tomada de Contas do Termo de Convênio nº 20/2005 firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde – SES e a Prefeitura Municipal de Manicoré. **ACÓRDÃO Nº 1356/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 15, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Reconhecer** a prescrição e a pretensão punitiva e a pretensão ressarcitória deste Tribunal, com a consequente extinção do processo com resolução de mérito; **8.2. Dar ciência** a Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM) e aos demais interessados; **8.3. Arquivar** o processo após o cumprimento das formalidades legais. **PROCESSO Nº 13.319/2021** - Tomada de Contas Especial do Convênio nº 02/2013, firmado entre a Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR e a Associação dos Produtores Rurais da Colônia Rondon – ASPRRON. **ACÓRDÃO Nº 1357/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Reconhecer** a prescrição a partir dos argumentos propostos pelo Ministério Público de Contas, determinando-se o arquivamento dos autos, nos moldes da fundamentação; **8.2. Dar ciência** a Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, desta decisão; **8.3. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão. **PROCESSO Nº 16.499/2021 (Apenso: 10.902/2015)** – Embargos de Declaração em Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Zilmar Almeida de Sales, em face do Acórdão nº 19/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.902/2015. **Advogado**: Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851. **ACÓRDÃO Nº 1358/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração interposto pelo Sr. Zilmar Almeida de Sales, Prefeito de Caapiranga, à época, em face do Acórdão nº 19/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.902/2015 (apenso); **7.2. Negar Provimento no mérito**, aos Embargos de





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.40

Declaração, interposto pelo Sr. Zilmar Almeida de Sales, mantendo o Acórdão nº 1881/2022-TCE-Tribunal Pleno, pelos argumentos já apresentados nos autos, devendo se manter na íntegra o teor do Acórdão nº 19/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.902/2015; **7.3. Dar ciência** da decisão ao Sr. Zilmar Almeida de Sales, por intermédio de seus advogados constituídos nos autos; **7.4. Arquivar** o processo após a ciência dos interessados e cumprimento dos decisórios. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno). **PROCESSO Nº 17.128/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 729/2021-Ouvidoria, referente à comunicação de possíveis irregularidades cometidas pela Câmara Municipal de Humaitá. **ACÓRDÃO Nº 1359/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação oriunda da Manifestação nº 729/2021-Ouvidoria, referente à comunicação de possíveis irregularidades cometidas pela Câmara Municipal de Humaitá; **9.2. Julgar Procedente** a Representação, em razão de caracterização de violação do princípio da legalidade e da moralidade, além de evidenciação de dano ao erário e enriquecimento ilícito, bem como violação do art. 1º e art. 15, ambos da Resolução nº 003/2015, da Câmara Municipal de Humaitá; **9.3. Determinar** ao Sr. Manoel Domingos dos Santos Neves, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá/AM, que seja colocado em GLOSA, em razão do dano ao erário provocado pela emissão e pagamentos das notas de empenho 229/2021 e 230/2021; **9.4. Considerar em Alcance** o Sr. Manoel Domingos dos Santos Neves, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá/AM, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, mencionado no relatório voto, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Humaitá; **9.5. Aplicar Multa** ao Sr. Manoel Domingos dos Santos Neves, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá/AM, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), com fulcro nos artigos 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 e 308, V da Resolução 04/2002, em razão de realização de ato claramente antieconômico e que gerou dano ao erário e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.6. Dar ciência** ao Sr. Manoel Domingos dos Santos Neves, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá/AM, desta decisão; **9.7. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão. **PROCESSO Nº 10.403/2022** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pelo Sr. Richardson Rodrigues Araújo, em razão de possíveis irregularidades praticadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Itacoatiara - CMAS. **Advogados:** Ramon da Silva Caggy - OAB/AM 15715 e Nazira Marques de Oliveira - OAB/AM 8707. **ACÓRDÃO Nº 1360/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.41

Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação com pedido de Medida Cautelar oferecida pelo Sr. Richardson Rodrigues Araújo, Vereador da Câmara Municipal de Itacoatiara, em razão de possíveis irregularidades praticadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Itacoatiara; **9.2. Julgar Procedente** a Representação do Sr. Richardson Rodrigues Araújo, mantendo a concessão da medida cautelar, anulando a Resolução nº 015/2021-CMAS Itacoatiara, e mantendo a Resolução que indique renovação do Registro da Associação de Desenvolvimento Humano Cultural e Social – Mãos Solidárias junto ao CMAS; **9.3. Aplicar Multa a Sra. Silvia Vieira da Silva** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), por descumprimento do art. 4º, §2º e 13º da Resolução 36/2020 do CEAS, configurando grave violação à norma, conforme o Art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04, de 2002 e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Dar ciência** ao Sr. Richardson Rodrigues Araújo e aos demais interessados; **9.5. Arquivar** o processo após integral cumprimento deste Acórdão. **PROCESSO Nº 11.825/2022** - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Barcelos, de responsabilidade do Sr. Gleidson Rato Serrão, referente ao exercício de 2021 **Advogado:** Mayra Mamed Levy – OAB/AM 8.598. **ACÓRDÃO Nº 1361/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea “a”, item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Gleidson Rato Serrão**, responsável pela Câmara Municipal de Barcelos, no curso do exercício de 2021; **10.2. Determinar** o fiel cumprimento da LRF e da Lei nº 4.320/1964, em especial do art. 94 da Lei nº 4.320/1964, regularizando o sistema de controle de entrada e saída de materiais adquiridos, com registros analíticos de todos os bens de caráter permanente da Câmara municipal de Barcelos; **10.3. Determinar** o cumprimento da legislação de licitações e contratos (leis nº 8.666/93 e 14.133/21), em especial do art. 67 da lei nº 8.666/93, designando um representante da administração pública para acompanhar e fiscalizar a execução dos futuros contratos celebrados; **10.4. Dar ciência** ao Sr. Gleidson Rato Serrão e aos demais interessados; **10.5. Arquivar** o processo após a ciência dos interessados. **PROCESSO Nº 12.778/2022** - Representação interposta pela empresa A. R. Rodriguez & Cia Ltda., em face da Secretaria de Estado de Saúde - SES/AM, do Centro de Serviços Compartilhados - CSC/AM e da empresa Salux Informatização em Saúde S/A, em razão de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 181/2022-CSC. **Advogados:** Fabricio Jacob Acris de Carvalho – OAB/AM 9145, Andreza Natacha Bonetti da Silva - OAB/AM 16488, Louise Martins Ferreira - OAB/AM 5628, Luiza Regina Ferreira Demasi - OAB/AM 15505, Yeda Yukari Nagaoka - OAB/AM 15540, Yuri Dourado de Andrade - OAB/AM 12.309 e Daniela Morgantini Tavares Tempesta OAB/AM 8411. **ACÓRDÃO Nº 1362/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.42

atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação interposta pela empresa A.R. Rodriguez & Cia Ltda, para apuração de pretensa irregularidade no Pregão Eletrônico nº 181/2022, realizado pelo Centro de Serviços Compartilhados - CSC, em atenção ao disposto no art. 288 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM; **9.2. Julgar Improcedente** esta Representação oposta em face da Secretaria de Estado de Saúde - SES/AM, do Centro de Serviços Compartilhados - CSC/AM e da empresa Salux Informatização em Saúde S/A, uma vez que não se comprovaram ilegalidades no Edital do Pregão Eletrônico nº 181/2022-CSC; **9.3. Dar ciência** desta decisão à empresa A.R. Rodriguez & Cia Ltda, à Secretaria de Estado de Saúde - SES/AM, ao Centro de Serviços Compartilhados - CSC/AM, à empresa Salux Informatização em Saúde S/A e aos Advogados atuantes nos autos; **9.4. Arquivar**, após o cumprimento dos itens acima, nos termos do Regimento Interno desta Corte de Contas. **PROCESSO Nº 13.087/2022** - Auditoria no Edital do Pregão Eletrônico nº 045/2022 da Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação - SEMEF. **ACÓRDÃO Nº 1363/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Arquivar** a Auditoria de Acompanhamento realizada no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 045/2022 - CML/PM, pois que exaurido seu objeto, uma vez que não foram identificadas irregularidades na licitação; **8.2. Dar ciência** desta decisão ao Sr. Clécio da Cunha Freire, gestor da Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação - SEMEF, ou quem o houver lhe substituído. **PROCESSO Nº 14.485/2022** - Denúncia interposta pela Sra. Amélia de Souza Fernandes, em desfavor da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, em face de possíveis irregularidades acerca do Pregão Presencial nº 042/2022-CGLMI. **Advogados**: Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199, Ana Cláudia Soares Viana - OAB/AM 17319, Mariana Pereira Carlotto - OAB/AM 17299 e Tycianne Larissa Vasconcelos Dias Mariae - OAB/AM 10727. **ACÓRDÃO Nº 1364/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 5º, inciso XII e art. 11, inciso III, alínea "c", da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Denúncia interposta pela Sra. Amélia de Souza Fernandes em desfavor da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, em face de possíveis irregularidades acerca do Pregão Presencial nº 042/2022-CGLMI; **9.2. Julgar Improcedente** a Denúncia interposta pela Sra. Amélia de Souza Fernandes em desfavor da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, em virtude de o processo não ter apresentado, até a presente data, elementos suficientes para afastar a lisura do Pregão Presencial nº 042/2022 e da celebração do Convênio nº 077/2022; **9.3. Dar ciência** a Sra. Amélia de Souza Fernandes e aos demais interessados se houver; **9.4. Arquivar** o processo após o cumprimento da decisão, nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 14.881/2022** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela empresa Inove Consultoria Atuarial Ltda., em face da Prefeitura Municipal de Manaus - PMM, em razão de possíveis irregularidades no cadastro de fornecedores da Prefeitura de Manaus - CFPM, referente ao Pregão Eletrônico nº 188/2022-CML/PM. **ACÓRDÃO Nº 1365/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação interposta pela empresa Inove Consultoria Atuarial Ltda, uma vez que





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.43

preenchidos os requisitos previstos nos artigos 113, § 1º, da Lei nº 8.666, no artigo 288 da Resolução nº 04/2002–RITCEAM; **9.2. Julgar Improcedente** esta Representação oposta em face da Prefeitura Municipal de Manaus - PMM e da Comissão Municipal de Licitação, sob a responsabilidade do Sr. Victor Fabian Soares Cipriano, em razão de não restarem comprovadas as alegações da exordial de irregularidades e/ou de ilegalidades no Edital no Pregão Eletrônico nº 188/2022–CML/PM; **9.3. Dar ciência** desta decisão à empresa Inove Consultoria Atuarial Ltda, à Prefeitura Municipal de Manaus e à Comissão Municipal de Licitação; **9.4. Arquivar**, após o cumprimento dos itens acima, nos termos do Regimento Interno desta Corte de Contas. **PROCESSO Nº 15.312/2022** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela empresa Tawurus Segurança e Vigilância Eireli, em face da Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), em razão de possíveis irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 133/2022-CSC. **Advogados:** Fabricio Jacob Acris de Carvalho – OAB/AM 9145, Andreza Natacha Bonetti da Silva - OAB/AM 16488, Louise Martins Ferreira - OAB/AM 5628, Luiza Regina Ferreira Demasi - OAB/AM 15505, Yeda Yukari Nagaoka - OAB/AM 15540, Linconl Freire da Silva - OAB/AM 11125, Glaucio Herculano Alencar - OAB/AM 11183, Alessandra Taketomi Feitosa - 13625 e Ingrid Oliveira Rodrigues - OAB/AM 13258. **ACÓRDÃO Nº 1366/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação interposta pela empresa Tawurus Segurança e Vigilância Eireli, em atenção ao disposto no art. 288 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM; **9.2. Julgar Improcedente** esta Representação oposta em face da Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), uma vez que inexistem irregularidades e/ou ilegalidades no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 133/2022-CSC e na condução do certame; **9.3. Dar ciência** desta Decisão à empresa Tawurus Segurança e Vigilância Eireli, aos Advogados atuantes nos autos, à Secretaria de Estado de Saúde e ao Centro de Serviços Compartilhados; **9.4. Arquivar**, após o cumprimento dos itens acima, nos termos do Regimento Interno desta Corte de Contas. **PROCESSO Nº 15.936/2022** - Representação interposta pela empresa GV Atividade de Serviços de Limpeza Ltda., em face da Secretaria de Estado de Saúde - SES, para apuração de possíveis irregularidades no Edital de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 063/2022-SES. **Advogados:** Fabricio Jacob Acris de Carvalho - OAB/AM 9145, Andreza Natacha Bonetti da Silva - OAB/AM 16488, Louise Martins Ferreira - OAB/AM 5628, Luiza Regina Ferreira Demasi - OAB/AM 15505 e Yeda Yukari Nagaoka - OAB/AM 15540. **ACÓRDÃO Nº 1367/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação interposta pela empresa GV Atividade de Serviços de Limpeza Ltda, em face da Secretaria de Estado de Saúde, uma vez que atendidos os requisitos ínsitos no art. 288, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **9.2. Arquivar** esta Representação, sem resolução mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil, em vista de a Dispensa de Licitação Eletrônica nº 063/2022 - SES/AM ter sido fracassada, culminando na perda superveniente do objeto; **9.3. Dar ciência** desta decisão à empresa GV Atividade de Serviços de Limpeza Ltda, à Secretaria de Estado de Saúde - SES/AM e aos advogados atuantes nestes autos. **PROCESSO Nº 16.510/2022** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela empresa Life Defense Segurança Ltda., em desfavor da Prefeitura Municipal de Manaus - PMM, em face de possíveis irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico nº 209/2022-CML/PM. **Advogados:** Manuel Luís da Rocha Neto OAB/CE 7479, Fábila Amâncio Campos Mendes Costa OAB/CE 12813, Rodrigo Jereissati de Araújo OAB/CE 8175, Karine Farias Castro OAB/CE 14210, Weber Busgaid Gonçalves OAB/CE 26578, Yuri Teles Pamplona OAB/CE





27766, Bruno Vasconcelos Teles OAB/CE 33721, Levi Negreiros Gomes Lima OAB/CE 38741, Francisco Hugo Pessoa Menezes OAB/CE 44398 e Ana Carolina Costa Ortiz OAB/AM 12390. **ACÓRDÃO Nº 1368/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “I”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação da empresa Life Defense Segurança Ltda., oferecida em face da Prefeitura Municipal de Manaus; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação da empresa Life Defense Segurança Ltda.; **9.3. Dar ciência** à empresa Life Defense Segurança Ltda., e aos demais interessados; **9.4. Arquivar** o processo após integral cumprimento deste Acórdão. Nesta fase de julgamento assumiu a presidência dos trabalhos o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, para conceder vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. PROCESSO Nº 11.189/2023 (Apenso: 17.008/2021, 10.049/2018 e 11.512/2020) - Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Abraão Magalhães Lasmar, em face do Acórdão nº 120/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.049/2018. CONCEDIDO VISTA DOS AUTOS À EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS. Nesta fase de julgamento retornou à presidência dos trabalhos a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. PROCESSO Nº 11.243/2023 (Apenso: 17.225/2021 e 15.786/2021) - Recurso de Revisão interposto pelo Sr. José Bezerra Guedes, em face do Acórdão nº 754/2022-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 17.225/2021. Advogados: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280, Maria Priscila Soares Bahia - OAB/AM 16367, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Lívia Rocha Brito - OAB/AM 6474. ACÓRDÃO Nº 1369/2023: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. José Bezerra Guedes**, Prefeito Municipal de Tapauá, devidamente qualificado nos autos, em face do Acórdão nº 754/2022-TCE/Tribunal Pleno, proferido pelo Egrégio Tribunal Pleno no Processo nº 17.225/2021, que trata de Representação nº 125/2018-MPC-CTCI, com Pedido de Cautelar interposta pelo Ministério Público de Contas em face da Prefeitura Municipal de Tapauá, acerca da falta de Transparência de editais e procedimentos licitatórios e outros atos jurídicos municipais (processo Físico Originário nº 2916/2018); **8.2. Negar Provimento** ao Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. José Bezerra Guedes**, Prefeito Municipal de Tapauá, mantendo as disposições do Acórdão ora combatido, nos ditames do art. 65, da Lei Estadual 2.423/96; **8.3. Determinar** a Secretaria do Pleno que oficie a Recorrente sobre o teor do Acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal Pleno, acompanhando Relatório e Voto, para conhecimento; **8.4. Dar ciência** ao Sr. José Bezerra Guedes, e aos demais interessados no processo; **8.5. Arquivar** o processo após cumprimento de decisão. **PROCESSO Nº 11.638/2023 (Apenso: 14.907/2019) - Recurso Ordinário interposto pelo Instituto de Previdência de Iranduba - INPREVI, em face do Acórdão nº 249/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14.907/2019. Advogado: Bruno Nunes Ferreira OAB/AM 11020. ACÓRDÃO Nº 1370/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “F”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o Recurso Ordinário





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.45

interposto pelo **Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI** em face do Acórdão nº 249/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14.907/2019; **8.2. Dar Provitimento** ao recurso interposto pelo **Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI** em face do Acórdão nº 249/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14.907/2019, no sentido de julgar legal a Concessão da Aposentadoria Voluntária em favor da Sra. Raimunda Roseno Miquiles, no cargo de Professor, matrícula nº 1.313-8A, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Iranduba; **8.3. Dar ciência** ao Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI e aos demais interessados, se houver; **8.4. Arquivar** o processo após o cumprimento da decisão, nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 12.075/2023 (Apenso: 14.178/2021)** - Recurso Ordinário interposto pelo Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV, em face do Acórdão nº 169/2023-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14.178/2021. **Advogado:** Claudio Guilherme Lima de Mendonça - OAB/AM 15371. **ACÓRDÃO Nº 1371/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o Recurso Ordinário interposto pelo **Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV** em face do Acórdão nº 169/2023-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do processo nº 14.178/2021; **8.2. Dar Provitimento** ao Recurso Ordinário do **Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV** devendo ser alterado o mérito do item 7.1 do Acórdão nº 169/2023-TCE-Primeira Câmara do Processo nº 14.178/2021 (fls.256/257), no sentido de julgar a legalidade do ato aposentatório e excluir o item 7.2 que aplicou multa ao SISPREV, no valor de R\$ 3.413,60; **8.3. Dar ciência** ao Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV e demais interessados; **8.4. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão. **PROCESSO Nº 12.478/2023** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela Associação Folclórica e Cultural Boi Bumbá Galante de Manaus, contra a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos, para apuração de possíveis irregularidades no Edital de Chamamento Público nº 004/2023-MANAUSCULT. **Advogados:** Vanessa Carneiro de Souza - OAB/AM 12084 e Rommel Filgueiras Rodrigues Segundo - OAB/AM 10612. **ACÓRDÃO Nº 1372/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Representação da denúncia da Associação Folclórica e Cultural Boi Bumbá Galante de Manaus; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação da Associação Folclórica e Cultural Boi Bumbá Galante de Manaus; **9.3. Dar ciência** a Associação Folclórica e Cultural Boi Bumbá Galante de Manaus e aos demais interessados; **9.4. Arquivar** o processo. **PROCESSO Nº 12.579/2023 (Apenso: 13.201/2015)** - Recurso de Revisão interposto pela Sra. Vera Maria da Cunha Ramos, em face do Acórdão nº 75/2019-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 13.201/2015. **Advogado:** Samuel Cavalcante da Silva, OAB/AM nº 3.260. **ACÓRDÃO Nº 1398/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “G”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão, interposto pela Sra. Vera Maria da Cunha Ramos, em face do Acórdão nº 75/2019-TCE-Primeira Câmara; **8.2. Dar Provitimento Parcial no mérito**, ao Recurso de Revisão, em favor da **Sra. Vera Maria da Cunha Ramos**, para que reforme o Acórdão nº 75/2019-





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.46

TCE-Primeira Câmara, no sentido de incluir na guia financeira e no ato aposentatório, a gratificação de tempo integral aos proventos da interessada, conforme Súmula nº 23 - TCE/AM, mantendo o cálculo do ATS; **8.3. Dar ciência** a Sra. Vera Maria da Cunha Ramos, e aos demais interessados, se houver; **8.4. Arquivar o processo**, após o cumprimento da decisão, nos termos regimentais. **CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO. PROCESSO Nº 14.020/2020 (Apenso: 14.043/2017 e 11.420/2017)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Jaziel Nunes de Alencar, em face do Acórdão nº 33/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.420/2017. **Advogados:** Raimundo Edson Torres Lima - OAB/AM nº 8732 e Roseane Torres Lima - OAB/AM nº 10.525. **ACÓRDÃO Nº 1400/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "F", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração, interposto pelo **Sr. Jaziel Nunes Alencar**, com fulcro no disposto no art. 145, do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução nº 04/2002-TCE/AM), para, no mérito; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. Jaziel Nunes Alencar, anulando o Parecer Prévio nº 33/2019-TCE-Tribunal Pleno e o Acórdão nº 33/2019-TCE-Tribunal Pleno (parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2019-TCE-Tribunal Pleno), com fulcro no entendimento proferido nos Recursos Extraordinários nº 848.826, para fins de reabertura de instrução da Prestação de Contas, com as observações debatidas nesta Proposta de Voto; **8.3. Dar ciência** aos responsáveis sobre o deslinde do feito relativo ao Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. Jaziel Nunes Alencar, obedecendo à constituição dos patronos. **PROCESSO Nº 12.264/2023 (Apenso: 16.955/2021)** - Recurso Ordinário interposto pela Sra. Maria Neblina Marães, em face do Acórdão nº 486/2023-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.955/2021. **ACÓRDÃO Nº 1401/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "F", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário (fls. 02/12), interposto pela **Sra. Maria Neblina Maraes**, Diretora-Presidente do Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV, já qualificada nos autos, em virtude da Decisão prolatada no Acórdão nº 486/2023-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do (Processo TCE/AM nº 16.955/2021), referente a aplicação de multa, por conta do não cumprimento de Decisão, exarada no mencionado Acórdão, por atendimento ao disposto no art. 157 do Regimento Interno - TCE/AM; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso da **Sra. Maria Neblina Marães**, reformando parcialmente os termos do Acórdão nº 486/2023-TCE-Primeira Câmara, para excluir o item 7.3 e conceder novo prazo à Fundação AMAZONPREV, a fim de cumprimento integral do Acórdão nº 303/2022; **8.3. Dar ciência** a Sra. Maria Neblina Marães, sobre o julgamento do processo; **8.4. Determinar** a tramitação dos autos ao relator do processo de origem, a fim de que possa dar andamento à fase de cumprimento do decisório deste processo. **AUDITOR-RELATOR: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO. PROCESSO Nº 10.042/2012** - Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Uruará, de responsabilidade do Sr. Fernando Falabella, referente ao exercício de 2011. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5.851, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14.193, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10.428, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Lívia Rocha Brito - 6.474, Gabriel Simonetti Guimarães - OAB/AM 15.710 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6.897. **PARECER PRÉVIO Nº 95/2023: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.47

2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “A” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à **unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas do **Sr. Fernando Falabella**, Ex-Prefeito Municipal de Uruará, no curso do exercício de 2011, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, caput e parágrafos 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, observando as ponderações já debatidas no corpo da Proposta de Voto. **ACÓRDÃO Nº 95/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “A” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Determinar** à Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX, que examinando as impropriedades consideradas não sanadas pela DICAMI, pela DICOP e pelo D. Ministério Público de Contas, relativas às contas de gestão do responsável, em atenção às orientações exaradas na Portaria nº 152/2021-GP e pela Resolução ATRICON nº 02/2020, adote as providências cabíveis à autuação de processos apartados neste Tribunal de Contas para devida apuração; **10.2. Determinar** à Prefeitura Municipal de Uruará, adote ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, em obediência aos comandos constitucionais e legais, verificando o Relatório e Parecer do Controle Interno do Órgão, e se está sendo observado de forma adequada o disposto no artigo 74, da Constituição Federal, a fim de que a Câmara Municipal exerça com afinco o Controle Interno da Casa Legislativa; **10.3. Determinar** à Prefeitura Municipal de Uruará, que observe com mais rigor os ditames da contidos na Resolução nº 11/2009–TCE/AM, que versa acerca da remessa obrigatória, via Sistema GEFIS; **10.4. Determinar** à Prefeitura Municipal de Uruará, que observe com mais rigor o Princípio da Entidade, nos termos em que dispõe o Item 1.1 da Resolução do CFC nº 1111/2007; **10.5. Dar ciência** ao responsável, Sr. Fernando Falabella, sobre o deslinde deste feito. **PROCESSO Nº 15.097/2021** - Representação interposta pelo Ministério Público de Contas, contra o Chefe do Executivo Estadual, Senhor Governador Wilson Miranda Lima; Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA, Sr. Eduardo Taveira; ex-Chefe do Executivo de Tapauá, Sr. José Bezerra Guedes; Chefe do Executivo de Tapauá, Senhor Prefeito Gamaliel de Andrade Almeida; Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Sr. Juliano Valente; Diretora Técnica do IPAAM, Sra. Maria do Carmo Neves dos Santos; e contra o Gerente de Fiscalização do IPAAM, Sr. Raimundo Nonato Chuvás, Para Definição de Responsabilidades, Perante o Sistema de Controle Externo, por aparentes danos florestais, ambientais, climáticos e patrimoniais, em decorrência da reiterada omissão de combate ao desmatamento ilegal no Amazonas, na porção florestal amazônica do município de Tapauá, no exercício de 2020. Representação Nº 47/2021-mpc/rmam **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Livia Rocha Brito – OAB/AM 6474. **ACÓRDÃO Nº 1402/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “I”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação, interposta pelo duto Ministério Público de Contas, para apuração de aparentes danos ambientais, nos termos do art. 288, da Resolução nº 04/2002-TCEAM; **9.2. Julgar Parcialmente Procedente** a Representação do duto Ministério Público de Contas, considerando as condutas e ponderações narradas nos autos, relativas ao combate ao desmatamento ilegal no município de Tapauá; **9.3. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Tapauá, que adote as seguintes providências: **9.3.1.** Adotar Plano de Ação de educação ambiental, a ser





desenvolvido em escolas e instituições públicas quanto a responsabilidade compartilhada do cidadão frente às questões ambientais ocasionadas pelo desmatamento e pelas queimadas; **9.3.2.** Comprove que realizou ou está realizando estudos financeiros e técnicos, para incorporação ao planejamento público de estratégias, indicadores e metas para viabilizar efetivamente o fortalecimento do combate ao desmatamento ilegal e demais ilícitos ambientais aliados a programas de matrizes econômicas sustentáveis. **9.4. Recomendar** ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que auxiliem à Prefeitura Municipal, no que couber às respectivas competências; **9.5. Dar ciência** ao D. Ministério Público Federal, sobre os dados apurados pela DICAMB, para que, caso entenda necessário, adote as medidas cabíveis; **9.6. Dar ciência** ao Sr. Gamaliel Andrade de Almeida e demais representados sobre o deslinde do feito. **PROCESSO Nº 12.247/2022** - Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Beruri, de responsabilidade da Sra. Maria Lucir Santos de Oliveira, referente ao exercício de 2021. **Advogado:** Lukas Traiber - OAB/AM 13.930. **PARECER PRÉVIO Nº 96/2023: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "A" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da **Sra. Maria Lucir Santos de Oliveira**, prefeita de Beruri, no exercício de 2021, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, caput e parágrafos 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, com as ressalvas já discriminadas na Proposta de Voto. **ACÓRDÃO Nº 96/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "A" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Determinar** à Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX, que, examinando as impropriedades consideradas não sanadas pela DICAMI, pela DICOP e pelo D. Ministério Público de Contas, relativas às contas de gestão da Responsável, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 100/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processos apartados neste Tribunal de Contas para devida apuração; **10.2. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Beruri que: **15** - Observe com maior cautela as disposições do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a aperfeiçoar o Controle Interno Municipal; **16** - Observe com maior cautela os prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 06/1991, pela Resolução nº 11/2009-TCEAM e pela Lei Complementar nº 101/2000; **17** - Aprimore o planejamento do exercício e que, acaso se encontre em situação próxima aos limites prudenciais disposto nos artigos 19 e 20 da LRF, que adote as medidas para a redução das despesas, que vão desde redução de remuneração dos cargos de confiança, extinção de cargo e função, até o desligamento de servidores efetivos, em último caso. **10.3. Recomendar** ao DICREA - Dir. Con. Ext. de Arr. Sub. e Ren. de Receitas que, na ocasião da elaboração dos próximos Relatórios, discrimine pormenorizadamente os cálculos e valores utilizados na aferição das despesas com pessoal, considerando as particularidades narradas no Relatório; **10.4. Dar ciência** a Sra. Maria Lucir Santos de Oliveira, observando a constituição dos patronos. **PROCESSO Nº 14.736/2022** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pelo Sr. Ivaney Ferreira Pereira, em desfavor da Polícia Civil do Estado do Amazonas e do Presidente da Comissão de Concurso da PC/AM, Sr. Raphael Correa Campos, em face de possíveis irregularidades acerca do Edital de Abertura nº 01/2021-Polícia Civil do Estado do Amazonas. **Advogado:** Anne Karoline de Souza Rodrigues OAB/AM 12.154. **ACÓRDÃO Nº 1403/2023:** Vistos, relatados e





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.49

discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “I”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação, formulada pelo Sr. Ivaney Ferreira Pereira, por preencher os requisitos do art. 288, c/c 279, §1º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação, nos termos do art. 288, do Regimento Interno desta Corte de Contas, haja vista a ausência de fatos e fundamentos hábeis a comprovar a existência de ilegalidade no concurso do Edital de Abertura nº 01/2021 – Polícia Civil do Estado do Amazonas, caindo por terra qualquer argumento de supostas ilegalidades apontadas, não havendo comprovação de ofensa ao preconizado no art. 7º, §1º, da Lei nº 4605/2018; **9.3. Determinar** o arquivamento dos autos, pela impossibilidade de prosseguimento da demanda, nos termos em que se encontra, posto que ilegítima e/ou carente de comprovação da ocorrência de ilegalidades; **9.4. Dar ciência** da decisão aos responsáveis envolvidos na Representação, formulada pelo Sr. Ivaney Ferreira Pereira. **CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO. PROCESSO Nº 11.420/2023 (Apenso: 15.051/2021 e 15.773/2021)** - Recurso Ordinário interposto pela Manaus Previdência – MANAUSPREV, em face do Acórdão nº 418/2022–TCE–Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 15.051/2021. **Advogado:** Maurício Sousa da Silva OAB/AM 9015. **ACÓRDÃO Nº 1404/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “F”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário, interposto pela **Manaus Previdência - MANAUSPREV**, em face do Acórdão nº 418/2022-TCE-Segunda Câmara (fls. 02-10), exarado nos autos do processo nº 15.051/2021 (apenso), nos termos do art. 151 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c art. 1º, XXI, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM; **8.2. Dar Provisão Parcial** ao Recurso Ordinário, interposto pela **Manaus Previdência - MANAUSPREV**, em face do Acórdão nº 418/2022-TCE - Segunda Câmara (fls. 02-10), exarado nos autos do processo nº 15.051/2021 (apenso), no sentido de excluir os itens 7.2 e 7.3 do Acórdão nº 418/2022-TCE - Segunda Câmara, e manter a legalidade já declarada pela E. Segunda Câmara (7.1), com o consequente registro da Pensão por Morte, concedida em favor do Sr. Manoel Gomes Filho, na condição de cônjuge da Sra. Francisca Aquino Gomes, matrícula 073.984-7G, lotada na Secretaria Municipal de Limpeza Urbana-SEMULSP, publicada no D.O.M em 24 de maio de 2021 por corresponder aos ditames da Resolução nº 02/2014-TCE/AM e art. 31 da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM; **8.3. Dar ciência** à Manaus Previdência - MANAUSPREV, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação à interessada, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **8.4. Dar ciência** ao Sr. Mauricio Sousa da Silva, patrono, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação à interessada, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **8.5. Dar ciência** ao Sr. Manoel Gomes Filho, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação à interessada, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM. **AUDITOR-RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO. PROCESSO Nº 13.076/2019** - Representação oriunda da Manifestação nº 114/2019–Ouvidoria, em face da





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.50

Prefeitura Municipal de Urucurituba, sob a responsabilidade do Sr. José Claudenor de Castro Pontes, acerca de possíveis irregularidades. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12.438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6.897, Camila Pontes Torres - OAB/AM 12.280 e Maria Priscila Soares Bahia - OAB/AM 16.367. **ACÓRDÃO Nº 1405/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "I", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Aplicar multa ao Sr. José Claudenor de Castro Pontes**, no valor de **3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, do item 9.5.2, do Acórdão nº 1042/2020-TCE-Tribunal Pleno, com fulcro no art. 308, II, alínea "A", da Resolução nº 04/2002 e fixar **prazo de 30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.2. Dar ciência** ao Sr. José Claudenor de Castro Pontes, e seu patronos, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.3. Arquivar** a Representação, após cumpridas as diligências processuais. **PROCESSO Nº 12.498/2020** - Prestação de Contas Anual do Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB, de responsabilidade do Sr. Claudio Guenka e da Sra. Michele Martins de Mattos, referente ao exercício de 2019. **CONCEDIDO VISTA DOS AUTOS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO LUÍS FABIAN PEREIRA BARBOSA.** **PROCESSO Nº 15.190/2020** - Representação formulada pelo Ministério Público de Contas contra os Diretores do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Sr. Juliano Valente (Diretor-Presidente), Sra. Maria do Carmo Santos (Diretora Técnica), Sr. Antônio Ademir Stroski (ex-Presidente), Sr. José Carlos Monteiro de Souza (ex-Diretor Técnico); Secretário de Infraestrutura e Região Metropolitana - SEINFRA, Sr. Carlos Henrique dos Reis Lima, Sr. Emerson Redig de Oliveira (ex-Secretário SEINFRA), Sra. Waldívia Ferreira Alencar (ex-Secretária da SEINFRA) e contra a Construtora Colorado Ltda., em razão de possível ilicitude e má-gestão de Obra Pública (CT 091/2014-SEINFRA), por não exigência e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental na forma determinada pela Constituição Brasileira (art. 225) para pavimentação de estrada. **ACÓRDÃO Nº 1406/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "I", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação, elaborada pelo Ministério Público de Contas contra os Ilmos. Diretores do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Sr. Juliano Marcos Valente de Souza





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.51

(diretor-presidente), Sra. Maria do Carmo Santos (diretora Técnica), Sr. Antônio Ademir Stroski (ex-presidente), Sr. José Carlos Monteiro de Souza (ex-diretor técnico), o Excelentíssimo Sr. Secretário de Infraestrutura e Região Metropolitana - SEINFRA, Sr. Carlos Henrique dos Reis Lima, o Sr. Emerson Redig de Oliveira (ex- secretário SEINFRA), a Sra. Waldívia Ferreira Alencar (ex-secretária da SEINFRA), e contra a Construtora Colorado Ltda, por indícios de ilicitude e má-gestão de Obra Pública (CT 091/2014 - SEINFRA), por não exigência e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental na forma determinada pela Constituição Brasileira (art. 225) para pavimentação de estrada, na forma do art. 288, da Resolução nº 04/2002; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação elaborada pelo Ministério Público de Contas, porque não se atestou má gestão ou ilicitude por parte dos representados, uma vez que a obra objeto do Contrato nº 091/2014-SEINFRA, se enquadra na hipótese de dispensa de licenciamento exposta no art. 6º, VIII e XIX da Lei Estadual nº 3785/2012; **9.3. Deferir** o pedido do **Sr. José Carlos Monteiro de Souza**, Ex-Diretor-Técnico do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas-IPAAM, de modo a excluí-lo da lide, por comprovar ausência de envolvimento com o escopo processual, conforme fls. 303/319; **9.4. Dar ciência** a **Sra. Waldívia Ferreira Alencar**, Ex-Secretária da SEINFRA, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.5. Dar ciência** ao **Sr. Carlos Henrique dos Reis Lima**, Secretário da SEINFRA, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.6. Dar ciência** ao **Sr. Juliano Marcos Valente de Souza**, Diretor-Presidente do IPAAM, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.7. Dar ciência** ao **Sr. José Carlos Monteiro de Souza**, Ex-Diretor-Técnico do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.8. Arquivar** o processo, após cumpridos os prazos regimentais. **PROCESSO Nº 11.261/2021** - Representação do Banco Bradesco S/A, em face da Prefeitura Municipal de Caapiranga, em virtude de suposto cometimento de conduta danosa ao Erário municipal decorrente de ausência de repasse de empréstimos consignados realizados pelos servidores municipais à referida Instituição Financeira. **Advogados:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851, Aline Perazzo do Amaral Veroneze Silva - OAB/SP 430902 e Alberico Eugênio da Silva Gazzineo - OAB/SP 272393. **ACÓRDÃO Nº 1409/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "I", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação em face da Prefeitura Municipal de Caapiranga, em virtude de cometimento de conduta danosa ao Erário municipal, decorrente de ausência de repasse de empréstimos consignados realizados pelos servidores municipais à referida Instituição Financeira, nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96; **9.2. Julgar Procedente** a Representação do Banco Bradesco S/A, em face da Prefeitura Municipal de Caapiranga, em virtude de cometimento de conduta danosa ao Erário municipal decorrente de ausência de repasse de empréstimos consignados realizados pelos servidores municipais à referida Instituição Financeira, nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96; **9.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Andrade Braz**, no valor de **14.654,39** (quatorze





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.52

mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, devido à ausência de repasse à instituição financeira credora de valores retidos em folha de pagamento, e fixar **prazo de 30 dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Aplicar Multa ao Sr. Zilmar Almeida de Sales**, no valor de **14.654,39** (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, devido à ausência de repasse à instituição financeira credora de valores retidos em folha de pagamento, e fixar **prazo de 30 dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.5. Dar ciência** ao Sr. Juarez Frazão Rodrigues Júnior, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edital nos termos do artigo 97 da Resolução 04/200-2 (RI-TCE/AM); **9.6. Dar ciência** ao Sr. Zilmar Almeida de Sales, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edital nos termos do artigo 97 da Resolução 04/2002 (RI-TCE/AM); **9.7. Dar ciência** ao Sr. Francisco Andrade Braz, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edital nos termos do artigo 97 da Resolução 04/2002 (RI-TCE/AM); **9.8. Dar ciência** ao Banco Bradesco S/A, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edital nos termos do artigo 97 da Resolução 04/2002 (RI-TCE/AM). **PROCESSO Nº 11.393/2021** - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Lábrea, de responsabilidade do Sr. Regifran de Amorim Amâncio, referente ao exercício de 2020. **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697. **ACÓRDÃO Nº 1410/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "A", item 2, da resolução nº 04/2002-





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.53

TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Lábrea, Exercício Financeiro de 2020, sob a responsabilidade do **Sr. Regifran de Amorim Amâncio**, Presidente da Câmara, à época, conforme o art. 22, II e art. 24 da Lei nº 2.423/96-LO/TCE; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Regifran de Amorim Amâncio**, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais) e fixar **prazo de 30 dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Dar ciência** ao Sr. Regifran de Amorim Amâncio, sobre a Decisão desta Corte, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **10.4. Determinar** à Câmara Municipal de Lábrea: **10.4.1.** Que observe o disposto no art. 48, II, da LC 101/2000; Art. 8º, §2º, da Lei 12.527/2011 quanto aos prazos de publicações do RGF e as informações postas no seu Portal de Transparência; **10.4.2.** Que demonstre nas futuras obras os custos unitários realizados nos termos das normas específicas. **PROCESSO Nº 11.736/2021** - Prestação de Contas Anual do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA Zona Sul, de responsabilidade do Sr. Luis Rogelio da Rocha Lozano e da Sra. Maria Aládia Tavares Jimenez, referente ao exercício de 2020. **ACÓRDÃO Nº 1411/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "A", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas, do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul (SPA Zona Sul), exercício 2020, sob a responsabilidade do **Sr. Luis Rogelio da Rocha Lozano**, Ex-Diretor, do período de 01 de janeiro a 06 de agosto de 2020, e da **Sra. Maria Aládia Tavares Jimenez**, Diretora, de 07 de agosto a 31 de dezembro de 2020, nos termos do art. 22, I, da Lei Estadual nº 2.423/96; **10.2. Dar quitação** quanto à **Sra. Maria Aládia Tavares Jimenez**, com fulcro no art. 189, I, da Resolução nº 04/2002; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Luis Rogelio da Rocha Lozano**, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à Notificação nº 251/2022-DICAD (fls. 298/299), com AR positivo às fls. 300; bem como às notificações por Edital às fls. 327/333, com fulcro no art.308, II, "A", da Resolução nº 04/2002, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou





judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Dar ciência** à Sra. Maria Aládia Tavares Jimenez, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **10.5. Dar ciência** ao Sr. Luis Rogelio da Rocha Lozano, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **10.6. Arquivar** o processo, após cumpridos os prazos regimentais. **PROCESSO Nº 12.309/2021 (Apenso: 12.306/2021)** - Análise do Edital nº 004/2018, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Amazonas, em 01/03/2018. **Advogados:** Jerson Santos Alvares Junior - OAB/AM 17421 e Barbara Juliana Brito de Vasconcelos Dias - OAB/AM 15.574. **ACÓRDÃO Nº 1412/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 15, inciso III, art. 260, art. 261 e seus parágrafos da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Julgar legal** a Admissão de pessoal do Edital e Concurso Público nº 004/2018, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, considerando o disposto no artigo 11, inciso VI, alínea 'B' do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (RI TCE/AM), uma vez que as questões pendentes foram sanadas e o processo de homologação ocorreu em conformidade com uma decisão judicial; **9.2. Dar ciência** à Prefeitura Municipal de Itapiranga, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura, persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edital, nos termos do artigo 97, da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM); **9.3. Dar ciência** à Sra. Denise Farias de Lima, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edital, nos termos do artigo 97, da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM); **9.4. Arquivar** os autos, nos termos regimentais. **PROCESSO Nº 12.306/2021 (Apenso: 12.309/2021)** - Representação interposta pelos Srs. Alexander Aldrin da Silva Steenbuck e Fábio Denny Pereira Lima, contra a Prefeitura Municipal de Itapiranga, em virtude de supostas irregularidades na contratação do Instituto Merkaban para realização de concurso público. **Advogados:** Jerson Santos Alvares Junior - OAB/AM 17.421 e Barbara Juliana Brito de Vasconcelos Dias - OAB/AM 15.574. **ACÓRDÃO Nº 1413/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "I", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação, interposta pelos Srs. Alexander Aldrin da Silva Steenbuck e Fábio Denny Pereira Lima, contra a Prefeitura Municipal de Itapiranga, em virtude de supostas irregularidades na contratação do Instituto Merkaban para realização de concurso público; **9.2. Julgar Procedente** a Representação em face da Sra. Denise Farias de Lima, prefeita do Município de Itapiranga, pela reiterada atitude ilegal omissa em não apresentar documentação suficiente para demonstrar a lisura do processo licitatório, dificultando assim a análise do objeto, e a devida conclusão de





mérito; **9.3. Aplicar Multa a Sra. Denise Farias de Lima**, no valor de **14.654,39** (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996, pela reiterada atitude ilegal omissa em não apresentar documentação suficiente para demonstrar a lisura do processo licitatório, dificultando assim a análise do objeto, e a devida conclusão de mérito, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Dar ciência** à Sra. Denise Farias de Lima, e a Prefeitura Municipal de Itapiranga, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edital nos termos do artigo 97, da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM). **PROCESSO Nº 12.948/2021** - Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea – LABREAPREV, de responsabilidade do Sr. Rosifran Batista Nunes, referente ao exercício de 2020. **ACÓRDÃO Nº 1414/2023**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "A", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LABREAPREV, exercício de 2020, sob a responsabilidade do **Sr. Rosifran Batista Nunes**, Diretor-Presidente do LABREAPREV, à época, pelas seguintes irregularidades: **Achado 1**: Balancetes mensais referentes ao exercício de 2020, não foram enviados a esta Corte de Contas; **Achado 2**: Diferença à recolher das Contribuições Patronal e dos servidores da Prefeitura de Lábrea, das Competências de Janeiro a dezembro/2020, Inclusive 13º salário, no valor total de R\$ 2.975.035,47; **Achado 3**: Recolhimentos em atraso das contribuições dos servidores sem a devida cobrança de juros das competências de janeiro a dezembro/2020; **Achado 4**: Ausência de relatório de avaliação atuarial, no exercício 2020, a fim definir o plano de custeio para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do LABREAPREV; **Achado 5**: Não estabelecimento, em Lei, do Plano e Custeio Constante da Avaliação Atuarial Elaborada em 2015, que apontou um Déficit Técnico Atuarial de R\$ 42.885.518,67; **Achado 6**: Despesas Administrativas realizadas no exercício de 2020, ultrapassaram o limite legal de 2%; **Achado 7**: Não comprovação do encaminhamento pelo ente Federativo dos demonstrativos Previdenciários ao Ministério da Previdência; **Achado 8**: Ausência de Lei Municipal, sobre a alteração da alíquota dos servidores municipais, na forma definida na EC nº 103/2019. **10.2. Considerar revel** o **Sr. Rosifran Batista Nunes**, Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea – LABREAPREV, à época, por não ter respondido às notificações deste Tribunal; **10.3. Considerar em Alcance** o **Sr. Rosifran Batista Nunes**, no valor de **R\$ 175.398,10** (cento e setenta e cinco mil e trezentos e noventa e oito reais e dez centavos), na forma como prescreve o artigo 304, incisos II, IV e V, da Resolução nº 04/2002, em face do achado nº 06 (realização de despesas administrativas no exercício de 2020 que ultrapassaram o limite legal de 2%) não respondido e, conseqüentemente não justificado, o valor gasto em excesso e fixar **prazo de 30 (trinta) dias**, para que o





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.56

responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LABREAPREV; **10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Rosifran Batista Nunes**, no valor de **68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) e fixar **prazo de 30 dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, pelas Restrições nº 01 a 08 todas elas elencadas na Notificação nº 07/2022-DICERP/TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “A”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Dar ciência** ao Sr. Rosifran Batista Nunes, e seus patronos da decisão desta Corte de Contas; **10.6. Arquivar** os autos, depois de cumpridos todos os trâmites regimentais e processuais. **PROCESSO Nº 12.962/2021** – Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lábrea, de responsabilidade do Sr. Gean Campos de Barros, referente ao exercício de 2020. **CONCEDIDO VISTA DOS AUTOS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO LUÍS FABIAN PEREIRA BARBOSA. PROCESSO Nº 13.113/2021** - Representação interposta pelo Ministério Público de Contas, em face do Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, ex-titular da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana - SEMULSP, e do Sr. Juliano Valente, Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, para apuração de possível má gestão e ilegalidade na operação e no licenciamento do Aterro Controlado de Manaus, localizado na AM-010, no período de 2019/2020. **Advogado:** Dinair Faria Albernaz - OAB/AM 5077. **ACÓRDÃO Nº 1416/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “I”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da representação interposta pelo Ministério Público de Contas, em razão de possível má-gestão e ilegalidade na operação e no licenciamento do aterro controlado de Manaus, localizado na AM-010, no período de 2019/2020, sob a responsabilidade do ex-titular da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana - SEMULSP, Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, e do presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Sr. Juliano Marcos Valente de Souza, nos termos do art. 288, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **9.2. Julgar Procedente** da presente representação interposta pelo Ministério Público de Contas, em razão de possível má-gestão e ilegalidade na operação e no licenciamento do aterro controlado de Manaus, localizado na AM-010, no período de 2019/2020, sob a responsabilidade do ex-titular da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana - SEMULSP, Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, e do presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Sr. Juliano Marcos Valente de Souza; **9.3. Determinar** à Secretaria Municipal de Limpeza Urbana - SEMULSP, com base no art. 40, VIII, da Constituição Amazonense, que no prazo de 90 (noventa) dias apresente a este Tribunal de Contas: **9.3.1.** O cumprimento das condicionantes fixadas pelo IPAAM e pela decisão judiciária trazida aos autos, para regularizar a gestão operacional do aterro; **9.3.2.** Em articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus, apresente a este Tribunal de Contas o estudo técnico preliminar de estudo e viabilidade para implantação de novo aterro sanitário para servir a cidade de Manaus, tendo em vista a proximidade do encerramento da vida útil do aterro da AM-010 e a necessidade plano de recuperação da área degradada. **9.4.**





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.57

Determinar ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, com base no art. 40, VIII, da Constituição Amazonense, que no prazo de 90 (noventa) dias apresente a este Tribunal de Contas: **9.4.1.** A prova de saneamento do processo de controle das condições de operação do aterro de Manaus. **9.5. Dar ciência** ao Sr. Juliano Marcos Valente de Souza, Diretor-Presidente do IPAAM, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; e **9.6. Dar ciência** ao Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, ex-titular da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana - SEMULSP, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002. **PROCESSO Nº 12.194/2022** - Prestação de Contas Anual da Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, de responsabilidade do Sr. João Coelho Braga, referente ao exercício de 2021. **Advogado:** Fernando Costa Alves – 10859-OAB. **ACÓRDÃO Nº 1417/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. João Coelho Braga**, Superintendente e Ordenador de Despesas no período de 01/01/21 a 31/12/21, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 188, §1º, inciso II, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM; **10.2. Determinar** à atual Administração, sob pena das contas de o próximo exercício ser julgado irregular, nos termos do artigo 188, inciso III, alínea “e”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que: **a)** Mantenha os processos de diárias com todos os comprovantes de comparecimento aos órgãos (Certificado e/ou Declaração de Comparecimento, etc.) e relatório de viagem em cumprimento ao disposto no art. 12 do Decreto nº 26.337 de 12 de dezembro de 2006; **b)** Adote as devidas providências no sentido de que a autorização para a concessão de diárias deve pressupor obrigatoriamente a compatibilidade dos motivos dos deslocamentos com o interesse público e a correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo. **10.3. Determinar** ao Órgão Técnico que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção in loco; **10.4. Dar ciência** ao Sr. João Coelho Braga, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97 da Resolução nº 04/2002; **10.5. Dar ciência** ao Sr. Fernando Costa Alves, patrono, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97 da Resolução nº 04/2002. **PROCESSO Nº 13.706/2022** - Representação interposta pelo Sr. Ênio de Oliveira Malveira, Coronel Bombeiro Militar, contra possíveis irregularidades acerca de desvio e subtração de combustível pertencente à Fazenda Pública Estadual durante o abastecimento de uma viatura da corporação. **ACÓRDÃO Nº 1418/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.58

presente Representação interposta pelo Sr. Ênio de Oliveira Malveira, Coronel Bombeiro Militar, contra possíveis irregularidades acerca de desvio e subtração de combustível pertencente à Fazenda Pública Estadual durante o abastecimento de uma viatura da corporação, por preencher os requisitos de admissibilidade contidos no art. 288 da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), para, no mérito; **9.2. Julgar Improcedente** a presente Representação interposta pelo Sr. Ênio de Oliveira Malveira, Coronel Bombeiro Militar, contra possíveis irregularidades acerca de desvio e subtração de combustível pertencente à Fazenda Pública Estadual durante o abastecimento de uma viatura da corporação, considerando que as providências requeridas pelo representante não estão abarcadas na competência desta Corte de Contas; **9.3. Dar ciência** ao Sr. Ênio de Oliveira Malveira sobre a decisão desta Corte de Contas. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, Autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM); **9.4. Dar ciência** ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM sobre a decisão desta Corte de Contas. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM); **9.5. Dar ciência** ao Hermenegildo de Castro Cavalcante sobre a decisão desta Corte de Contas. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM); **9.6. Arquivar** o presente processo por cumprimento de decisão. **PROCESSO Nº 13.844/2022** - Representação com pedido de medida cautelar apresentada pela empresa YSM Comércio e Distribuição de Alimentos LTDA - EPP (Nutrevida Comércio e Distribuição de Alimentação LTDA), contra o Sr. Walter Siqueira Brito, Presidente do Centro de Serviços Compartilhados - Comissão de Licitação do Estado do Amazonas, em razão de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 006/2022-CSC. **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar - OAB/AM 5933. **ACÓRDÃO Nº 1419/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação com pedido de medida cautelar apresentada pela empresa YSM Comércio e Distribuição de Alimentos LTDA - EPP (Nutrevida Comércio e Distribuição de Alimentação LTDA através de seu advogado, contra o Sr. Walter Siqueira Brito, Presidente do Centro de Serviços Compartilhados-Comissão de Licitação do Estado do Amazonas, haja vista indícios de ilegalidade no Pregão Presencial nº 006/2022 da Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (CEMA) e demais unidades do Poder Executivo Estadual, na forma do art. 288, da Resolução nº 04/2002; **9.2. Julgar Improcedente** Representação com pedido de medida cautelar apresentada pela empresa YSM Comércio e Distribuição de Alimentos LTDA - EPP (Nutrevida Comércio e Distribuição de Alimentação LTDA através de seu advogado, contra o Sr. Walter Siqueira Brito, Presidente do Centro de Serviços Compartilhados-Comissão de Licitação do Estado do Amazonas, por inexistir afronta ao princípio da publicidade e da ampla concorrência, bem como ao art. 4, V, da Lei nº 10.520/02, isto é, o prazo fixado de 8 (oito) dias para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso; **9.3. Dar ciência** ao Sr. Ricardo Mendes Lasmar, inscrito na OAB/AM sob o n 5.933, advogado da Empresa YSM Comércio e Distribuição de Alimentos LTDA – EPP, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.4. Dar ciência** ao Sr. Erick Barbosa Barbosa, Diretor da Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - CEMA, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.59

autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.5. Dar ciência** ao Sr. Walter Siqueira Brito, Diretor-Presidente do Centro de Serviços Compartilhados, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.6. Arquivar** o presente processo, após cumpridos os prazos regimentais. **PROCESSO Nº 14.024/2022** - Representação oriunda da Manifestação nº 264/2022- Ouvidoria, contra o Sr. Ayllon Menezes de Oliveira, Diretor-Presidente da Fundação Hospital Adriano Jorge (FHAJ), e o Sr. Walter Siqueira Brito, Presidente do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), em razão de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 505/2022-CSC. **ACÓRDÃO Nº 1420/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a presente Representação formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo (Secex), a partir da Manifestação nº 264/2022-Ouvidoria, contra o Sr. Ayllon Menezes de Oliveira, Diretor Presidente da Fundação Hospital Adriano Jorge (FHAJ), e o Sr. Walter Siqueira Brito, Presidente do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), haja vista indícios de irregularidades no Pregão Eletrônico nº 505/2022-CSC, nos termos do art. 288, da Resolução nº 04/2002; **9.2. Julgar Improcedente** a presente Representação formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo (Secex), a partir da Manifestação nº 264/2022-Ouvidoria, contra o Sr. Ayllon Menezes de Oliveira, Diretor Presidente da Fundação Hospital Adriano Jorge (FHAJ), e o Sr. Walter Siqueira Brito, Presidente do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), uma vez que nenhum dos indícios de irregularidade da exordial foi comprovado, isto é: a) que formulou 03 (três) pedidos de vista aos autos, todos com negativa de acesso, em suposta afronta à Lei nº 12527/2011 (Lei de Acesso à Informação); b) que não pôde acessar os autos gerados pelos requerimentos junto ao CSC, os quais somente estavam disponíveis para quem possuísse certificado digital; c) que a comissão técnica de avaliação compusera-se de 1 (um) servidor, em vez de no mínimo 3 (três); d) que a comissão selecionou amostras das 5 (cinco) primeiras colocadas, no lugar da 1ª classificada apenas e e) que não foram fornecidos parâmetros suficientes e adequados para apresentação das amostras, o que conduziu à reprovação da maioria delas; **9.3. Dar ciência** ao Sr. Ayllon Menezes de Oliveira, Diretor Presidente da Fundação Hospital Adriano Jorge (FHAJ), acerca da decisão, Diretor Presidente da Fundação Hospital Adriano Jorge (FHAJ), na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.4. Dar ciência** ao Sr. Walter Siqueira Brito, Presidente do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **9.5. Arquivar** o presente processo, após cumpridos os prazos regimentais. **PROCESSO Nº 15.417/2022** - Representação oriunda da Manifestação nº 279/2022–Ouvidoria, em face do Sr. Edson Barcelos da Silva, na qualidade de Diretor-Presidente da FAPEAM, e do Sr. João Laborda Moura, servidor do órgão, para apuração de possíveis irregularidades acerca de desvio de verba da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. **ACÓRDÃO Nº 1421/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto





a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a presente Representação oriunda da Manifestação nº 279/2022 – Ouvidoria, a qual busca apurar possíveis irregularidades referentes ao desvio de verba pública na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, nos termos do art. 288, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM; **9.2. Julgar Procedente** a presente representação oriunda da Manifestação nº 279/2022 – Ouvidoria, a qual busca apurar possíveis irregularidades referentes ao desvio de verba pública na Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, na forma da alínea “c” e “b” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal, visto a ausência de documentos que comprovem a finalidade pública dos recursos recebidos em carta bancária pelo Sr. João Laborda Moura, servidor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM; **9.3. Considerar em Alcance** por Responsabilidade Solidária o **Sr. João Laborda Moura**, servidor da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas - FAPEAM e o **Sr. Edson Barcelos da Silva**, Diretor Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas - FAPEAM, à época, no valor de 89.811,89 (oitenta e nove mil, oitocentos e onze reais, oitenta e nove centavos) e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que os responsáveis recolham o valor do Alcance Solidário, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - Faece, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – principal – alcance aplicado pelo TCE/AM”, órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - Faece com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96–LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Aplicar Multa** ao **Sr. João Laborda Moura**, servidor da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas - FAPEAM, no valor de **21.920,64 64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais, sessenta e quatro centavos) nos termos do inciso VI, do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - Faece, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – Faece”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o Dered autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.5. Aplicar Multa** ao **Sr. Edson Barcelos da Silva**, Diretor Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas - FAPEAM, à época, no valor de **R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais, sessenta e quatro centavos) nos termos do inciso VI, do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - Faece, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.61

da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – Faece”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o Dered autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.6. Inabilitar** o Sr. Edson Barcelos da Silva, Diretor Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas - FAPEAM, à época, por 05 (cinco) anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual; **9.7. Inabilitar** o Sr. João Laborda Moura, Servidor da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas - FAPEAM, à época, por 05 (cinco) anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual; **9.8. Dar ciência** ao Sr. João Laborda Moura, Servidor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edilícia nos termos do artigo 97, da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM); **9.9. Dar ciência** ao Sr. Edson Barcelos da Silva, Diretor Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autorizo a comunicação via edilícia nos termos do artigo 97, da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM). **PROCESSO Nº 10.813/2023.** Levantamento relativo à ocorrência do não recebimento de recursos da complementação do Valor Aluno Ano Total – VAAT do FUNDEB, do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, pelos Municípios do Interior do Estado do Amazonas. **ACÓRDÃO Nº 1422/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "I", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Arquivar** o presente processo, considerando que já existe o Processo de Acompanhamento nº 10880/2023, referente ao Município de Novo Airão; **8.2. Determinar** que seja comunicado ao TCU, órgão competente para apuração de responsabilidade dos recursos do PNATE, para que adote as medidas necessárias no âmbito do controle externo federal. Nesta fase de julgamento assumiu a presidência dos trabalhos o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, para conceder vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. **PROCESSO Nº 11.188/2023 (Apenso: 11.925/2020)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Vagner de Moura Costa, em face do Acórdão nº 1572/2022-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.925/2020. **CONCEDIDO VISTA DOS AUTOS À EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.** Nesta fase de julgamento retornou à presidência dos trabalhos a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. **PROCESSO Nº 11.223/2023 (Apenso: 14.269/2017)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Clóvis Moreira Saldanha, em face do Acórdão nº 2070/2022-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.269/2017. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897. **ACÓRDÃO Nº 1423/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados,





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.62

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Clovis Moreira Saldanha**, Gestor da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, em face do Acórdão nº 2070/2022-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.269/2017, na competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM, por preencher os requisitos de admissibilidade assente no art. 62 da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 154 da Resolução 04/2002-RITCE/AM; **8.2. Negar Provimento** ao presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Clovis Moreira Saldanha**, Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira, mantendo-se a totalidade do Acórdão nº 2070/2022-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.269/2017, por restar comprovado que não é pertinente a exclusão das determinações direcionadas à Prefeitura; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Clovis Moreira Saldanha, Gestor da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação ao Interessado caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM). **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto (art. 65 do Regimento Interno). **PROCESSO Nº 11.265/2023 (Apenso: 15.220/2021)** - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Genildo Oliveira de Souza, em face do Acórdão nº 1510/2022-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 15.220/2021. **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851. **ACÓRDÃO Nº 1424/2023:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente Recurso Ordinário interposto pelo **Sr. Genildo Oliveira de Souza**, Tomador dos Recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, representado por seu patrono Dr. Juarez Frazão Rodrigues Junior (OAB/AM 5851), em face do Acórdão nº 1510/2022-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do processo nº 15.220/2021, referente à prestação de contas do Termo de Outorga nº 689/2014, firmado entre as partes para a realização do projeto intitulado “O Judô contribuindo na formação do cidadão”, nos termos do art. 151 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c art. 1º, XXI, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso Ordinário interposto pelo **Sr. Genildo Oliveira de Souza**, no sentido de excluir os itens 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 1510/2022-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do processo nº 15.220/2021, em razão do saneamento das Restrições nº 1 (Ausência do relatório final das atividades desenvolvidas pelos bolsistas abaixo), e 2 (Não apresentação do comprovante de devolução do saldo dos dispêndios do projeto), mantendo-se incólume os demais itens do referido Decisum, mantendo-se incólume os demais itens do referido Decisum; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Genildo Oliveira de Souza, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação à interessada, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **8.4. Dar ciência** ao Sr. Juarez Frazão Rodrigues Júnior, patrono, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação à interessada, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM. **Declaração de Impedimento:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno). **AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES.** Nesta





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.63

fase de julgamento assumiu a presidência dos trabalhos o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, para conceder vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. PROCESSO Nº 13.662/2022 - Representação interposta pela Secretaria Geral do Controle Externo – SECEX, em desfavor da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã, em razão de possíveis irregularidades acerca de licitação homologada pela Municipalidade. **CONCEDIDO VISTA DOS AUTOS À EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.** Nesta fase de julgamento retornou à presidência dos trabalhos a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos. /===/ Nada mais havendo a tratar, a Presidência deu por encerrada a presente Sessão Ordinária, às 11h05, convocando outra para o décimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, à hora regimental.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de agosto de 2023.


MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

ACÓRDÃOS

Sem Publicação



Percebeu Irregularidade?

DENUNCIE
VOCÊ TAMBÉM PODE AJUDAR!

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

- [92] 98815-1000
- ouvidoria.tce.am.gov.br
- ouvidoria@tce.am.gov.br
- Av. Efigênio Salles, nº 1155
Parque Dez de novembro
69055-736, Manaus-AM

 **Ouvidoria**
Tribunal de Contas do Amazonas


Tribunal de Contas do Estado do Amazonas





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.64

PRIMEIRA CÂMARA

PAUTAS

Sem Publicação

ATAS

Sem Publicação

ACÓRDÃOS

Sem Publicação

SEGUNDA CÂMARA

PAUTAS

Sem Publicação

ATAS

1º COMPLEMENTO EXTRATO DOS PROCESSOS JULGADOS NA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO, EM SESSÃO DO DIA 25 DE JULHO DE 2023.

RELATOR: CONS. JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

PROCESSO Nº 11308/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. MARINEZ OLIVEIRA DE CASTRO, MATRÍCULA Nº 164.952-3A, NO CARGO DE PROFESSOR, COM EQUIVALÊNCIA PARA FINS REMUNERATÓRIOS NO CARGO DE PROFESSOR-PF20.LPL-IV, 4ª CLASSE, REFERÊNCIA "A", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 230/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 13 DE FEVEREIRO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC

INTERESSADO(S): MARINEZ OLIVEIRA DE CASTRO, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): JOÃO BARROSO DE SOUZA

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.65

PROCESSO Nº 12079/2023

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA TERMO DE CONVÊNIO

OBJ.: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 0028/2022, DE RESPONSABILIDADE DO SR. CANDIDO JEREMIAS CUMARÚ NETO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SEC.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SEC

INTERESSADO(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE ANORI, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SEC, REGINALDO NAZARÉ DA COSTA

PROCURADOR(A): JOÃO BARROSO DE SOUZA

DECISÃO: EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 12541/2023

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA TERMO DE FOMENTO

OBJ.: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DO TERMO DE FOMENTO DE Nº 006/2021, DE RESPONSABILIDADE DO SR. EDUARDO LUCAS DA SILVA, FIRMADO ENTRE À SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE SANTO ANTÔNIO - IACAS.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC

INTERESSADO(S): INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE SANTO ANTÔNIO, SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC, MICHELY OTAS DA SILVA

PROCURADOR(A): CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

DECISÃO: JULGAR LEGAL O TERMO. JULGAR REGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO. DAR QUITAÇÃO A SRA. MICHELY OTAS DA SILVA E AO SR. EDUARDO LUCAS DA SILVA.

PROCESSO Nº 12693/2023

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA TERMO DE FOMENTO

OBJ.: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DO TERMO DE FOMENTO Nº 073/20221, DE RESPONSABILIDADE DA SRA. KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA, FIRMADO ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS E O CENTRO DE REFERÊNCIA DE AMPARO A MULHER CÉLIA COLARES - CRAMER.

ÓRGÃO: FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

INTERESSADO(S): CENTRO DE REFERENCIA E AMPARO A MULHER MAE CELIA C, FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS, RUTH PEREIRA FOGACA DE SOUZA

PROCURADOR(A): JOÃO BARROSO DE SOUZA

DECISÃO: JULGAR LEGAL O TERMO. JULGAR REGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO. DAR QUITAÇÃO A SRA. RUTH PEREIRA FOGACA DE SOUZA E A SRA. KELY PATRÍCIA PAIXÃO E SILVA.

PROCESSO Nº 12710/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. VALDECIR LOBO DE MIRANDA, MATRÍCULA Nº 026.722-8C, NO CARGO DE ENFERMEIRO A, COM EQUIVALÊNCIA PARA FINS REMUNERATÓRIOS OS CARGO DE





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.66

ENFERMEIRO, CLASSE "A", REFERÊNCIA 1, DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES (ANTIGA SUSAM) -, DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 811/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 25 DE ABRIL DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES (ANTIGA SUSAM)

INTERESSADO(S): VALDECIR LOBO DE MIRANDA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): JOÃO BARROSO DE SOUZA

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 12800/2023

ANEXOS: 16334/2021 E 14985/2020

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

OBJ.: PENSÃO CONCEDIDA A SRA. DEIZEANE ROMÃO DE SOUZA, NA CONDIÇÃO DE COMPANHEIRA E AOS SRS. NICOLLE ROMÃO OSÓRIO, LETÍCIA QUEIROZ OSÓRIO E ÍTALO LORENZO SEIXAS OSÓRIO, NA CONDIÇÃO DE FILHOS DO EX-SERVIDOR NICOLARES OSÓRIO CURICO, MATRÍCULA N.º 181.096-0B, NO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, CLASSE "A", REFERÊNCIA "3", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES (ANTIGA SUSAM), DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 744/2023, PUBLICADO NO D.O.E EM 03 DE ABRIL DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES (ANTIGA SUSAM)

INTERESSADO(S): NICOLARES OSÓRIO CURICO, DEIZEANE ROMÃO DE SOUZA, NICOLLE ROMÃO OSÓRIO, LETÍCIA QUEIROZ OSÓRIO, ÍTALO LORENZO SEIXAS OSÓRIO, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): JOÃO BARROSO DE SOUZA

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 12889/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. MIRIAN TAVARES PEREIRA, MATRÍCULA N.º 164, NO CARGO DE AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO J-8, DO ORGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 1852, PUBLICADO NO D.O.M EM 17 DE ABRIL DE 2023.

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

INTERESSADO(S): MIRIAN TAVARES PEREIRA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ADEMIR CARVALHO PINHEIRO

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

RELATOR: CONS. JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

PROCESSO Nº 13489/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. KEITIANE SALES GOMES, MATRÍCULA N.º 060.005-9 B, NO CARGO DE ESPECIALISTA EM SAÚDE – MÉDICO CLÍNICO GERAL I-9, DO ORGÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA, DE ACORDO COM A PORTARIA CONJUNTA N.º 363/2023, PUBLICADO NO D.O.M. EM 22 DE MAIO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

INTERESSADO(S): KEITIANE SALES GOMES, MANAUS PREVIDÊNCIA - MANAUSPREV

PROCURADOR(A): ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.67

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 13690/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

OBJ.: APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DO SR. GABRIEL FEDERICO RIVERO LLERENA, MATRÍCULA Nº 231.819-9A, NO CARGO DE PROFESSOR DOUTOR ADJUNTO, NÍVEL C, 40HRS, DO ORGÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA -, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 1177/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 23 DE MAIO DE 2023.

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA

INTERESSADO(S): GABRIEL FEDERICO RIVERO LLERENA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. DAR CIÊNCIA À FUNDAÇÃO AMAZONPREV. ARQUIVAR.

RELATOR: CONS. CONV. MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

PROCESSO Nº 12177/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA/VOLUNTÁRIA DE: ZILMA MARIA DA SILVA, MATRÍCULA Nº FER09/40138, NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DO ORGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACOATIARA, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 085, DE 03 DE MARÇO DE 2023, PUBLICADO NO D.O.M. EM 28 DE MARÇO DE 2023.

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACOATIARA

INTERESSADO(S): ZILMA MARIA DA SILVA, INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE ITACOATIARA - IMPREVI

PROCURADOR(A): JOÃO BARROSO DE SOUZA

DECISÃO: JULGAR LEGAL. ARQUIVAR.

RELATOR: AUD. MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

PROCESSO Nº 13129/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. MARIA LUCIA ALVES DA SILVA, MATRÍCULA Nº 106.543-2B, NO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, CLASSE "G", REFERÊNCIA 3, DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES (ANTIGA SUSAM) -, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 872/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 28 DE ABRIL DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES (ANTIGA SUSAM)

INTERESSADO(S): MARIA LUCIA ALVES DA SILVA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ADEMIR CARVALHO PINHEIRO

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 13239/2023

ANEXOS: 13173/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.68

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. ANA MARIA MACHADO FRANCK INCERTI, MATRÍCULA Nº 103.614-9F, NO CARGO DE PROFESSOR PF20, MSC-II, 2ª CLASSE, REFERÊNCIA "B", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC -, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 0910/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 08 DE MAIO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC

INTERESSADO(S): ANA MARIA MACHADO FRANCK INCERTI, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 13173/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. ANA MARIA MACHADO FRANCK INCERTI, MATRÍCULA Nº 103.614-9E, NO CARGO DE PROFESSOR PF20, MSC-II, 2º CLASSE, REFERÊNCIA "F1", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO DESPORTO - SEDUC, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 956/2023, PUBLICADO NO D.O.E EM 08 DE MAIO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO DESPORTO ESCOLAR - SEDUC

INTERESSADO(S): ANA MARIA MACHADO FRANCK INCERTI, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 13317/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. RENAN DE CASSIA QUEIROZ LIMA, MATRÍCULA Nº 163.329-5A, NO CARGO DE PROFESSOR, COM EQUIVALÊNCIA PARA FINS REMUNERATÓRIOS NO CARGO DE PROFESSOR PF20, ESP-III, CLASSE 3, REFERÊNCIA "A", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC -, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº.1044/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 10 DE MAIO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC

INTERESSADO(S): RENAN DE CASSIA QUEIROZ LIMA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): JOÃO BARROSO DE SOUZA

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. DAR CIÊNCIA À INTERESSADA.

PROCESSO Nº 13360/2023

ANEXOS: 13577/2023

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

OBJ.: PENSÃO CONCEDIDA A SRA. MÁRCIA MARIA NUNES MONTENEGRO, NA CONDIÇÃO DE CÔNJUGE DO EX-SERVIDOR JOSÉ AMARILIS CASTELLO BRANCO, MATRÍCULA Nº 009377-7B, NO CARGO DE PROCURADOR AUTÁRQUICO, DO ORGÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/AM, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 934/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 03 DE MAIO DE 2023.

ÓRGÃO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/AM

INTERESSADO(S): JOSÉ AMARILIS CASTELLO BRANCO, MARCIA MARIA NUNES MONTENEGRO, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.69

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 13406/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. MARIA DO CARMO LOPES DA SILVA, MATRÍCULA Nº 011.192-9A, NO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL, CLASSE "D", REFERÊNCIA A, DO ORGÃO FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DR. HEITOR VIEIRA DOURADO - FMT/HVD, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 1137/2023, NO PUBLICADO NO D.O.E EM 16 DE MAIO DE 2023.

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DR. HEITOR VIEIRA DOURADO – FMT/HVD

INTERESSADO(S): MARIA DO CARMO LOPES DA SILVA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): EVELYN FREIRE DE CARVALHO

DECISÃO: JULGAR ILEGAL. NEGAR REGISTRO. DAR CIÊNCIA À INTERESSADA. NOTIFICAR À FUNDAÇÃO AMAZONPREV.

PROCESSO Nº 13692/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. MARIA MADALENA VASCONCELOS DE FREITAS, MATRÍCULA Nº 150.691-9A, NO CARGO DE PROFESSOR, PF20.LPL-IV, 4ª CLASSE, REFERÊNCIA "G", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC -, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 1130/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 24 DE MAIO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC

INTERESSADO(S): MARIA MADALENA VASCONCELOS DE FREITAS, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

RELATOR: AUD. ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

PROCESSO Nº 11119/2023

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA RESERVA REMUNERADA

OBJ.: TRANSFERÊNCIA/RESERVA REMUNERADA DO SR. DAVID LIMA TEIXEIRA, MATRÍCULA Nº 138.371-0A, AO POSTO DE MAJOR, DO ORGÃO POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS - PMAM, DE ACORDO COM O DECRETO 27 DE JANEIRO DE 2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 27 DE JANEIRO DE 2023.

ÓRGÃO: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS - PMAM

INTERESSADO(S): DAVID LIMA TEIXEIRA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELIZÂNGELA LIMA COSTA MARINHO

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DAR CIÊNCIA AO INTERESSADO. DETERMINAÇÃO À FUNDAÇÃO AMAZONPREV.

PROCESSO Nº 12160/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. LILIANNE JOYCE MOREIRA REINA COLLYER, MATRÍCULA Nº 138920-3B, NO CARGO DE PROFESSOR PF20.ESP-III, 3ª CLASSE, REFERÊNCIA "G1", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 392/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 08 DE MARÇO DE 2023.





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.70

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC
INTERESSADO(S): LILIANNE JOYCE MOREIRA REINA COLLYER, FUNDAÇÃO AMAZONPREV
PROCURADOR(A): ADEMIR CARVALHO PINHEIRO
DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 12743/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. ROSA MILTA CORDEIRO AMARAL, MATRÍCULA Nº 146.986-0C, NO CARGO DE PROFESSOR PF20.LPL-IV, 4ª CLASSE, REFERÊNCIA "G", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC -, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 604/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 29 DE MARÇO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC

INTERESSADO(S): ROSA MILTA CORDEIRO AMARAL, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAÇÃO À FUNDAÇÃO AMAZONPREV.

PROCESSO Nº 12769/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. MARILU NOGUEIRA RAMOS, MATRÍCULA Nº 100.422-0A, NO CARGO DE AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - NÍVEL FT-1, 1ª CLASSE, PADRÃO V, DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ -, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 631/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 29 DE MARÇO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

INTERESSADO(S): MARILU NOGUEIRA RAMOS, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELIZÂNGELA LIMA COSTA MARINHO

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 12770/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. MARIA CARLOTA AREVALO DA SILVA, MATRÍCULA Nº 030.576-6A, NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, CLASSE 1º, REFERÊNCIA "E", DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 626/2023, PUBLICADO NO D.O.E EM 29 DE MARÇO DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC

INTERESSADO(S): MARIA CARLOTA AREVALO DA SILVA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ELIZÂNGELA LIMA COSTA MARINHO

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 12789/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SRA. ALDIRENE CANTO DA GAMA, MATRÍCULA Nº 102384-5A, NO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, CLASSE "D", REFERÊNCIA 1, DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES (ANTIGA SUSAM), DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 573/2023, PUBLICADO NO D.O.E EM 03 DE ABRIL DE 2023.





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.71

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SES (ANTIGA SUSAM)
INTERESSADO(S): ALDIRENE CANTO DA GAMA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV
PROCURADOR(A): ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

PROCESSO Nº 12849/2023

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

OBJ.: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA SR. JOSÉ ALUIZIO SOUZA PESSOA, MATRÍCULA Nº 116.882-7A, NO CARGO DE CONTROLADOR DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL, 1ª CLASSE, PADRÃO V, DO ORGÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ -, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 822/2023, PUBLICADO NO D.O.E. EM 12 DE ABRIL DE 2023.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

INTERESSADO(S): JOSE ALUIZIO SOUZA PESSOA, FUNDAÇÃO AMAZONPREV

PROCURADOR(A): ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

DECISÃO: JULGAR LEGAL. DETERMINAR O REGISTRO. ARQUIVAR.

18 DE AGOSTO DE 2023

OSVALDO CESAR CURI DE SOUZA
Diretor da 2ª Câmara

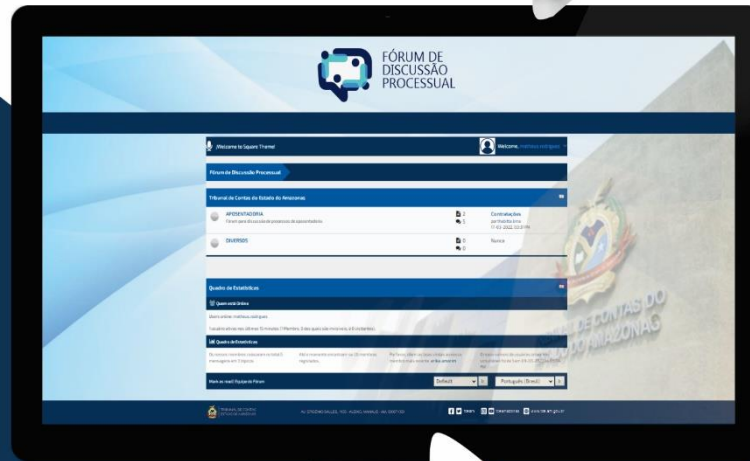
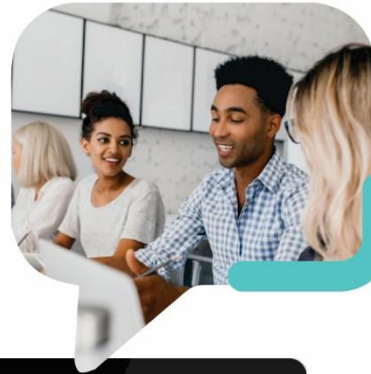
ACÓRDÃOS

Sem Publicação





Todos os dias surgem assuntos novos nos setores!



Arte: Matheus Rodrigues | DICOM/TCE-AM

Acesse aqui!



Um espaço digital para os servidores tirarem suas dúvidas e debater sobre assuntos processuais, criando um tópico público no qual **todos os servidores** do TCE-AM poderão **contribuir** na elaboração da fundamentação processual.

Realização:



Vários processos com temáticas diferentes

Vantagens:

Necessidade de vasta pesquisa

Quebra das barreiras criadas com o teletrabalho





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.73

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PORTARIA MPC/AM N.º 07, DE 18 DE AGOSTO DE 2023

Institui e Dispõe sobre a Central de Recursos do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Amazonas – MPC/AM.

A PROCURADORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 112 da Lei estadual nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996, e os artigos 57,58, 59, incisos I, IV e V, da Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar as atividades recursais, bem como buscar maior celeridade processual e o devido processo legal após decisões monocráticas e/ou colegiadas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas dissonantes do entendimento do Parquet;

CONSIDERANDO que a atuação recursal é fundamental na concretização da uniformização de jurisprudência da Corte de Contas;

CONSIDERANDO ainda que os novos entendimentos do Supremo Tribunal Federal na interpretação dada ao art. 37, §5º da CF/88 em matéria de prescrição exigem uma atuação ainda mais célere do Parquet;

RESOLVE

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas, o serviço denominado CENTRAL DE RECURSOS que trabalhará em auxílio aos membros do Parquet na interposição de iniciais de recursos e respectivas razões.

Art. 2º - A CENTRAL DE RECURSOS será integrada à Assessoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas e considerará o volume de serviço para a respectiva alocação ao quadro de servidores, residente(s) jurídico(s) e estagiário(s).





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.74

Art. 3º - A coordenação da CENTRAL DE RECURSOS será desenvolvida pelo Procurador(a)-Geral de Contas, a quem incumbirá a administração, orientação e distribuição das atividades, podendo tais funções serem delegadas.

Art. 4º - As solicitações de serviços pelas Procuradorias de Contas destinadas à CENTRAL DE RECURSOS deverão ser encaminhadas ao Procurador(a)-Geral de Contas, que distribuirá os trabalhos e designará pessoal para atuação.

Parágrafo Único: A CENTRAL DE RECURSOS atuará apenas em auxílio às Procuradorias de Contas após solicitação expressa destas na forma do caput, em nada modificando as competências, prerrogativas, e regras de distribuição das Procuradorias de Contas.

Art. 5º - Compete à CENTRAL DE RECURSOS:

I- Elaborar minutas de iniciais de recursos, bem como das respectivas razões;

II- dar suporte técnico e operacional às Procuradorias de Contas, nas situações processuais em que se vislumbre necessidade de interposição de recursos;

III- manter procedimentos de acompanhamento e controle das decisões do Tribunal de Contas sempre que houver divergência com os pronunciamentos do Ministério Público de Contas;

IV- manter procedimentos de acompanhamento e controle das decisões do Tribunal de Contas e dos prazos recursais, relativamente aos feitos em que haja ofício ou a feitos específicos solicitados expressamente pelas Procuradorias de Contas.

Parágrafo Único: após a elaboração das minutas de iniciais de recursos, bem como das respectivas razões, os documentos gerados serão remetidos à Procuradoria competente para correção e, após aprovação e assinatura pelo membro do Parquet responsável, protocolização das Peças junto à Diretoria do Ministério Público de Contas.

Art. 6º - Nos termos do art. 57 e do art. 58 do Regimento Interno do TCE/AM, poderá o Procurador(a)-Geral de Contas exercer as competências de interposição dos recursos previstos em lei, sempre que o Procurador(a) delegatário se abster ou se encontrar impedido, por qualquer que seja o motivo, de atuar em sede recursal.





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.75

Art. 7º - As dúvidas e os casos omissos na aplicação desta Portaria serão dirimidos pelo(a) Procurador(a)-Geral do MPC/AM.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 18 de agosto de 2023.

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

ATOS NORMATIVOS

Sem Publicação

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DESPACHOS

DESPACHO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 125/2023

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, por delegação de competência do Excelentíssimo Conselheiro-Presidente, por meio da Portaria nº 02/2022/GPDRH, publicada no DOE de 4 de janeiro de 2022; e

CONSIDERANDO a solicitação da GTE – Conservação e Manutenção do TCE/AM, formalizada por meio do Memorando nº 82/2023/GTE-CM/DIAI, referente a Pedido de aquisição de peças para Elevador - Panorâmico ECP (Manutenção Corretiva realizada em 07/08/2023), necessidade de aquisição de peças pelo TCE/AM - Elevador Equipamento nº 132564;



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail:doe@tce.am.gov.br



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.76

CONSIDERANDO a autorização do Conselheiro-Presidente deste Tribunal, Exmo. Érico Xavier Desterro e Silva, constante no Despacho nº 4089/2023/GP, relativa ao prosseguimento da referida despesa;

CONSIDERANDO a Informação nº 1111/2023/DIORF, afirmando haver disponibilidade orçamentária e financeira para arcar com a despesa;

CONSIDERANDO os Pareceres nº 1121/2023/DIJUR e 331/2023/DICOI, ambos favoráveis à contratação em comento, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

RESOLVE:

CONSIDERAR inexigível de procedimento licitatório, com fundamento art. 74, inciso I, da lei nº 14.133/2021, a contratação da Empresa **TK ELEVADORES BRASIL LTDA**, CNPJ nº 90.347.840/0001-18, constante no Processo SEI nº 11785/2023, visando a aquisição de peças para manutenção do Elevador Panorâmico – ECP, desta Corte de Contas.


Harleson dos Santos Arueira
Secretário-Geral de Administração

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICA ser inexigível de procedimento licitatório, com fundamento art. 74, inciso I, da lei nº 14.133/2021, a contratação da empresa **TK ELEVADORES BRASIL LTDA**, CNPJ nº 90.347.840/0001-18, constante no Processo SEI nº 11.785/2023, visando a aquisição de peças para manutenção do Elevador Panorâmico – ECP, desta Corte de Contas.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIAS

PORTARIA Nº 245/2023-GP/SECEX/DIPLAF



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.77

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

RESOLVE:

I - EXCLUIR da Portaria Nº 208/2023-GP/SECEX/DIPLAF, publicada no D.O.E em 16.08.2023, o servidor **Armando Jorge Serrão Froes** - matrícula: 000.119-8A designado para compor comissão de Inspeção Ordinária *in loco* no Escritório da Representação da Prefeitura Municipal de Manaus em Brasília - ESBRA (Processo Spede Nº. 11.619/2023), referente ao exercício de 2022;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de agosto de 2023.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA SEI Nº 195/2023 - SGDGP

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 02/2022-GPDRH, datada de 03.01.2022, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Pedido de Adiantamento n.º 67/2023/DIMAT, constante no Processo n.º 012219/2023;

RESOLVE:

I - AUTORIZAR a concessão de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), como adiantamento em favor do servidor **FRANCILAN DE LIMA BARNABÉ**, matrícula n.º 0030678A, para custear despesas de pronto pagamento dentro do estado, com arrimo no art. 4º da Resolução n.º 12/2013, a ser aplicado no presente exercício, à conta do



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.78

Programa de Trabalho – 01.122.0056.2466 – **MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA** – Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 – **MATERIAL DE CONSUMO** – Fonte 1.500.100;

II - **CONCEDER** o prazo de 90 (noventa) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para prestar contas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de agosto de 2023.


Harleson dos Santos Arueira
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA SEI Nº 196/2023 - SGDGP

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 02/2022-GPDRH, datada de 03.01.2022, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Pedido de Adiantamento n.º 68/2023/DIMAT, constante no Processo n.º 009928/2023;

R E S O L V E :

I - **AUTORIZAR** a concessão de R\$ 16.399,90 (dezesesseis mil trezentos e noventa e nove reais e noventa centavos), como adiantamento em favor da servidora **DIANNE DO NASCIMENTO JUCÁ**, matrícula n.º 0025283A, para custear despesas de pronto pagamento dentro do estado, com base na Resolução n.º 12/2013, alterações introduzidas pela resolução n.º 03/2021, a ser aplicado no presente exercício, à conta do Programa de Trabalho – 01.122.0056.2466 – **MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA** – Natureza da Despesa 4.4.90.52.00 – **EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** – Fonte 100;

II - **CONCEDER** o prazo de 90 (noventa) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para prestar contas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de agosto de 2023.


Harleson dos Santos Arueira
Secretário-Geral de Administração

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.79

ERRATA Nº 12/2023-DEPED

PORTARIA Nº: 548/2023-GPDRH, DATADA 11.08.2023, PUBLICADA NO DOE EM 11.08.2023.

ONDE SE LÊ: I – matrícula n.º 000.117-1A;

LEIA-SE: I - matrícula n.º 0001627A.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL E DOCUMENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus, 16 de agosto de 2023.


BEATRIZ DE OLIVEIRA BOTELHO
Diretora de Recursos Humanos

P O R T A R I A N.º 556/2023-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Despacho n.º 4184/2023/GP, datado 15.08.2023, constante do Processo SEI n.º 009391/2023;

R E S O L V E:

INCLUIR o nome do servidor **HARLESON DOS SANTOS ARUEIRA**, matrícula n.º 001.279-3C, na Portaria n.º 448/2023-GPDRH, datada de 05.07.2023, publicada no DOE de 12.07.2023;

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de agosto de 2023.





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.80


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA SEI Nº 184/2023 - SGDGP

A SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais e;

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 02/2020-GPDRH, de 03.1.2020, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Requerimento datado 04.08.2023, subscrito pelo Senhor Conselheiro-Presidente Érico Xavier Desterro e Silva, datado de 04.08.2023, constante do Processo SEI n.º 011697/2023;

RESOLVE:

DETERMINAR que a Diretoria de Recursos Humanos adote as providências necessárias, bem como o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente, para a participação do Senhor Conselheiro-Presidente **ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**, matrícula n.º 000.612-2A, nos 130 anos do Ministério Público de Contas, promovido pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Contas - CNPGC, a ser realizado nos dias 10 e 11 de agosto de 2023, em Brasília - DF.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de agosto de 2023.

PORTARIA Nº. 553/2023-GPDGP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.81

CONSIDERANDO o disposto no artigo n.º 102, I e IV, da Lei n.º 2.423, de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no artigo n.º 29, incisos I e XXX do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Memorando – MPC N.º 224/2023/7ªPROCONT, datado de 04.08.2023, constante do Processo SEI n.º 011706/2023;

RESOLVE:

I- **DESIGNAR** o Procurador de Contas **RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA**, matrícula n.º 001.050-2A, para no período de 28 a 20.10.2023, participar como painalista no Congresso Nacional sobre o Desenvolvimento Sustentável sob a perspectiva dos MPCs, na cidade de João Pessoa/PB;

II- **DETERMINAR** que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas, adotem as providências necessárias, bem como o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente;

III- **DETERMINAR** que a referido procurador apresente à Diretoria de Gestão de Pessoas, após o retorno à atividade junto a esta Corte, os respectivos comprovantes de embarque e relatório de viagem, no prazo de 24 horas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de agosto de 2023.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 209/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.82

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando N° 235/2023/DICOP/SECEX (Processo SEI 10144/2023);

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **Marcondes Gil Nogueira** - matrícula: 001.948-8A, para no período de **28/08/2023 a 31/08/2023**, realizar vistoria *in loco* nas obras e/ou serviços de engenharia objeto dos Contratos e Convênios listados na tabela a seguir, nos municípios de **Iranduba, Novo Airão e Manacapuru**, com uso de carro deste TCE/AM;

CT-00047/2021-SEINFRA - Iranduba	Processo Spede N° 12.025/2022
CT-00023/2021-SEINFRA - Novo Airão	Processo Spede N° 12.025/2022
CV-00015/2021-SEINFRA - Novo Airão	Processo Spede N° 16.144/2022
CT-00034/2022-PGJ - Manacapuru	Obra inclusa na Matriz de Risco da PGJ, exercício de 2022

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos relatórios conclusivos, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria-Geral de Administração providencie o pagamento de **4 (quatro)** diárias ao servidor designado no **Item I**;

V – CONCEDER adiantamento no valor de **R\$ 600,00** (seiscentos reais) em favor do servidor **Marcondes Gil Nogueira** - matrícula: 001.948-8A à conta do programa de trabalho – **01.032.0056.2055 – FISCALIZAÇÃO**



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.83

EXTERNA DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – natureza das despesas 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA – FONTE 100 – Grupo de Despesa 1333, para custear despesas conforme determina a Resolução nº 12/2013-TCE/AM, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para a devida prestação de contas;

VI – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VII – ESTABELECER ao servidor a responsabilidade sobre todos os aspectos a ele pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 213/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO os Memorandos Nº 223 e Nº 235/2023/DICOP/SECEX (Processo SEI 10144/2023);





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.84

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **Willace Lima de Souza** - matrícula: 003.904-7A, para no período de **11/09/2023 a 13/09/2023**, realizar vistoria *in loco* nas obras e/ou serviços de engenharia objeto dos **Contratos 012/2021 e 013/2021-SEINFRA** no município do **Careiro**, com uso de carro deste TCE/AM, referente a Inspeção Ordinária *in loco* realizada na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus - SEINFRA (Processo Spede N.º 12.025/2022), bem como realizar levantamento acerca de possíveis irregularidades no referido município, relacionado ao descarte irregular de resíduos próximo aos recursos de águas e nascentes (Documento Spede N.º. 237848.11072023.0);

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelo mencionado servidor;

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos relatórios conclusivos, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria-Geral de Administração providencie o pagamento de **3 (três)** diárias ao servidor designado no **Item I**;

V – CONCEDER adiantamento no valor de **R\$ 300,00** (trezentos reais) em favor do servidor **Willace Lima de Souza** - matrícula: 003.904-7A à conta do programa de trabalho – **01.032.0056.2055 – FISCALIZAÇÃO EXTERNA DA ARRECAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – natureza das despesas 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA – FONTE 100 – Grupo de Despesa 1333**, para custear despesas conforme determina a Resolução nº 12/2013-TCE/AM, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para a devida prestação de contas;

VI – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, o servidor deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VII – ESTABELECER ao servidor a responsabilidade sobre todos os aspectos a ele pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.85

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 214/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Valdilson Monteiro Moreira** - matrícula: 001.365-0A e **Antisthenes Ferreira Lins** - matrícula: 000.258-5A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* na **Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz** (Processo Spede Nº. 11.738/2023), no Fundo para **Financiamento da Modernização do Estado do Amazonas - FMF/Sefaz** (Processo Spede Nº. 11.841/2023) e na **Coordenadoria de Administração - Sefaz** (Processo Spede N.º 11.840/2023); no período de **18/09/2023 a 27/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.86

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 215/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Ana Lúcia Ferreira de Oliveira** - matrícula: 003791-5A e **Sérgio Garcia Fernandes** - matrícula: 004116-5A, em comissão, sob a presidência da primeira, para realizarem Inspeção





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.87

Ordinária *in loco* na **Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus - Seinfra** (Processo Spede Nº. 11.830/2023) e na **Fundo de Infraestrutura e Desenvolvimento do Estado do Amazonas - Fideam** (Processo Spede N.º 11.915/2023); no período de **11/09/2023 a 15/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 216/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.88

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores **José Raimundo Maquiné Júnior** - matrícula: 001.810-4A e **Casimiro Nonato Sena da Silva** - matrícula: 004.537-7A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* no **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - Tjam** (Processo Spede Nº. 11.576/2023) e no **Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário Estadual - Fujeam** (Processo Spede N.º 11.620/2023); no período de **18/09/2023 a 22/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELEECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 14 de agosto de 2023.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.89

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 217/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O **SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Vinicius Ribeiro Nascimento** - matrícula: 003.805-9A, **Alessandro da Conceição Chaves** - matrícula: 004.061-4A e **Oswaldo Negreiros Correa** - matrícula: 002.219-5A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* na **Secretaria de Estado de Saúde - SES** (Processo Spede Nº. 11.753/2023) e no **Fundo Estadual de Saúde - FES** (Processo Spede N.º 11.728/2023); no período de **11/09/2023 a 20/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.90

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 218/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Marlon Lima Lopes** - matrícula: 003.803-2A e **Paulo Renan Rodrigues França** - matrícula: 004.082-7A, em comissão, sob a presidência da primeira, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* na **Policlínica PAM - Codajás** (Processo Spede Nº. 11.710/2023), no período de **11/09/2023 a 13/09/2023**, referente ao exercício de 2022;



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.91

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELEECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 219/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas f /tceam t /tceam tce-am tceamazonas tceam



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.92

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores **Wendell de Oliveira Cardoso** - matrícula: 003.881-4A e **Ramsés da Silva Louzada** - matrícula: 003.884-9A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* no **Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro** (Processo Spede Nº. 11.775/2023), no período de **11/09/2023 a 13/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 220/2023-GP/SECEX/DIPLAF





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.93

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores **Mario Roosevelt Elias da Rocha** - matrícula: 000.618-1A e **Fábio Henrique Bezerra** - matrícula: 004.100-9A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* na **Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE** (Processo Spede N.º 11.626/2023) e no **Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado - Fundpge** (Processo Spede N.º 11.712/2023), no período de **11/09/2023 a 14/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECEr à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.94

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 221/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Luis Carlos Santos de Lima** - matrícula: 001.846-5A e **Rafael Holanda Bragança** - matrícula: 004.099-1A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* na **Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC** (Processo Spede N.º 11.713/2023) e no **Fundo Estadual de Cultura - FEC** (Processo Spede N.º 11.802/2023), no período de **11/09/2023 a 18/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.95

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 222/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.96

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores **Igor Angelo Monteiro** - matrícula: 003.880-6A e **Rodrigo Santos Bezerra** - matrícula: 003.804-0A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* no **Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste** (Processo Spede N.º 11.666/2023), no período de **11/09/2023 a 14/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.97

PORTARIA Nº 223/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O **SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Marco Hugo Henrique das Neves** - matrícula: 001.346-3A e **Valdnor Mendonça Santarém** - matrícula: 001.847-3A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* na **Unidade Gestora de Projetos Especiais - Ugpe** (Processo Spede N.º 11.683/2023), no período de **11/09/2023 a 14/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELEECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.98

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 224/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Paulo Afonso de Alcântara Ferreira** - matrícula: 003.801-6A e **Rogério Bossan Rangel** - matrícula: 003890-3A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção Ordinária *in loco* no **Maternidade Dona Nazira Daou** (Processo Spede N.º 11.664/2023); no período de **21/09/2023 a 27/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.99

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 14 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 225/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 271/2023/DIPLAF/SECEX (Processo SEI 12094/2023);

RESOLVE:

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.100

I - DESIGNAR os servidores **Vinicius Ribeiro Nascimento** - matrícula: 003.805-9A, **Alessandro da Conceição Chaves** - matrícula: 004.061-4A e **Oswaldo Negreiros Correa** - matrícula: 002.219-5A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Tomada de Contas *in loco* na **Unidade Pronto Atendimento José Rodrigues - Cidade Nova** (Processo Spede N.º 14.281/2023); no período de **25/09/2023 a 29/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para a Tomada de Contas, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELEECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 11 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 230/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.101

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 140/2023/DICAD/SECEX (Processo SEI 12165/2023);

RESOLVE:

I - **DESIGNAR** os servidores **Jurandir Almeida de Toledo Junior** - matrícula: 000.351-4A e **Márcia Helena Batista Marinho** - matrícula: 002.739-1B, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção via digital à distância na **Secretaria de Estado da Casa Civil** (Processo Spede Nº. 11.771/2023), no período de **18/09/2023 a 22/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - **AUTORIZAR** a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - **FIXAR** o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – **DETERMINAR** que os servidores supracitados utilizem a saída à serviço (f1) no Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, caso haja a necessidade de realizar visita técnica no órgão objeto da inspeção;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - **ESTABELECE**R à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.102

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 231/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O **SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 140/2023/DICAD/SECEX (Processo SEI 12165/2023);

R E S O L V E:

I - **DESIGNAR** os servidores **Rodolfo Xavier Lima** - matrícula: 004.062-2A e **Marco Antônio Favoretti** - matrícula: 000.138-4A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção via digital à distância no **Serviço de Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady - SPA ZONA NORTE** (Processo Spede Nº. 11.782/2023), no período de **18/09/2023 a 22/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - **AUTORIZAR** a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - **FIXAR** o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – **DETERMINAR** que os servidores supracitados utilizem a saída à serviço (f1) no Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, caso haja a necessidade de realizar visita técnica no órgão objeto da inspeção;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.103

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 232/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 140/2023/DICAD/SECEX (Processo SEI 12165/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Lindoberto Queiroz dos Santos** - matrícula: 001.814-7A e **Tércio Vicente Martins da Fonseca Filho** - matrícula: 002.050-8A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção via digital à distância no **Serviço de Pronto Atendimento Danilo Corrêa - SPA DANILLO CORRÊA** (Processo Spede Nº. 11.867/2023), no período de **25/09/2023 a 29/09/2023**, referente ao exercício de 2022;





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.104

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – DETERMINAR que os servidores supracitados utilizem a saída à serviço (f1) no Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, caso haja a necessidade de realizar visita técnica no órgão objeto da inspeção;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 233/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.105

CONSIDERANDO o Memorando Nº 141/2023/DICAD/SECEX (Processo SEI 12165/2023);

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores **Daniel Henrique Caldeira Cruz** - matrícula: 001.523-7A e **Valdilson Monteiro Moreira** - matrícula: 001.365-0A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção *in loco* na **Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD** (Processo Spede Nº. 11.535/2023), no período de **28/09/2023 a 29/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.106

PORTARIA Nº 234/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 140/2023/DICAD/SECEX (Processo SEI 12165/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Daniel Henrique Caldeira Cruz** - matrícula: 001.523-7A e **Marco Antônio Favoretti** - matrícula: 000.138-4A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção via digital à distância na **Secretaria Geral da Vice Governadoria - GVC** (Processo Spede Nº. 11.763/2023), no período de **11/09/2023** a **13/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – DETERMINAR que os servidores supracitados utilizem a saída à serviço (f1) no Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, caso haja a necessidade de realizar visita técnica no órgão objeto da inspeção;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.107

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 235/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 141/2023/DICAD/SECEX (Processo SEI 12165/2023);

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores **Antisthenes Ferreira Lins** - matrícula: 000.258-5A e **Tércio Vicente Martins da Fonseca Filho** - matrícula: 002.050-8A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção *in loco* no **Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza - FPS** (Processo Spede Nº. 11.800/2023), no período de **21/08/2023 a 25/08/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.108

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 236/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 140/2023/DICAD/SECEX (Processo SEI 12165/2023);

R E S O L V E:





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.109

I - DESIGNAR os servidores **André Vidal de Araújo Neto** - matrícula: 000.017-5A e **Rodolfo Xavier Lima** - matrícula: 004.062-2A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção *in loco* na **Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE** (Processo Spede Nº. 11.685/2023) e no **Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - FUNDPAM** (Processo Spede Nº. 11.688/2023), no período de **25/09/2023 a 29/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELEECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 240/2023-GP/SECEX/DIPLAF



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.110

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 140/2023/DICAD/SECEX (Processo SEI 12165/2023);

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores **Valdilson Monteiro Moreira** - matrícula: 001.365-0A e **Antisthenes Ferreira Lins** - matrícula: 000.258-5A, em comissão, sob a presidência do primeiro, para realizarem Inspeção *in loco* na **Secretaria de Estado e Assistência Social - SEAS** (Processo Spede Nº. 11.689/2023) e no **Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS** (Processo Spede Nº. 11.718/2023), no período de **11/09/2023 a 15/09/2023**, referente ao exercício de 2022;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.111

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 242/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO os Memorandos Nº 223 e Nº 235/2023/DICOP/SECEX (Processo SEI 10144/2023);

R E S O L V E:

I – DESIGNAR o servidor **Andrey Willen Nunes Valente** - matrícula: 001.949-6A, para no período de **31/08/2023 a 02/09/2023**, realizar vistoria *in loco* nas obras e/ou serviços de engenharia objeto do **Convênio 003/2021-SEINFRA** no município do **Presidente Figueiredo**, com uso de carro deste TCE/AM, em virtude de esse convênio não ter sido vistoriado pelo auditor designado para realizar **Inspeção Ordinária in loco** no referido município conforme Portaria Nº 56/2023-GP/SECEX/DIPLAF, publicada no D.O.E em 25.04.2023;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelo mencionado servidor;

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas f /tceam t /tceam tce-am /tceamazonas tceam





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.112

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos relatórios conclusivos, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria-Geral de Administração providencie o pagamento de **3 (três)** diárias ao servidor designado no **Item I**;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, o servidor deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VII – ESTABELECER ao servidor a responsabilidade sobre todos os aspectos a ele pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 243/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO o Memorando Nº 107/2023/DICAI/SECEX (Processo SEI 4018/2023);





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.113

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores **Viaís Monteiro Pereira** - matrícula: 001.891-0A e **Paulo Ney Martins Omena** – matrícula: 000.134-1A, para realizar, em comissão, sob a presidência da primeira, Inspeção Ordinária *in loco* na **Processamento de Dados do Amazonas - Prodam** (Processo Spede Nº. 11.879/2023) referente ao exercício de 2022, bem como nos demais processos e documentos encaminhados para a verificação da comissão, que houver, no período de **21/08/2023 a 30/08/2023**;

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – SOLICITAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos, dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período do trabalho;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VI - ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 16 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

PORTARIA Nº 244/2023-GP/SECEX/DIPLAF

O SECRETÁRIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 070/2022-GPDRH.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [/tceamazonas](#) [/tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.114

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2023 (Certidão da 1ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 31/01/2023);

CONSIDERANDO os Memorandos N° 223 e N° 235/2023/DICOP/SECEX (Processo SEI 10144/2023);

CONSIDERANDO a Informação N° 186/2023/DICOP (Processo SEI 10144/2023);

RESOLVE:

I – DESIGNAR os servidores **Edisley Martins Cabral** – matrícula 001.937-2A e **Vittorio Figliuolo Neto** – matrícula 001.569-5B, para no período de **15/09/2023 a 16/09/2023**, realizarem vistoria *in loco* nas obras e/ou serviços de engenharia objeto do **Contratos** listados na tabela a seguir, nos municípios de **Itacoatiara e Rio Preto da Eva**, com uso de carro deste TCE/AM;

CT-00032/2021-SEINFRA - Rio Preto da Eva	Processo Spede N° 12.025/2022
CT-00006/2021-SEINFRA - Rio Preto da Eva e Novo Airão	Processo Spede N° 12.025/2022
CT-00028/2021-PGJ - Itacoatiara	Obra inclusa na Matriz de Risco da PGJ, exercício de 2022

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos relatórios conclusivos, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.115

IV – SOLICITAR que a Secretaria-Geral de Administração providencie o pagamento de **2 (duas)** diárias aos servidores designados no **Item I**;

V – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, o servidor deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

VII – ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, em Manaus, 17 de agosto de 2023.

JORGE GUEDES LOBO
Secretário Geral de Controle Externo

ADMINISTRATIVO

AT O N.º 119/2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o art. 102, III da Lei n.º 2423, de 10 de dezembro de 1996 (Lei Orgânica do TCE), c/c o art. 29, V e XIII, da Resolução n.º 04 de 23 de maio de 2002 (Regimento Interno do TCE);

CONSIDERANDO o Acórdão Administrativo do Tribunal Pleno de 14.12.2021, que homologou o Concurso Público de Provas, realizado por este Tribunal, para provimento dos cargos de Auditor Técnico de Controle Externo – Ministério Público de Contas A e Auditoria Governamental A;

CONSIDERANDO os arts. 37, II, da Constituição da Republica Federativa do Brasil e 109, II, da Constituição do Estado do Amazonas;

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.116

CONSIDERANDO o art. 266 da Constituição do Estado do Amazonas c/c o art. 13, §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e art. 7º, da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, bem como a Resolução n.º 08, de 22 de julho de 1999;

CONSIDERANDO os arts. 5º, I, 7º, I, 8º, 10º, parágrafo único, 41º, § 2º e 45º, parágrafo único da Lei Estadual n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986;

CONSIDERANDO o disposto na Lei promulgada n.º 241, de 27 de março de 2015 e na Lei n.º 4.605, de 28 de maio de 2018, e suas alterações;

CONSIDERANDO os itens 3.4, 12 e 15 do Edital n.º 02/2021 do Concurso Público de Provas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

RESOLVE:

I- **NOMEAR**, nos termos do art. 7º, I, c/c art. 8º da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, os candidatos, abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público de Provas, para provimento do cargo de **Auditor Técnico de Controle Externo – Auditoria Governamental A**, de acordo com a ordem de classificação:

Cargo: AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – AUDITORIA GOVERNAMENTAL A (lista geral)

NOME	DOCUMENTO
Lívia Mascarenhas De Castro	121000653
Edmar Antunes De Oliveira	121002953
Rogério De Oliveira Calsolari	121016998
Aline Melquíades Silva	121012589
Thabita Sousa Costa	121000225
Rodrigo Mercedes Do Espirito Santo	121004760
Alexander Afonso Nogueira Cavalcante	121000456
Laura Oliveira Malagoni Cavalcante	121010942
Diogo Brandão Souto De Oliveira	121012351
Igor Cruz Da Silva	121006626

II – DETERMINAR:

a) Que os candidatos nomeados apresentem na Diretoria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, n.º 1155 – Parque 10, no horário das 8:00h às 12:30h, a documentação original abaixo relacionada, acompanhada de fotocópia, de acordo com o disposto nos itens 3.4 e 15 do Edital do Concurso, além da documentação complementar para composição dos registros funcionais dos servidores:

DOCUMENTOS PARA POSSE

1. Certidão de Nascimento ou Casamento;
2. Título de Eleitor, com o comprovante de votação da última eleição;



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.117

3. Comprovante de ter exercido efetivamente a função de jurado, previsto no Edital;
4. Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
5. Cédula de Identidade;
6. Declaração de Bens e Rendimentos, atualizada até a data da posse;
7. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
8. Documento de inscrição no PIS ou PASEP;
9. Uma foto 3x4, recentes;
10. Comprovante dos pré-requisitos/escolaridade, devendo o comprovante de escolaridade ser apresentado em fotocópia autenticada, previsto no Edital;
11. Declaração de acumulação de cargo ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa;
12. Certidões dos setores de distribuição dos fóruns criminais, da Justiça Federal, da Justiça Militar e da Justiça Estadual, dos lugares em que tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo, há 06 meses;
13. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo, há 06 meses;
14. Se servidor, declaração do órgão a que esteja vinculado, de não ter sofrido no exercício da função pública, penalidade administrativa, expedida no máximo, há 06 meses;
15. Comprovante de residência atualizado;
16. Cópia da certidão de nascimento de dependentes, se houver;
17. Curriculum vitae resumido;

b) Que seja tornado sem efeito o ato de nomeação dos candidatos que não apresentarem qualquer um dos documentos comprobatórios previstos nos itens 3.4 e 15 do Edital n.º 02/2021 do Concurso, dentro do prazo legal, sendo convocados aqueles que os sucederem na ordem de classificação;

c) Que somente será investido no cargo público os candidatos que forem julgados aptos física e mentalmente para o exercício do mesmo, após submeterem-se ao exame médico, de caráter eliminatório, a ser realizado por Junta Médica Oficial do Estado.

DÊ- SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de agosto de 2023.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

EXTRATO



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2023

1. **Data:** 06/02/2023
2. **Processo Administrativo:** 015790/2022-SEI/TCE/AM.
3. **Espécie:** Acordo de Cooperação Técnica.
4. **Partes:** Estado do Amazonas, por intermédio do **Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE-AM**, representado por seu Presidente, Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, e a **Secretaria de Estado de Educação e Desporto-SEDUC/AM**, CPNJ: 04.312.419/0001-30, representada por sua Secretária Maria Josepha Penella Pêgas Chaves.
5. **Objeto:** Execução do Projeto Aluno Ouvidor, que visa a formação dos discentes integrantes do Grêmio Estudantil para atuarem com os alunos ouvidores nas escolas selecionadas.
6. **Prazo de Vigência:** 24 (vinte e quatro) meses, de 06/02/2023 a 06/02/2025.

Harleson Arueira

Harleson dos Santos Arueira
Secretário-Geral de Administração

DESPACHOS

Sem Publicação

CAUTELAR

Sem Publicação

EDITAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 18/2023-DICAPE

Pelo presente Edital, na forma para os efeitos do disposto no art. 20, caput, e art. 71, III, da Lei n. 2.423/96-TCE, art. 79, parágrafo único e art. 97, I, da Resolução nº. 04/2002-RI combinado com o art. 5.º LV da CF/88, fica **NOTIFICADO** o Senhor **Bráulio da Silva Lima** – Ex-presidente da AADESAM-Manaus/Am, para no prazo de 15 (quinze) dias a contar da última publicação deste Edital, para enviar, manifestação em face do Recurso de Reconsideração interposto pelo MPC/TCE-AM em face do Acórdão nº. 1080/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 12.966/2020 conforme as questões de auditoria registradas na Informação Conclusiva nº 113/2023-DICAPE, contidos no **Processo TCE nº 15110/2022**. A resposta deverá ser encaminhada via **DOMICÍLIO ELETRÔNICO DE CONTAS DO TCE/AM (DEC)** (Portaria nº 939/2022-GPDRH, combinada com artigo 95-A do





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.119

Regimento Interno do TCE/AM), o qual poderá ser acessado diretamente no Portal do TCE, no endereço <https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf>. Quaisquer dúvidas relativas ao cadastro, acesso ao sistema ou protocolo de documentos podem ser sanadas por meio da Central de Ajuda DEC, localizada no endereço <https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec?pli=1>. Ressalta-se que a adesão ao sistema é obrigatória por parte de qualquer pessoa que for parte em processos de controle externo no âmbito do Tribunal de Contas, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2022, em seu patamar mínimo, atualmente de R\$ 13.654,39 (artigo 9º da Portaria nº 939/2022-GPDRH).

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE ADMISSÕES DE PESSOAL, Manaus 16 de Agosto de 2023.

Jeane Santos L. Ribeiro
Diretora em Substituição

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2023-DEAE

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, fica **NOTIFICADO o Sr. FRANCISCO NUNES BASTOS**, Prefeito Municipal de Anamá no exercício de 2023, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, a fim de oferecer razões de defesa acerca das impropriedades consignadas no Processo TCE nº 10.810/2023, em razão do Levantamento Relativo À Ocorrência do Não Recebimento de Recursos da Complementação do Valor Aluno Ano Total – Vaat do Fundeb, do Programa Nacional de Apoio Ao Transporte do Escolar – Pnate e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae pelos Municípios do Interior do Estado do Amazonas (Processo nº 15623/2022), conforme Informação nº 06/2023-DEAE/SECEX, Diligência nº 185/2023-MP-ESB e, atendendo despacho exarado pelo Excelentíssimo Conselheiro Relator.

DEPARTAMENTO DE AUDITORIA EM EDUCAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de agosto de 2023.

Júlio Alan dos Santos Viana
Chefe do Departamento de Auditoria em Educação

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 19/2023-DICAPE

Pelo presente Edital, na forma para os efeitos do disposto no art. 20, caput, e art. 71, III, da Lei n. 2.423/96-TCE, art. 79, parágrafo único e art. 97, I, da Resolução nº 04/2002-RI combinado com o art. 5.º LV da CF/88, fica **NOTIFICADO** o Excelentíssimo Senhor **Jander Paes de Almeida** - Prefeito de São Sebastião do Uatumã/AM, para no prazo de 30 (trinta) dias a contar da última publicação deste Edital, enviar manifestação em face das informações requeridas para as questões de auditoria registrada no Laudo Técnico Preliminar nº 57/2023-DICAPE, juntado ao **Processo TCE nº 12130/2023**. A resposta deverá ser encaminhada via **DOMICÍLIO ELETRÔNICO DE CONTAS DO TCE/AM (DEC)** (Portaria nº 939/2022-GPDRH, combinada com artigo 95-A do Regimento Interno do TCE/AM), o qual poderá ser acessado diretamente no Portal do TCE, no endereço <https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf>. Quaisquer dúvidas relativas ao cadastro, acesso ao sistema ou protocolo de documentos podem ser sanadas por meio da Central de Ajuda DEC, localizada no endereço <https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec?pli=1>. Ressalta-se que a adesão ao sistema é obrigatória por parte de qualquer pessoa que for parte em processos de controle externo no âmbito do Tribunal de Contas, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2022, em seu patamar mínimo, atualmente de R\$ 13.654,39 (artigo 9º da Portaria nº 939/2022-GPDRH).

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE ADMISSÕES DE PESSOAL, Manaus 17 de Agosto de 2023.

Jeane Santos L. Ribeiro
Diretora em Substituição

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA Nº 53/2023 - DIATV

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto nos arts. 20, 71, inciso III, 81, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 e art. 97, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM combinado com o art. 5º, inciso LV, da CF/88, em cumprimento ao Despacho do Excelentíssimo Relator **Sr. Mario Manoel Coelho de Mello**, fica **NOTIFICADO** o **Sr. Agnaldo da Paz Dantas, à época**, para no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da última publicação deste, apresentar justificativas que devem ser encaminhadas pelo Domicílio Eletrônico de Contas, via Portal TCE/AM no link: <https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf>, acerca das restrições e/ou questionamentos elencados na **Notificação Nº 265/2023 - DIATV (fls. 214/216)**, emitida no bojo do **Processo TCE Nº 12215/2017**, da Tomada de Contas Especial da Parcela Única do Termo de Convênio nº 6/2010, firmado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Prefeitura Municipal de Codajás.





Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.121

DIRETORIA DE AUDITORIA EM TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de agosto de 2023.

Raquel Cezar Machado
RAQUEL CÉZAR MACHADO
Chefe do Departamento de Análise

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2023
UASG 925459
PROCESSO SEI Nº 8199/2023

Período de propostas: de 18/08/2023 às 08h até 23/08/2023 às 08h (Brasília/DF)

Período de Lances: de 23/08/2023 de 8h00 às 14h00 (Brasília/DF)

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, por intermédio de seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 149/2022-GPDRH, torna público aos interessados que realizará no dia e hora acima mencionados, sessão pública de **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço**, objetivando a **aquisição de material permanente (01 Desfibrilador Externo Automático - DEA)**, visando suprir as necessidades da Diretoria de Saúde deste Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos. O Aviso de Dispensa Eletrônica completo estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no site www.gov.br/compras e no site do TCE, <https://www2.tce.am.gov.br/?cat=155>. Informações poderão ser solicitadas através do e-mail: cpl@tce.am.gov.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de agosto de 2023.

GABRIEL DA SILVA DUARTE
Comissão Permanente de Licitação





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.122



Presidente

Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Vice-Presidente

Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Corregedor

Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Ouidor

Cons. Josué Cláudio de Souza Neto

Coordenador Geral da Escola de Contas Públicas

Mario Manoel Coelho de Mello

Conselheiros

Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro

Cons. Luis Fabian Pereira Barbosa

Auditores

Mário José de Moraes Costa Filho

Alípio Reis Firmo Filho

Luiz Henrique Pereira Mendes

Alber Furtado de Oliveira Junior

Procurador Geral do Ministério Público de Contas do TCE/AM

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Procuradores

Evanildo Santana Bragança

Evelyn Freire de Carvalho

Ademir Carvalho Pinheiro

Elizângela Lima Costa Marinho

Carlos Alberto Souza de Almeida

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Elissandra Monteiro Freire

Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

João Barroso de Souza

Secretário Geral de Administração

Harleson dos Santos Arueira

Secretário-Geral de Controle Externo

Jorge Guedes Lobo

Secretário-Geral do Tribunal Pleno

Mirtyl Fernandes Levy Júnior

Secretária de Tecnologia da Informação

Sheila da Nóbrega Silva

TELEFONES ÚTEIS

PRESIDÊNCIA 3301-8198 / OUVIDORIA 3301-8222/0800-208-0007 / ESCOLA DE CONTAS 3301-8301/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3301-8186 / SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO 3301-8153 / SECRETARIA DE TECNOLOGIA 3301-8119/ LICITAÇÃO 3301-8150 / COMUNICAÇÃO 3301- 8180 / DIRETORIA DO MPC 3301-8232 / PROTOCOLO 3301-8112

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de agosto de 2023

Edição nº 3127 Pag.123



Diretor de Controle Externo Ambiental

Sérgio Augusto Meleiro da Silva

Diretor de Controle Externo da Administração Direta Estadual

José Augusto de Souza Melo

Diretor de Controle Externo da Administração Indireta Estadual

Lourival Aleixo dos Reis

Diretor de Controle Externo da Administração Municipal de Manaus

Sérgio Augusto Antony de Borborema

Diretor de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior

Gabriel da Silva Duarte

Diretora de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Holga Naito de Oliveira Félix

Diretor de Controle Externo de Aposentadoria, Reformas e Pensões

Gilson Alberto da Silva Holanda

Diretor de Controle Externo de Arrecadação, Subvenção e Renúncias de Receitas

Stanley Scherrer de Castro Leite

Diretor de Controle Externo de Licitações e Contratos

Thiago Correa Bezerra

Diretor de Controle Externo de Obras Públicas

Ronaldo Almeida de Lima

Dir. de Controle Ext. dos Regimes Próprios de Previdência do Estado e dos Municípios do Amazonas

Elias Cruz da Silva

Diretor de Controle Externo de Tecnologia da Informação

Ângelo Eduardo Nunan

Diretora de Auditoria de Transferências Voluntárias

Raquel Cezar Machado

Diretora de Gestão de Pessoas

Beatriz de Oliveira Botelho

Diretor de Administração Orçamentária e Financeira

José Geraldo Siqueira Carvalho

Diretora de Saúde

Erika Fernandes da Silva Fonseca

Diretor de Administração Interna

Lourenço da Silva Braga Neto

TELEFONES ÚTEIS

PRESIDÊNCIA 3301-8198 / OUVIDORIA 3301-8222/0800-208-0007 / ESCOLA DE CONTAS 3301-8301/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3301-8186 / SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO 3301-8153 / SECRETARIA DE TECNOLOGIA 3301-8119/ LICITAÇÃO 3301-8150 / COMUNICAÇÃO 3301- 8180 / DIRETORIA DO MPC 3301-8232 / PROTOCOLO 3301-8112

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  /tceamazonas  /tceam

